



Durante a festa de apoio ao povo dos Açores e Madeira o camarada Álvaro Cunhal pronunciou um importante discurso sobre a situação nos arquipélagos

## AÇORES E MADEIRA NO PORTUGAL DE ABRIL

A presença entusiástica de milhares de pessoas, a participação de dezenas de artistas de todo o País e as intervenções de vários dirigentes do PCP fizeram da Festa realizada na terça-feira no Pavilhão dos Desportos em apoio ao povo da Madeira e dos Açores uma grande afirmação patriótica e progressista - Pág. 7

ENSINO  
PARA A DEMOCRACIA  
DEMOCRACIA  
PARA O ENSINO

- Divulgados à Imprensa os objectivos do Encontro
- A Comissão Nacional faz o balanço da actividade
- Calendário das sessões e debates
- Entrevista sobre o trabalho realizado no Norte

Pág. 8

Amanhã  
às 18 e 30  
no  
Pavilhão  
da  
Siderurgia  
no  
Seixal

COMÍCIO  
com  
a presença  
do  
camarada  
Álvaro  
Cunhal



Um aspecto do comício efectuado em Queijas

## MAIS UM CENTRO DE TRABALHO PARA UNIR E ORGANIZAR

A expressiva frase erguida para o comício de inauguração do novo Centro de Trabalho de Queijas resume o significado do esforço da organização local para o desenvolvimento do seu trabalho - Pág. 7



## Manifestações de Norte a Sul de Portugal contra a política antipopular de aumento de preços

Pág. 3



Um aspecto bem significativo da grande manifestação realizada no Porto contra as medidas antipopulares do Governo

## Todos à manifestação em Lisboa amanhã no Campo Pequeno!

1. O brutal e generalizado aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade é uma verdadeira desgraça que entra pela casa dentro de centenas de milhares de famílias. Com o 3.º pacote, e de uma só vez, a par do duro golpe no nível de vida dos trabalhadores, também dos pequenos e médios comerciantes, agricultores e industriais vêm aumentar, abruptamente, ainda mais as suas dificuldades.
2. O PCP sempre alertou as massas trabalhadoras e o Povo português para as consequências de uma política que visa, não a recuperação económica do País, mas a recuperação capitalista, latifundista e imperialista, levada a cabo pelo Governo PS sozinho e, agora, pela coligação PS/CDS. A DORL do PCP continuará firmemente a apoiar a luta que o povo de Lisboa tem desenvolvido contra o aumento do custo de vida e na defesa das conquistas de Abril.
3. No Porto, ao apelo de comissões unitárias de mulheres, realizou-se no passado dia 8 uma poderosa manifestação de protesto contra o impressionante aumento do custo de vida decretado pelo governo de coligação PS/CDS. A DORL do PCP saúda as valentes mulheres e os trabalhadores do Porto pela sua acção combativa, pelo seu espírito de unidade na defesa dos seus interesses vitais contra a política de miséria e ruína. Em Lisboa, foi convocada pelo MDM, pelo Departamento de Mulheres da USL e pela CUM, para o dia 14, às 19 horas, no Campo Pequeno, uma grande concentração contra o aumento do custo de vida decretado pelo Ministério CDS dirigido pelo ministro Basílio Horta. A DORL do PCP apela para os seus militantes, para a população de Lisboa, para as mulheres, para todos os trabalhadores para participarem em massa nessa importante concentração. É preciso dizer não ao aumento do custo de vida, é preciso realizar uma grande jornada contra as forças reacçãoárias, pela defesa da Constituição, das liberdades e da democracia.

Lisboa, 11 de Abril de 1978

A DIRECÇÃO DA ORGANIZAÇÃO  
REGIONAL DE LISBOA DO PCP

Pág. 12

## A verdade sobre o custo de vida

## Editorial

## FORÇA E FRAQUEZA DA DIREITA REACCIÓNÁRIA

O movimento popular e democrático cuja força se tornou decisiva para os destinos do nosso povo tem tido por vezes de abrir o seu próprio caminho e resolver as suas tarefas imediatas em condições de extrema complexidade, frequentemente involuntárias. Os acontecimentos mais recentes ilustram-nos de maneira eloquente.

Nas últimas semanas, em pleno auge desta nova fase da crise política, os choques e as contradições de interesse multiplicaram-se e agravaram-se sensivelmente como resultado da ofensiva de desestabilização político-militar da extrema-direita que junta à política governativa da coligação PS/CDS, novos perigos para o regime democrático.

Na ofensiva de direita pontificam visivelmente os elementos fascistas e pró-fascistas — o que lhe imprime a sua marca particular. Na política do governo — profundamente errada nas soluções que aponta — apesar de um ou outro aforamento menos negativo, sobressai, com as características que lhe empresta a participação do CDS, a sua feição contemporizadora e mesmo subserviente em relação às pressões, às manobras e aos interesses do capital financeiro e do imperialismo.

A que visa fundamentalmente a ofensiva desestabilizadora da extrema-direita, quais os seus objectivos principais?

A quem, a que classes e grupos sociais afecta a política de contemporização e de subserviência do governo PS/CDS?

Responder a estas duas questões é de grande importância para uma correcta avaliação de forças e para a determinação acertada da linha de rumo do movimento popular e democrático no momento actual.

☆☆☆

Já aqui dissemos que o fascismo e a reacção espalha a sua gente por diversos partidos e organizações legais mas a extrema-direita visível e invisível é um barril cheio de contradições insanáveis a rebentar pelas aduelas, uma linha descontínua que só momentaneamente pode coincidir.

Quando Kaúlza pede, seráfico, no Minho a resignação do Presidente da República repetindo a arrogante exigência de Sá Carneiro e dos seus acólitos no Vinheiro é evidente que ambos exprimem um dos alvos imediatos das forças reacçãoárias.

Quando os carneiristas delirantes levantam o espantoso da «mobilização de massas», claramente subserviente, em apoio das posições anticonstitucionais do seu chefe, a bravata encontra paralelo na ameaça de um levantamento «nacional» armado dos seus amigos separatistas dos Açores contra o poder

central, ou nas fanfarronadas de um Casqueiro, da CAP, ao lançar de Mortágua um ultimato para a demissão imediata do MAP e do secretário de Estado das Florestas, babejando as mais torvas ameaças não só contra os governantes como contra «deputados, partidos políticos e trabalhadores».

Claro que toda esta gente conta com apoios reais cuja força não se pode subestimar, esbraveja alto, perturba com as suas tiradas grandiloquentes as águas mansas da piscina do Vinheiro ou as abóbadas vetustas do Mosteiro da Batalha, mas o poderio de que se arroga soa a falso. Cal no ridículo porque está roído pela divisão, pelas contradições intestinas, pela megalomania de mando dos seus chefes, sobretudo, pela carência de uma base social de apoio, suficientemente ampla para dar o necessário suporte às suas desmedidas ambições de poder.

O eixo Sá Carneiro/Kaúlza está no momento presente no centro da ofensiva desestabilizadora da extrema-direita fascista e fascizante mas este «eixo» passa por um PPD cuja Comissão Política Nacional não resistiu às «diaburmas» e Inconsequências do «chefe», demitindo-se em bloco; por um MIRN que aspira, nas palavras de Kaúlza e face à pretensa «defecção do CDS» vir a ser o «partido da grande direita em Portugal». Passa também pela CAP, cada vez mais desautorizada e contestada pelos pequenos e médios agricultores, pela CIP que vai alargando os seus tentáculos às empresas e actividades económicas do país mas por isso mesmo é contestada de forma crescente por numerosos empresários e por outros grupos e organizações fascistas e parafascistas da extrema-direita e da pseudo extrema-esquerda.

A ofensiva desestabilizadora que estas forças levam a cabo visa, na sua essência, à destruição do próprio regime democrático, das liberdades e da independência do povo português, das grandes conquistas sociais e políticas dos trabalhadores — visa reduzir a fanfarrão a Constituição da República e restabelecer uma nova ditadura.

☆☆☆

Ouro polo de arrumação das forças políticas é o governo de coligação PS/CDS. Desde o início do PCP tem denunciado o CDS como um partido da extrema-direita legal que dentro do próprio governo e na sua sombra prepara a hegemonia da direita no poder.

Lucas Pires, dirigente e deputado do CDS, em sincrónica posição com as forças mais extremistas da direita reacçãoária, pôs as cartas na mesa confessando publicamente que o seu partido está no governo para melhor derrotar o PS. As declarações de Lucas Pires lançaram a desorientação nos arrajais do CDS.

Mas não há razão para isso: há alguns dias, Amaro da Costa, criticando as posições precipitadas de Sá Carneiro, fazia o balanço do activo das concessões à direita conseguidas pelo CDS na política do governo.

Até onde irá o PS nas suas cedências e na sua entrega ao seu parceiro da direita no governo?

A quem, a que classes e grupos sociais aproveita a política do governo PS/CDS?

A prática política destes dois meses e sobretudo o Orçamento Geral do Estado e o Plano entregues à apreciação da Assembleia da República mostram que este governo e a sua política enxertam no governo e na política antecedentes.

Quer isto dizer que essa política, um prolongamento aperfeiçoado da política anterior de recuperação capitalista, agrária e imperialista, faz pesar sobre os trabalhadores, sobre as camadas pobres e médias da população, os custos da crise e ameaça conduzir o país para a bancarrota.

O 3.º pacote aí está com os seus escandalosos aumentos de bens e serviços essenciais à população trabalhadora. Noutra local do «Avante!» fazemos uma apreciação viva e directa da importância e das consequências dos aumentos decretados pelo governo.

Estes aumentos aparecem como a principal medida na política de austeridade do governo PS/CDS.

Nenhuma medida foi tomada para restringir as importações de artigos sumptuários ou substituíveis pela produção nacional. Pelo contrário, nos dois primeiros meses deste ano as importações foram ainda mais liberalizadas com o consequente agravamento da Balança Comercial. As importações no período referido passaram de 12 900 mil contos, em 1977, para 19 000 em 1978, sofrendo um acréscimo de mais de 47 por cento.

No que respeita ao crédito as restrições impostas pelo Governo, a serem levadas à prática, levarão à falência muitas empresas, afectarão rudemente muitos milhares de pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores. Aliás, a subida do preço da electricidade provocará nas empresas de largo consumo de energia eléctrica agravamentos notáveis nos custos de produção. No cimento, por exemplo, esse agravamento poderá ir a 40500 por tonelada.

No plano financeiro, o Governo prepara-se para arrancar com as sociedades de financiamento acordadas no compromisso do PS com o CDS e confiou o apuramento do saneamento financeiro a gente da confiança do grande capital privado e das forças da direita.

☆☆☆

O ministro Almeida Santos pôs publicamente a política económica do Governo, cujos erros custarão

muito caro ao povo português, como uma fatalidade. Referiu o ministro que os partidos da oposição não ofereciam outra alternativa à política do governo, com excepção do PCP, acrescentando, porém, que a nossa alternativa «implicaria um outro tipo de sociedade — um preço que não se pode pagar».

Isto não é verdade. A alternativa do PCP respeitava inteiramente à sociedade consagrada na Constituição e punha no centro dessa alternativa o respeito pelos limites das formações económicas actualmente existentes, ou seja: o respeito pelo sector nacionalizado, pela Reforma Agrária, pelas empresas cooperativas e mistas e pelo sector privado.

A análise dos documentos e conclusões das Conferências Económica e para a Dinamização do Sector Nacionalizado, realizadas pelo PCP demonstrará a saciedade a natureza patriótica, assente no desenvolvimento dos recursos nacionais e na participação responsável dos trabalhadores, da alternativa proposta pelos comunistas portugueses para a saída da crise.

☆☆☆

Um terceiro polo na arrumação das forças políticas e sociais é o movimento popular e democrático. Nele se situa o partido unido e coeso, instruído por uma teoria e uma prática que já deram as suas provas — o PCP. Nele também se encontra o movimento operário organizado — o movimento sindical, as comissões de trabalhadores e os órgãos populares e de poder local, o movimento cooperativo, os organismos de pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros, o movimento das mulheres, outros partidos e organizações democráticas e de esquerda.

Grandes vitórias unitárias ultimamente alcançadas demonstram a força e amplitude do movimento popular e democrático, ilustram a justeza de um caminho que conduzirá seguramente a novos sucessos e vitórias e ao isolamento do divisionismo e do esquerdismo.

As importantes acções e concentrações populares contra o aumento do custo de vida, do Porto, Ovar, Peniche, Alpiarça e outras e as que vão ter lugar em Lisboa e noutras localidades são grandes afirmações da vontade dos trabalhadores, consagram a crescente unidade de todos os democratas e patriotas e abrirão novas possibilidades de acção unitária.

As comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio recolherão as experiências positivas destas importantes jornadas populares e reduzirão ainda mais o campo de acção das forças reacçãoárias e divisionistas.

## «Congresso» esquerdista: um fiasco

O mínimo que se pode dizer acerca do que os seus organizadores designaram por «congresso» realizado na Marinha Grande no passado fim-de-semana é que oscilou entre o falhanço e o disparate completo.

Promovido por grupelhos esquerdistas cuja base de apoio entre os trabalhadores se reduz de dia para dia, a manobra da constituição da «Organização de Luta da «Trabalhadores» pretende ressuscitar propostas aventureiras de acção, utilizando o descontentamento crescente da população contra a política de recuperação capitalista e jogando com figuras entre as quais se destaca a do major Otelo Saraiva de Carvalho.

Se, em si próprio, o «congresso» e os esforços para arregimentação de elementos esquerdistas desqualificados pelas suas práticas aventureiras e provocatórias podia não significar grande coisa, é notório que ele se enquadra num avolumar da acção do esquerdismo que, na sua totalidade e apesar das contradições evidentes com que surge (entre si, os esquerdistas não se entendem) representa um perigo que as forças revolucionárias têm de ter em conta.

O que se passou na Marinha Grande demonstra contudo que os trabalhadores ganham progressivamente consciência do papel representado pelo verbalismo esquerdista.

O ambiente num centro de grandes tradições operárias e revolucionárias como é a Marinha Grande relativamente

ao «congresso» foi significativo. Aos trabalhadores da Marinha Grande não passou despercebida a vesga manobra demagógica que consistia em utilizar o nome da sua terra para lançar uma nova aventura política. Assim se justifica que os «congressistas», longe de encontrarem um ambiente favorável aos seus projectos «revolucionários», defrontassem, bem pelo contrário, não só a indiferença como mesmo o activo repúdio. Muito naturalmente, os operários da Marinha Grande não estiveram à espera que umas centenas de verbalistas se acolhessem na sua terra para lhes «apontar» o caminho da revolução... Há dezenas de anos que, com milhares de outros trabalhadores, eles lutam e forjaram as suas próprias organizações de luta.

Por outro lado, o triunfalismo de que se rodeou o «congresso» (e cabe perguntar de onde veio o dinheiro para tanto cartaz, tanto quarto, tanta refeição...) saldou-se num fiasco. O pavilhão da Embra oferecia um espectáculo que nem sequer é habitual: quando o povo trabalhador da Marinha Grande que o usa, seja para as suas actividades políticas seja para outras, conhece mais assistência e vibração do que as escassas centenas de indivíduos a que se reduziram «congressistas» e «convidados».

Finalmente, o que por lá se disse e lá se concluiu para agora ser divulgado constitui um acabado atestado de inconsciência e disparate político. O ataque às organizações dos trabalhadores constituiu naturalmente uma tónica

fundamental, ombreado com as estafadas frases sobre a «unidade das bases» — que os «organizadores» não têm nem conhecem! O confusionalismo político é confrangedor: frases como que a tal OUT «procurará, em cada fase da luta de classes, desenvolver uma força social com o fim de articular num só processo, o movimento de massas, a direcção política e a força militar» são expressões claras de parvoíce teórica e de acção provocatória.

O aventureirismo e a provocação no que se refere aos problemas militares constitui na verdade um dos elementos mais graves dos grupelhos que se associaram na criação desta nova «organização».

Por outro lado, apesar das suas revelações, de surgir sob várias roupagens e de os seus meios ou agentes serem diversificados, o esquerdismo e a sua acção visam provocar os mesmos efeitos: arrastar os trabalhadores para acções aventureiras que conduzam o movimento popular a bocos sem saída, à criação de situações de instabilidade que servem objectivamente os interesses da reacção.

O isolamento e o fracasso revelados na manobra levada a efeito no passado fim-de-semana traduzem uma maior consciência dos trabalhadores relativamente aos perigos do esquerdismo mas exigem o prosseguimento de um trabalho de esclarecimento e organização que permitam isolar definitivamente os provocadores e reforçar a unidade de todos os que lutam pela democracia e pelo socialismo.

## Há 17 anos o voo de Yuri Gagarin foi um triunfo da Humanidade e do Socialismo

12 de Abril de 1961: uma nave soviética pilotada por um cidadão do socialismo, realizava pela primeira vez na História da Humanidade um voo cósmico. A nave chamava-se «Vostok-I» e o piloto era o coronel do Exército Vermelho Yuri Gagarin.

Quase 44 anos após a Revolução de Outubro, o povo soviético dava um passo decisivo na revolução do espaço, que o mesmo é dizer, na conquista de novas fronteiras para o bem-estar e o progresso dos povos.

O momento da partida da nave espacial «Vostok-I» iniciava uma nova era, uma era em que cada vez mais a ciência e a técnica são também os instrumentos de trabalho que os povos que lutam pela paz e pelo progresso da Humanidade empunham na sua luta diária pela transformação e melhoramento das suas condições de vida.

Sendo uma grande vitória da Humanidade, o primeiro voo cósmico do homem, protagonizado por Yuri Gagarin, foi também uma grande vitória do Socialismo, uma vitória de um estado de operários e camponeses que, nesse momento histórico dava mais uma decisiva e fundamental contribuição na luta pela Paz.

Aos comandos da «Vostok-I» não seguia apenas um homem. Yuri Gagarin, com efeito, não se encontrava sozinho nesse dia histórico. Com ele, iam milhares de habitantes da Terra e sobretudo, milhões de habitantes de um mundo novo, de um mundo construído à medida das mãos dos homens que querem ser livres e viver em progresso, massem tudo semelhantes às que nesse dia; levaram a Humanidade a novos horizontes.

Yuri Gagarin, o primeiro homem a voar no espaço, era bem, nesse momento, a incarnação fiel do homem socialista, do homem que sabe que a realidade é susceptível de ser transformada e de ser melhorada.

Coronel do Exército Vermelho, ele era também a imagem fiel dos novos combatentes socialistas, dos herdeiros dos soldados e marinheiros que fizeram a primeira revolução socialista da História, dos soldados e marinheiros que mais tarde derrotaram o nazifascismo. Com outras armas, com as armas da ciência e da técnica, o coronel Yuri Gagarin combateu, também ele, tal como todos os outros cosmonautas soviéticos, a Paz e bem-estar da Humanidade.

Assinalar a data de 12 de Abril de 1961 adquire, em cada ano que passa, uma dimensão diferente do anterior. A Humanidade avançou mais e mais, franqueando cada vez mais fronteiras do conhecimento ainda ontem desconhecidas.

Mas a memória do primeiro passo nessa direcção permanece intacta, marco decisivo na luta da Humanidade pela transformação da realidade.

Yuri Gagarin, homem novo que era, após a sua histórica missão, dedicou o resto da sua vida à luta pela Paz e Amizade entre os povos de todo o Mundo.

Dezassete anos são passados sobre o voo da nave espacial «Vostok-I». Dezassete anos no decorrer dos quais o Homem foi mais e mais longe, mas período também durante o qual muitos desses passos em frente foram prejudicados pela acção das forças que estão contra o progresso dos povos.

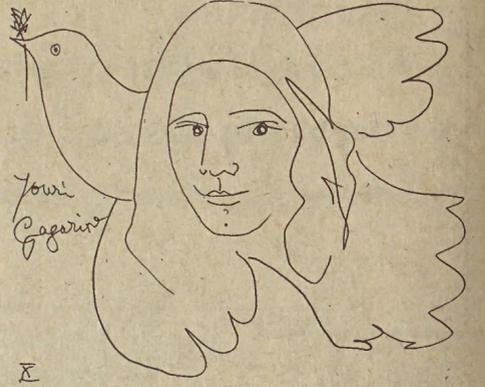
E estão contra o progresso dos povos as forças que impedem que o futuro do homem seja um futuro livre e digno, um futuro em que não haja exploração do homem pelo homem.

Os dezassete anos que se cumprem agora sobre o voo de

Yuri Gagarin aí estão para o provar. Desde então o povo soviético e os povos dos outros países socialistas puderam avançar mais e mais no caminho iniciado por Gagarin. Mas tudo isto porque os cidadãos do Socialismo vivem num mundo muito diferente do mundo onde ainda subsiste

a exploração do homem pelo homem.

Um mundo em que a competição, a exploração e a injustiça foram substituídos pelos valores da solidariedade, da liberdade e do bem-estar. Foi também por isto que Yuri Gagarin lutou e trabalhou.



Desenho de Pablo Picasso

## Renova-se o ataque contra os trabalhadores e as suas comissões

A Assembleia da República vai apreciar novamente, na próxima terça-feira, na sequência do direito de veto exercido pelo Presidente da República, o decreto relativo às Comissões de Trabalhadores, aprovado em Julho do ano passado.

Este decreto, que integrou o lote da contra-revolução legislativa, foi, como é sabido, declarado inconstitucional pelo Conselho da Revolução, por violação de várias normas da nossa Lei Fundamental.

O problema que se vai agora colocar aos partidos representados na Assembleia da República é, pois, o seguinte: confirmar ou não o diploma antes aprovado pelos votos conjuntos do PS, PPD/PSD e CDS,

que o mesmo é dizer, continuar ou não o ataque a esta organização dos trabalhadores e ao seu mais importante e significativo direito consagrado na Constituição, o controlo de gestão. De facto, de tanto se trata na nova apreciação que deverá ter lugar no próximo dia 18.

Como na altura salientou o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, o decreto então aprovado visava esvaziar de real significado os direitos das comissões de trabalhadores, negava o seu exercício a muitos trabalhadores de pequenas e médias empresas, previa sanções, inclusive de carácter penal, a aplicar aos membros das comissões.

Além disso, os partidos que votaram o decreto (PS,

PPD e CDS) quiseram, através da lei, substituir-se aos trabalhadores nos domínios importantes do seu direito à auto-organização. Foi o que se pretendeu, por exemplo, com o método eleitoral. A lei não pode, e portanto não podem os partidos, impôr aos trabalhadores um método único a adoptar nas respectivas eleições. Esta é uma matéria a ser regulada nos respectivos estatutos a aprovar, sem restrições, pelos trabalhadores.

O referido decreto não é, na verdade, um diploma sobre comissões de trabalhadores e seus direitos, mas um diploma que visa «controlar» as comissões de trabalhadores e liquidar os seus direitos.

No fundo, este é de facto o problema que a Assem-

bleia vai novamente enfrentar; o que está em causa é o respeito ou o desrespeito por uma das conquistas da Revolução de Abril, consagrada na Constituição e persistente e conscientemente defendida pelas classes trabalhadoras.

A esta questão terão de responder, fundamentalmente, os partidos dos trabalhadores, ou que deles se reclamam, na certeza de que a direita parlamentar (PSD e CDS) é frontalmente contrária a este direito.

Votar com estes partidos, como já antes o PS fizera, é, seguramente, votar um diploma anti-operário, desrespeitando a confiança de todos os que acreditaram ver nos deputados socialistas defensores dos seus direitos e aspirações.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Av. António Sérgio, 26-2.º - Lisboa, 1. Tel. 769897/7.

ADMINISTRAÇÃO: Editoriais Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º - Lisboa, 1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - Lisboa, 1. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: C.D.L. Central Distribuidora Livreira, SARL, Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa, 1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa, 1. Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel. 29493.

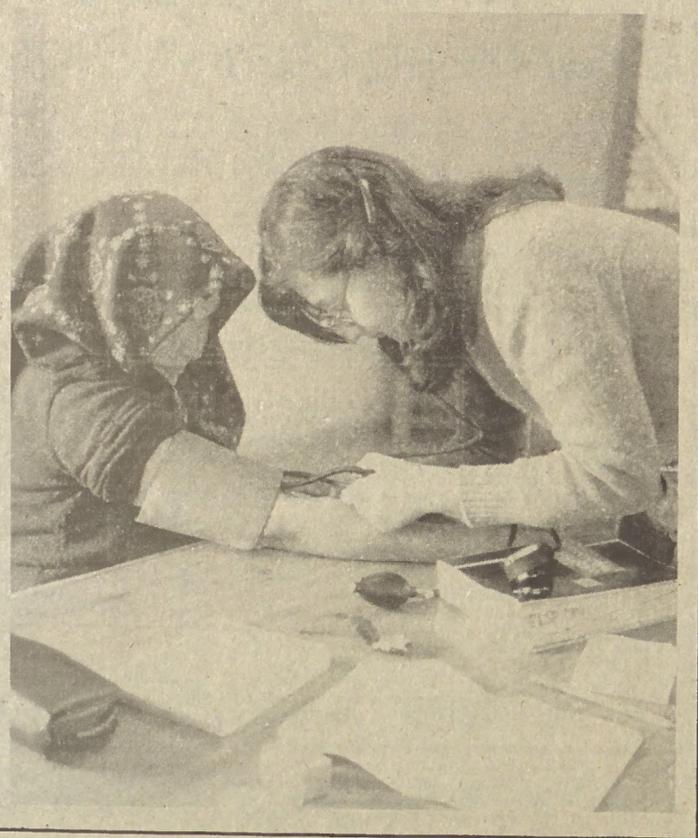
Centro Distribuidor do Alentejo: Alameda de Baixo, 13 - Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: C.D.L. Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Comp. de Impressão: Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Março: 83 460



# Dezenas de milhar de pessoas manifestaram-se no Porto contra o aumento do custo de vida

Milhares e milhares de pessoas, onde sobressaia uma enorme percentagem de mulheres, convergiram, na tarde de sábado, para a «baixa» portuense para participarem numa importante manifestação popular contra a carestia de vida, pelo pão e em defesa da Constituição.

provas bastantes, a desenvolver todos os seus esforços para a recuperação da crise económica, que só é possível superar com uma política que não proteja os maiores rendimentos, e de

vida, rapidamente engrössou a torrente de apoio à decisão tomada por numerosas comissões unitárias de mulheres do grande Porto, a que prontamente se associaram os Departamentos

Há uma semana, a direcção da Organização Regional do Norte do PCP divulgava num manifesto, profusamente distribuído, no qual apelava à participação massiva na manifestação, afirmando a sua

as ruas de 31 de Janeiro, Santa Catarina, Fernandes Tomás, Sá da Bandeira, Praça D. João I e a Rua Magalhães de Lemos, vieram-se muitas centenas de cartazes e bandeiras empunhadas pelos

Denunciando as manobras das forças reaccionárias, que procuram aproveitar o descontentamento popular para animar a conspiração contra as instituições democráticas, Alexandrina de Sousa sublinhou que o 25 de Abril foi feito pelos militares progressistas e pelas massas populares, pela democracia e pelo bem-estar do nosso povo. Dizemos bem alto — acrescenta — que não estamos dispostos a voltar ao passado. O fascismo não voltará ao nosso País. Unidos, defenderemos o 25 de Abril.

Por seu turno, em nome do Departamento de Mulheres e do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN, Conceição Soares destacou a importância das reivindicações formuladas pelo movimento sindical unitário no plenário da CGTP-IN, de 14 de Fevereiro. Denunciou a política de recuperação capitalista e a repressão patronal, realçando contudo a importância de serem os aumentados o salário mínimo nacional, as pensões de reforma e o subsídio de desemprego e de ter sido diminuído o período de vigência das tabelas salariais.

Após a aprovação da moção, de que transcrevemos extractos noutra localidade, iniciou-se o desfile dos manifestantes, e durante o qual foi enorme o apoio demonstrado por quantos pejavam completamente os passeios das diversas artérias pela multidão, que ali estava para demonstrar o repúdio por uma política contrária aos interesses nacionais, dos trabalhadores, dos pequenos agricultores, industriais e comerciantes.



Frágil foi a participação das mulheres. Vivendo no dia-a-dia a angústia do aumento dos preços a sua presença fez-se sentir em força

## População de Ovar protesta contra carestia

Os protestos contra o aumento do custo de vida fizeram-se também ouvir em Ovar, no passado sábado, onde cerca de três mil pessoas desfilaram pelas ruas manifestando o seu descontentamento contra esta austeridade que só atinge as classes trabalhadoras.

A manifestação, que partiu do Largo da Estação de Ovar, teve o apoio dos Sindicatos dos empregados domésticos, tapeteiros, vestuário, panificação, sapateiros, metalúrgicos, têxteis, função pública, marinha mercante, mecânicos de madeiras, rodoviários, lactínios, mineiros, chapelleiros e madeiras do Porto e Aveiro, para além da CGTP - Intersindical, comissões de moradores e de mulheres e da Comissão concelhia de Aveiro do PCP.

Após o desfile pelas ruas da

vila os manifestantes concentraram-se junto à Câmara Municipal, onde intervieram um elemento da Comissão Organizadora e outro do Secretariado da CGTP, condenando a política de recuperação capitalista do Governo e denunciando o clima de repressão que se vive nalgumas empresas e que visa, geralmente, os trabalhadores que mais se destacam na defesa dos interesses da classe.

No final das intervenções foi apresentada e aprovada uma moção, onde se repudiavam os recentes aumentos dos produtos essenciais e se exigia a integração no «Cabaz de Compras» dos artigos de primeira necessidade.

Na moção, em que se exige ainda o fim das manobras, os manifestantes reivindicam uma política governativa de defesa dos interesses nacionais.

## Manifestações em Peniche, Alpiarça e Sines

Peniche, Alpiarça e Sines foram também centro de manifestações populares contra o aumento do custo de vida, em que participaram centenas de pessoas.

A manifestação de repúdio pelo brutal aumento dos bens de primeira necessidade caracterizou-se, em Peniche, pela predominante participação de mulheres. Na concentração, junto do

município, intervieram uma doméstica, em representação da Comissão Unitária de Mulheres, uma operária conserveira, um pescador e um trabalhador da função pública.

Antes do desfile pelas ruas da vila, os manifestantes aprovaram uma moção, a enviar à Assembleia da República, repudiando os recentes aumentos.

## A moção aprovada

Menos de 24 horas decorridas sobre a comunicação do ministro do Comércio e Turismo, Basílio Horta, as ruas da cidade do Porto foram cenário de uma grandiosa manifestação, no decurso da qual cerca de 150 mil pessoas aprovaram uma moção, que vai ser entregue a vários órgãos do poder.

Além de protestar firmemente contra o insuficiente alargamento do «cabaz de compras» e contra a subida de preços dos seus produtos e do custo de vida em geral, contrariando a vontade expressa e as propostas das mulheres e dos trabalhadores, a multidão reunida ratificou uma moção que reclama — um verdadeiro «cabaz de compras», a utilização plena da mão-de-obra,

## denunciando o aumento dos despedimentos e do desemprego.

Após reiterarem a sua inabalável disposição de lutar pela aplicação da Constituição e pelas conquistas de Abril, pela democracia e pela liberdade, contra golpistas fascizantes, os cerca de 150 mil manifestantes saudaram o grande esforço desenvolvido pelas mulheres na luta contra o aumento do custo de vida e por um verdadeiro cabaz, através das comissões unitárias de mulheres e dos departamentos de mulheres dos sindicatos, mandando estas estruturas para levarem aos órgãos do poder (CR, PR, AR e Governo) as conclusões desta grande jornada de luta.

convicção de que ela seria — como se confirmou — uma grande jornada contra as forças mais reaccionárias, pelo cumprimento da Constituição, pela defesa das liberdades e da democracia.

Durante a concentração na Praça General Humberto Delgado e na Avenida dos Aliados e no decurso do desfile, que percorreu em filas compactas e demoradamente

manifestantes que, em unísono, gritavam várias palavras de ordem, nomeadamente: o custo de vida aumenta, o povo não aguenta; não, não aos aumentos da água, luz e transportes; o cabaz não satisfaz, queremos um cabaz capaz; trabalho sim, desemprego não; defender o pão, cumprir a Constituição; não ao aumento das rendas de casa.

Dirigindo-se à multidão, antes do início do desfile, Alexandrina de Sousa, em nome da Comissão Promotora, frisou que a luta contra o aumento do custo de vida é inseparável da luta pela defesa da liberdade, da democracia, das conquistas de Abril e da Constituição.

## Manifestações contra aumento do custo de vida

- Almada — Hoje, às 18 horas, com concentração junto à Lisnave
- Colmbra — Amanhã, às 18 e 30 horas, com concentração no Largo do Arnado
- Barreiro — Amanhã, às 18 e 30 horas, com concentração junto às instalações da ex-Cordoaria Nicola
- Lisboa — Amanhã, às 19 horas, em frente ao Ministério do Comércio Interno (Campo Pequeno)
- Couço — Sábado, dia 15, às 17 horas



Os trabalhadores e a população de Ovar vieram para a rua manifestar o seu protesto pela desenfreada recuperação capitalista levada a cabo pelo Governo PS com o apoio do CDS

Simultaneamente, a multidão, cujo número só terá sido excedido pelas jornadas do 1.º de Maio realizadas na cidade depois do 25 de Abril, deu uma firme resposta às forças reaccionárias e fascizantes, às suas mais recentes manobras conspiratórias. Como sublinha a moção aprovada pelos manifestantes, os problemas do País e a crise económica podem ser resolvidos. As mulheres, os trabalhadores, todo o nosso povo, estão dispostos, e têm dado disso

## redução drástica dos gastos supérfluos, de plena utilização da mão-de-obra, de aumento da produção, de respeito pelas conquistas de Abril.

## O povo não aguenta

Reflectindo o crescente sucesso da luta travada pelas mulheres contra a carestia de

de Mulheres da USP e de vários sindicatos. Para se avaliar a magnitude do apoio à jornada, registre-se que (na véspera da sua realização) ultrapassava 235 o número de organizações populares e de trabalhadores que exprimiram a sua adesão, entre as quais se encontravam 47 sindicatos, secções e delegações sindicais e 56 comissões de Trabalhadores e Sindicais.



A manifestação do Porto provou bem o desagrado da população pela política económica do Governo PS/CDS

# Os pioneiros, o convívio, a alegria e a aprendizagem

A localidade de Montelavar foi no passado domingo palco de uma grandiosa jornada de convívio infantil em que participaram mais de 700 crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 15 anos.

Foi o «Grande Festival Infantil do Conselho de Sintra», de cuja comissão promotora fazem parte, além dos núcleos dos Pioneiros de Portugal do Algueirão, Belas, Cacém, Rio de Mouro e Queluz, a Sociedade Filarmónica Boa União Montelavarense, as comissões de moradores de Montelavar, Pero Pinheiro, S. Carlos-Algueirão, Mercês e Queluz Central (zona C), as cooperativas de consumo «Proelium» (Queluz) e «Consumal» (Algueirão), a cooperativa escolar de Rio de Mouro «A Galvoia», a organização de Montelavar do MDM, o Clube Desportivo Estrela Vermelha (Cacém), o Centro Sociocultural de Rio de Mouro e o Desportivo e Juventude de Mira Sintra.

Habitada a um ambiente calmo e sereno, a aldeia de Montelavar — uma das mais desfavorecidas do concelho de Sintra, no que respeita a meios de comunicação, vida cultural e recreativa, e condições sociais em geral — conheceu no passado domingo um ambiente de grande azáfama, alegria e entusiasmo, que começou logo de manhã com a realização de provas de atletismo, um torneio de mini-futebol e uma sessão de ginástica que contou com a exibição de classes do Desportivo e Juventude de Mira Sintra e do Clube Atlético de Campo de Ourique (CACO). Um dos aspectos mais salientes desta manhã desportiva seria a viva participação de toda a petizada,

em particular nas provas de ginástica.

Após um «piquenique» com todas as crianças, decorreu a partir das 15 horas, na «Boa União», um espectáculo muito animado em que se exibiram grupos infantis de teatro (o núcleo dos Pioneiros do Cacém apresentou a peça «O Carnaval dos Pardais»), fantoches, palhaços e coros.

No final do espectáculo, ao som do Hino da Juventude Democrática, entoado por todas as crianças presentes, foram exibidos no palco cartazes onde se lia «As Crianças são o Futuro».

Este seria, aliás, o tema que de uma forma ou outra dominou a exposição de desenhos e trabalhos manuais patente no jardim, junto da Sociedade Boa União. Muitos dos trabalhos expostos neste certame, visitado durante o dia, por centenas de miúdos e graúdos, referiram-se ao «25 de Abril», «Reforma Agrária», «A criança e a árvore», «O Tarral», «Charlie Chaplin», «Liberdade», etc.

A encerrar o Festival, a Banda de Montelavar desfilou pelas ruas da aldeia, seguida de todas as crianças. Após o desfile, a Banda deu um concerto no coreto do parque.

Além dos organismos que constituíam a comissão promotora, o «Grande Festival Infantil do Conselho de Sintra» contou com a preciosa colaboração do Destacamento da Carregueira do Regimento de Infantaria de Queluz, que transportaram em camionetas dezenas de crianças das localidades vizinhas; e dos Bombeiros Voluntários de S. Pedro de Sintra, que puseram à disposição uma ambulância e pessoal de enfermagem.

## Outras actividades dos Pioneiros

Entretanto noutras localidades do país os Pioneiros levam a efeito actividades que têm atraído muitas crianças, actividades que os põem em contacto com as realidades do país, durante as quais a alegria é o traço dominante.

Assim uma excursão partiu de Coimbra no passado dia 1 de Abril, em direcção à Serra da Estrela. Foram 23 os pioneiros de Coimbra e mais 8 de Viseu que participaram nesta animada visita que durou dois dias. No primeiro dia houve paragem em Seia onde os farnéis se desataram para o lanche. Mais tarde, na Covilhã, depois de um passeio pela cidade e do jantar, houve projecção de filme e os pioneiros foram descansar para casa de camaradas.

No segundo dia, passou às Penhas da Saúde e bençadeira com a neve em que se juntaram os pioneiros de Tortosendo e da Covilhã. No almoço que se seguiu eram 51 à mesa, pois mais 6 pioneiros de Viseu se lhes tinham juntado.

Finalmente, na sala dos Pioneiros da Covilhã onde um elemento de cada núcleo presente formara equipa para montar uma exposição sobre o tema «Conhecer a Constituição», aproveitaram todos para falar deste importante documento, para aprender como foi feita e aprovada a Lei Fundamental dos portugueses, que princípios consagra, a importância do seu cumprimento.

Do concelho de Oeiras, onde também os Pioneiros participaram nas comemorações locais da Constituição, os núcleos de Oeiras, de Linda-a-Pastora e de Queijas têm levado a efeito toda

uma série de actividades. Nomeadamente em Queijas, grupos de trabalho já estão organizados. Jornalismo, Teatro, Desporto, Biblioteca e Fundos, tais são as actividades que os Pioneiros chamaram a si.

Entretanto, os Pioneiros da Vitória foram ao Montijo, de barco e aproveitaram para visitar a casa das máquinas. De salientar o papel dos trabalhadores que, tanto à ida como à vinda não quiseram deixar de explicar o seu trabalho, como funcionam as máquinas, como funcionam os barcos. Esta visita resultou num debate, findo o passeio, do qual saíram desenhos e redacções.

Também em Setúbal um numeroso grupo de pioneiros foi ver como se trabalha. Recebidos por elementos da Comissão de Trabalhadores da Inapa e por elementos da Administração da mesma empresa de fabricação de papel, cerca de três dezenas de pequenos amigos visitaram largamente todo o circuito de produção, acompanhados das suas monitoras. No passado fim-de-semana foi a Setenave que, desta vez em número superior a 50, os pioneiros visitaram, recebidos por um elemento da Comissão de Trabalhadores.

Chegam-nos muitas notícias desta actividade dos pioneiros. Foi criado, por exemplo, um núcleo em Vialonga. Na Póvoa, ainda concelho de Vila Franca, os pioneiros participaram numa festa promovida pela UEC. Na Amadora eles disseram poemas numa festa de reformados e visitaram uma exposição da FIL, enquanto o núcleo da Damaia visitou as instalações de «o diário» durante as férias da Páscoa. Por seu lado, em Torres Vedras, 40 crianças participaram numa sessão de cinema.

# Apoiamos o Governo português no que se refere à Madeira e Açores — declarou o comandante Pedro Pires

A questão levantada sobre a Madeira e os Açores está fora de causa. As ilhas atlânticas portuguesas não são territórios não-autónomos. Apoiamos completamente a posição do Governo português — declarou o comandante Pedro Pires, primeiro-ministro de Cabo Verde, no decorrer de um encontro com os jornalistas, na embaixada do seu país em Lisboa, a propósito de uma pergunta que naquele sentido lhe fora feita por um dos representantes dos órgãos de informação.

O primeiro-ministro de Cabo Verde, que permaneceu em Lisboa dois dias, depois da sua digressão por alguns países da Europa, referiu o que existe de positivo na cooperação com Portugal, destacando a assistência técnica da parte de Portugal como bastante apreciável.

Seguidamente, o coman-

dante Pedro Pires debruçar-se-ia sobre o problema da emigração dos seus conterrâneos, a propósito de uma pergunta que surgiu nesse sentido e tendo em conta que Portugal conta com uma grande colónia de trabalhadores cabo-verdianos:

Não podemos fazer uma política de incentivar o regresso desses compatriotas, pois a nossa situação económica é má, sofremos os efeitos da seca, o ano passado as chuvas foram quase nulas, existe algum desemprego e não seria justo aumentar o desemprego.

Os que quiserem regressar serão bem recebidos e tentaremos integrá-los. Ainda sobre este assunto focou a necessidade de uma política de regresso selectivo à medida que as condições melhorarem.

As ilhas Canárias seria outro dos temas abordados durante a conferência de imprensa. Manifestando uma opinião já substancialmente diferente da que revelou em relação à Madeira e aos Açores, o primeiro-ministro de Cabo Verde, depois de dizer que a resolução dos ministros dos Negócios Estrangeiros da OUA que reconhece o Movimento para a Independência das Ilhas Canárias deverá ser submetida à próxima reunião cimeira daquela Organização, acrescentou:

Em Espanha, está a decorrer um processo bem interessante de democratização. O assunto deve ser entendido neste contexto e não deve criar dificuldades à democratização em Espanha.

Fisicamente — prosseguiu — as Canárias talvez possam

ser consideradas africanas por estarem próximas do continente, mas há que ter em conta outros factores. Quanto ao resto trataremos directamente com as partes interessadas.

Respondendo ao representante da agência de informação espanhola precisou que as partes interessadas são a Espanha e Cabo Verde.

Por último, o primeiro-ministro de Cabo Verde confirmou que o português continuará a ser utilizado como língua oficial e que a única decisão que se verificou foi a de aprofundar o estudo das línguas nacionais da Guiné-Bissau e Cabo Verde, nomeadamente o crioulo, pois, como recordou, somos um país bilingue, com uma língua falada, o crioulo, e outra língua escrita, o português.

# Sessão em Almada do Conselho da Paz

Um ataque atómico pode instantaneamente destruir a humanidade pois, hoje, um míssil intercontinental não tem margem de erro quanto ao objectivo a atingir, afirmou o general Costa Gomes, vice-presidente do Conselho Mundial da Paz, em Almada, na Academia Almaldense que comemora o 83.º aniversário.

O Conselho Português para a Paz e Cooperação tem vindo a desenvolver uma campanha a nível nacional com vista a alertar a opinião pública para o perigo de uma guerra atómica, que, no dizer de Costa Gomes, não pode ser ilimitada pois que não há arma de destruição maciça que permita que a guerra tenha uma determinada medida.

Disse ser tempo da opinião pública mundial (todos nós unidos) digamos não à corrida aos armamentos, e façamos esforços para que todos os governos ponham

como ponto essencial nas suas relações externas, o fim à corrida aos armamentos. A assistência ficou a saber que os Estados Unidos da América produzem, por dia, três a quatro armas nucleares.

Fernando Loureiro, deputado pelo PS na Assembleia da República, que com Silas Cerqueira, fazia parte da delegação do CPPC, falando da paz disse que o conceito de paz do Conselho é o que consta da nossa Constituição e que a luta pela paz é uma luta em que todos nós nos devemos empenhar; que nos devemos unir em defesa da nossa Constituição, que é o mesmo que lutar pela paz. Lembrou ainda que as forças que lutam contra a Constituição são as mesmas que defendem a bomba de neutrões e lembrou ser a bomba de neutrões tão nefasta e a sua construção verdadeiramente criminoso e desumano que já

foi classificada pela Social Democracia da Alemanha Federal como «símbolo de espíritos perversos».

Silas Cerqueira disse viver-se actualmente uma situação contraditória e instável, mas estar confiante de que as forças da paz, com o apoio da opinião pública mundial serão

capazes de fazer recuar os profissionais da guerra.

Durante a sessão, que teve lugar no salão de Teatro, foi aprovada uma proposta de recolha de assinaturas condenando o fabrico da bomba de neutrões, a realizar em todo o Concelho de Almada.



«Não há limite para as guerras nucleares» — declarou, em Almada, o general Costa Gomes que se encontrava ladeado por Fernando Loureiro, deputado socialista e Silas Cerqueira



Provas desportivas, espectáculo da aldeia, exposições de pintura e desenho foram algumas das actividades que ocuparam as 700 crianças reunidas em Montelavar



Uma réstea de neve constituiu um bom divertimento para os Pioneiros que subiram à Serra da Estrela

# Semana

**5** 1976 - O «Avante!» começa a publicar um suplemento diário por ocasião da campanha para a Assembleia da República.

**Quarta-feira**

O ministro dos Assuntos Sociais, António Arnaut, divulga o Anteprojecto de Bases do Serviço Nacional de Saúde, cuja implantação acelerada vai ser feita até ao fim do ano nos distritos-piloto de Beja, Bragança, Guarda e Vila Real. Os trabalhadores da Função Pública paralisam pela segunda vez em defesa das suas reivindicações. O índice de adesões atinge os 80 por cento. No Funchal, uma bomba de grande potência rebenta debaixo de um carro da Polícia Judiciária, ferindo dois membros daquela polícia e alguns transeuntes. Em Lagos, junto ao edifício da Messe de Oficiais, rebenta uma bomba que destrói uma viatura militar. É exonerado a seu pedido o vice-governador do Banco de Portugal, dr. Artur dos Santos Silva. É legalizada a Confederação Nacional da Agricultura a ser assinada a escritura pública da organização pelos seus dirigentes.

**6** 1385 - Nas Cortes de Coimbra é proclamado rei D. João I, Mestre de Avis.

**Quinta-feira**

A Assembleia da República aprova um voto de protesto proposto pelo PS contra os ataques proferidos por Sá Carneiro à figura do Presidente da República. Só o PPD/PSD vota contra. O ministro das Finanças e do Plano, Vítor Constâncio, admite na Assembleia da República uma ruptura com o Fundo Monetário Internacional, ao afirmar que o Governo «não está disposto a aceitar qualquer acordo com o FMI». Sótimayor Cardia, ministro da Educação e Cultura, aceita participar no debate televisivo proposto pelos representantes dos Sindicatos dos Professores. Veiga Simão, ex-ministro do governo fascista, é empossado discretamente no cargo de presidente da Comissão Instaladora do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial. Chega a Lisboa o primeiro-ministro da República de Cabo Verde, comandante Pedro Pires. O ministro da Agricultura e Pescas, dr. Luis Saia, manda instaurar um inquérito à Empresa Pública de Abastecimento de Cereais em virtude do que se passou com as sementes distribuídas por aquele organismo.

**7** 1893 - Nasce em Lisboa José de Almada Negreiros, que se distinguia como pintor e escritor.

**Sexta-feira**

O ministro do Comércio e Turismo, Basílio Horta (CDS) revela os preços dos produtos do «cabaz de compras» que registam um aumento médio superior aos 20 por cento. Toma posse o novo comandante da Região Militar de Lisboa, general Oliveira Rodrigues, que até ao momento desempenhara as funções de adjunto-coordenador do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Ramalho Eanes. A Comissão Política do PPD/PSD demite-se em bloco como consequência das manobras desestabilizadoras de Sá Carneiro. O general Costa Gomes, vice-presidente do Conselho Mundial da Paz e uma das figuras que encabeçou a campanha de esclarecimento e protesto contra a bomba de neutrões, manifesta a sua satisfação pela decisão do presidente Carter de adiar a produção da referida bomba. O Supremo Tribunal Militar anula e manda repetir o julgamento de Joaquim Centeio Maria e outros réus implicados num negócio de venda de armas de guerra.

**8** 1973 - Termina em Aveiro o III Congresso da Oposição Democrática, realizado por iniciativa da CDE e que reuniu as correntes mais importantes do movimento antilascista.

**Sábado**

No Porto, mais de 150 000 pessoas manifestam-se contra o aumento do custo de vida. Manifestações idênticas realizam-se em Ovar, Peniche e Alpiarça. Frietas do Amaral, presidente do CDS, revela, num almoço de homenagem aos ministros «centristas», que «o CDS está a trabalhar há mais de seis meses sobre a revisão constitucional». Antes da reunião de trabalho da Federação da Área Urbana de Lisboa do PS, Mário Soares nega, aos jornalistas, que o Ocidente esteja a abandonar Portugal, frisando que o Governo «está sólido, tem uma maioria parlamentar, goza da confiança do Presidente da República, está a resolver os problemas na medida do possível». O Plenário da União dos Sindicatos de Lisboa e da Cintura Industrial de Lisboa para além de repudiar a política económica do Governo exige «o cumprimento integral da letra e do espírito da Constituição».

**9** 1918 - O Corpo Expedicionário Português participa na batalha de La Lys, durante a Primeira Guerra Mundial.

**Domingo**

Na inauguração de um Centro de Trabalho do PCP, em Queijas, o camarada Álvaro Cunhal alertou para «as actividades desestabilizadoras, conspiradoras e golpistas da coligação MFR/PPD-Sá Carneiro, que aparece como eixo de uma vasta coligação de forças da extrema-direita, incluindo sectores do CDS». Na Marinha Grande, termina o congresso da chamada «Organização Unitária de Trabalhadores» e que pretende agregar à volta da figura do major Otelo alguns agrupamentos da extrema-esquerda. As contradições internas foram evidentes revelando a luta dos grupos pelo controlo da organização. No Porto, ao encerrar o 1.º Encontro Distrital de Militantes do PS nas Comissões de Trabalhadores, Manuel Alegre afirmou, referindo-se às manobras de desestabilização recentes, que «a tolerância não pode ir ao ponto de termos uma atitude suicida». O Conselho Nacional da UDP ataca a recém-criada «Organização Unitária de Trabalhadores» considerando que não passa de «uma manobra de divisão» levada a cabo «por forças dominadas pelo desespero e pela aventura» com a colaboração de «personalidades políticas que com elas conciliam», numa clara alusão ao major Otelo.

**10** 1907 - Deflagra o incêndio da Rua da Madalena, considerado como um dos maiores sinistros daquele género verificado em Lisboa.

**Segunda-feira**

Os trabalhadores da Plessey Automática paralisam durante três horas face ao impasse nas negociações com a entidade patronal. Toma posse o novo comandante-geral da Guarda Fiscal, brigadeiro Ramires de Oliveira. Entram em vigor as novas tarifas postais e telegráficas cujos aumentos são substanciais. Os telefonemas por enquanto não são aumentados. Em reunião de Conselho de Ministros o Governo decide não satisfazer a reivindicação salarial dos trabalhadores da Função Pública. O ministro-adjunto do primeiro-ministro, Almeida Santos, declara aos jornalistas que são as propostas do PCP as únicas alternativas que agora surgidas com vista a ultrapassar-se a crise económica, evitando-se as exigências do imperialismo via FMI. «Mas — acrescentou — as alternativas do PCP quase que implicariam um novo tipo de sociedade e isso é um preço que não se pode pagar». A Confederação Nacional de Agricultura, estrutura já com personalidade jurídica e englobando cerca de 253 organizações, reivindica o estatuto de parceiro social para fazer ouvir a sua voz sobre todos os problemas respeitantes à lavoura.

**11** 1357 - Nasce D. João I, Mestre de Avis.

**Terça-feira**

Numa vasta operação, a Polícia Judiciária do Porto passa buscas a vários domicílios e apreende armas de guerra, mas não são reveladas quaisquer informações sobre os seus detentores. A Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril, presidida pelo Conselheiro da Revolução, capitão Sousa e Castro, revela o programa para as comemorações do Dia da Liberdade. O «Diário da República» publica as portarias relativas aos preços do «cabaz de compras» que passam a vigorar. O ministro da Habitação e Obras Públicas, Sousa Gomes, desloca-se a Vila Real para uma visita de dois dias a Trás-os-Montes. As recentes medidas proteccionistas do Mercado Comum em relação ao calçado poderão afectar a exportação nacional deste produto, que se cifrava em 2,4 por cento das exportações.

# Os Comunistas na Assembleia da República

## Duas alternativas em confronto que a direita e o Governo pretendem esconder

A Assembleia da República deverá terminar na noite de hoje ou, o que é mais do que provável, já na madrugada de amanhã, o debate sobre os planos e o Orçamento Geral do Estado para 1978, apresentado pelo Governo da coligação PS/CDS, e iniciado na tarde do passado dia 6.

Claro que este panorama se irá alterar quando soar a hora das votações: nessa altura, será a corrida dos bastidores para as bancadas, no exercício de um direito que ali aparecerá diminuído pela completa ausência de dados sobre quais as alternativas que se abrem à vida do Povo português.

Alternativas que têm estado claramente em confronto neste debate: a alternativa do Governo e dos dois partidos coligados apontando muito concretamente para o prosseguimento da política de recuperação capitalista que mais não fará que agravar a situação económica e social do País; e a alternativa democrática apresentada e desenvolvida pelos deputados comunistas, apostada na recuperação económica e que assenta fundamentalmente na dedicação e espírito de patriotismo do povo Povo português, e particularmente das massas trabalhadoras, ao invés da do Governo, que embora faça reair sobre os trabalhadores os pesados sacrifícios da crise que não tem sabido ultrapassar, não demonstra simultaneamente a vontade

política de defender os seus interesses e legítimas aspirações.

No meio destas duas alternativas em confronto na Assembleia, uma atitude curiosa: a do partido de Sá Carneiro/Sousa Franco (também pode ler-se PPD/PSD) que, não tomando naturalmente posição sobre nenhuma delas, se limita... a interrogar. Tendo a maior parte das vezes menos de um terço dos seus deputados presentes no hemiciclo, profere «intervençãozinhas» que, não criticando no fundamental os textos apresentados pelo Governo e defendidos pelos seus aliados de ontem — aliados na célebre «convergência», aliados na conjura-

ção, com uma escassa meia-dúzia de ministros e secretários de Estado, que raramente pedem explicações, por exemplo, aos deputados comunistas que intervêm e que têm criticado aspectos globais e parciais do Plano e do Orçamento.

Também o Governo, certo de que a maioria de votos que dispõe é suficiente para a aprovação dos diplomas, parece não estar demasiado interessado em o decorrer dos debates. E isto porque, ao contrário de 1976, quando o Governo compareceu em peso nas sessões destinadas ao Plano e ao Orçamento, agora o Governo quase que se limita a um «ofício de corpo pre-

### Dia a Dia

#### Delegação da AR em Cabo Verde e na Guiné-Bissau

Os embaixadores em Portugal da República da Guiné-Bissau e da República de Cabo Verde, respectivamente Júlio Semedo e Corsino Fortes, deslocaram-se recentemente à Assembleia da República, onde foram recebidos pelo Presidente Vasco da Gama Fernandes.

No decorrer desses encontros, os embaixadores daqueles dois países convidaram delegações da AR, presididas por Vasco da Gama Fernandes, a visitarem aqueles dois países, em nome dos Presidentes das respectivas Assembleias Nacionais Populares.

Até ao momento, delegações da Assembleia da República visitaram já oficialmente os seguintes países: URSS, Bulgária, RDA, Polónia, Roménia, Jugoslávia e França. Entretanto, a AR foi apenas visitada, até ao momento por uma delegação parlamentar estrangeira: a do Soviète Supremo da URSS.

#### Evocada a Revolta da Madeira

No início do segundo dia de debate das leis do Plano e do

Orçamento, o Presidente Vasco da Gama Fernandes assinalou o aniversário de uma das várias etapas de luta contra o regime fascista: a Revolta da Madeira, de 4 de Abril de 1931. Depois de ter realçado o significado dessa data e das reacções de apoio que se seguiram em Lisboa, particularmente por parte dos jovens estudantes antifascistas, Vasco da Gama Fernandes homenageou todos aqueles que souberam empunhar a bandeira de luta contra o fascismo e, a dado passo da sua evocação, referiu-se à geração seguinte dos jovens democratas e patriotas que lutaram contra a ditadura, tendo referido o nome do camarada Álvaro Cunhal.

Os representantes dos grupos parlamentares do PS, PPD, UDP e PCP associaram-se à homenagem acabada de prestar aos revoltosos da Madeira por Vasco da Gama Fernandes, tendo o camarada Carlos Brito salientado o sentido pedagógico de tal homenagem.

#### Ano Propedéutico

A Assembleia da República aprovou, com os votos favoráveis do PS e CDS e os

votos contrários do PCP, UDP e 5 deputados independentes, em votação final global, a lei de alteração ao decreto-lei que institui a nível nacional o Ano Propedéutico.

#### Casas de renda económica

Outra lei de alterações, esta ao decreto-lei que permite que as casas de renda económica possam ser vendidas aos respectivos arrendatários, foi aprovada, em votação final global, na sessão anterior ao início da discussão das leis do Plano e do Orçamento. Deram os seus votos favoráveis os deputados da coligação governamental, tendo-se absterido todos os restantes.

#### Fundo de Apoio às Comunidades

Por unanimidade, em votação final global, foi aprovado pela Câmara do projecto-lei n.º 55/II, que cria o Fundo de Apoio às Comunidades Portuguesas.

#### Autorização ao Governo

A AR concedeu ao Governo autorização para legislar sobre

a organização e competência dos Tribunais Fiscais Aduaneiros. Votaram positivamente a autorização pedida os deputados do PS, CDS, PCP e o deputado independente Brás Pinto. Absteram-se os dois deputados independentes Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira, e votaram contra os deputados do PPD.

#### Segurança Social

Solicitada pelo PPD, a AR discutiu ainda antes do Plano e do Orçamento, a ratificação do decreto-lei que reestrutura os órgãos, serviços e instituições no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Social.

Recorde-se que a ratificação deste decreto tinha sido anteriormente solicitada pelo Grupo Parlamentar comunista, que posteriormente veio a desistir do pedido de ratificação, entretanto retomado pelo PPD.

Votaram favoravelmente a ratificação os deputados da coligação governamental e votaram contra os deputados do PCP e do PPD.

#### Quando a ratificação do decreto-lei que criou o ano propedéutico foi discutida no plenário, na generalidade, ainda o CDS não estava à sombra do Governo PS e votou contra tal ratificação. O decreto-Lei baixou depois à Comissão especializada para discussão na especialidade, de onde saiu pior do que quando para lá entrou. Na votação final global efectuada na passada semana sobre o mesmo diploma, o CDS já no Governo, votou a favor. Apesar de, na posterior declaração de voto ter manifestado o seu desacordo em relação ao ano propedéutico. Vá lá perceber-se a «coerência da competência»...

Depois do ministro das Finanças e do Plano ter apresentado à Assembleia as Leis do Plano e do Orçamento, seguiu-se um período em que os grupos parlamentares usaram da palavra para suscitar esclarecimentos. Todos os fizeram, até o PS. Isto é, todos menos o CDS. Não há dúvida: quando toca ao Plano dos sacrifícios a impôr ao povo trabalhador e ao Orçamento para gerir a crise do capitalismo, o CDS não tem quaisquer dúvidas...

O Governo apenas es teve presente em força no primeiro dia dos debates. No segundo dia, de manhã, Almeida Santos esteve sozinho até perto das 11 horas. Até essa altura o Governo era ele. À tarde, passava vinte minutos da hora registal para o início da sessão, quando entrou no hemiciclo, não o Governo, mas um secretário de Estado. Claro que como bom partido-sombra, a bancada do CDS segue a par e passo o Governo. Desde o início do debate, o máximo de afluência que aquela bancada registou foi 10 deputados.

Também o PPD se deve estar a preparar para ser a «sombra do Governo». E isto porque a sua bancada vai estando «vazia, vazia». Cerca das 19 horas da passada sexta-feira, 17 deputados daquele partido ocupavam o lugar de 73. Se calhar os restantes, estavam «à águas-no Vimeiro»...

## O Plano e o OGE contêm algumas das principais exigências do FMI

O Plano e o Orçamento apresentados pela coligação PS-CDS à Assembleia da República constituem algumas das principais exigências do Fundo Monetário Internacional — disse-nos o deputado comunista Carlos Carvalhas, depois de algumas sessões do debate na generalidade que se tem vindo a travar na Assembleia desde o passado dia 6 sobre as leis do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 1978.

Aliás — prosseguiu Carlos Carvalhas — as medidas até agora tomadas pelo Governo e que já são conhecidas, e as outras que se encontram expressas naqueles diplomas, demonstram que o Governo do PS com o CDS sabe de antemão que a taxa de inflação prevista no Plano (20 por cento) não vai ser cumprida, como não vai ser cumprido o défice previsto da Balança de Transacções Correntes.

Para demonstrar esta afirmação, o deputado do PCP socorreu-se da experiência do passado ano, da gestão do Governo do PS sozinho aliado de facto à direita: Já o ano passado o Governo previa uma taxa de inflação de 15 por cento, e ela acabou por se situar nos 30 por cento; previa um défice da Balança de Transacções Correntes na ordem dos 22 milhões de contos, e esse défice acabou por atingir os 55 milhões de contos.

O PCP previu e preveniu, logo que saiu o «1.º pacote», que tais medidas (desvalorização do escudo, aumentos das taxas de juro,

restrição do crédito) apenas conduziram ao aumento da taxa de inflação, ao aumento do défice da Balança de Transacções Correntes e ao agravamento da crise e não, como então pretendia o Primeiro-Ministro, à solução da mesma — acrescentou Carlos Carvalhas.

A situação que decorre dos diplomas apresentados pelo Governo — acentuou ainda o deputado do PCP — traduzir-se-á na diminuição constante dos salários reais, o que irá provocar situações sociais extremamente difíceis, e ao mesmo tempo que se reduzirá o mercado interno, diminuindo assim a procura da produção nacional.

Abordando o Orçamento Geral do Estado, Carlos Carvalhas salientou: O Orçamento traduz um elevado agravamento dos impostos, sem que contenham qualquer melhoria no que toca à repartição da carga fiscal entre os chamados rendimentos do trabalho e os lucros e propriedades. Simultaneamente, o aumento de certos impostos indirectos, como o imposto de transacções, irá provocar um grande impulso no aumento dos preços.

Referindo-se depois ao subsídio de desemprego, pensões de reforma e cabaz de compras, directamente ligados e dependentes do Orçamento Geral do Estado, Carlos Carvalhas destacou o facto de se verificar que o Governo não está interessado em

## A AR repudia as campanhas contra o Presidente da República e contra o regime democrático

A Assembleia da República condenou maioritariamente as campanhas que certos sectores políticos ultimamente têm vindo a desencadear contra o Presidente da República, contra a Constituição, contra o regime democrático.

E fê-lo mediante a aprovação de um voto de protesto apresentado pela bancada do Partido Socialista, segundo o qual a Assembleia, depois de constatar terem sido recentemente proferidas declarações que visam atingir e desprestigiar a legitimidade democrática, o exercício da magistratura presidencial e o próprio regime democrático-constitucional, condena tais declarações e afirma o seu respeito pela magistratura presidencial do general Ramalho Eanes, a qual tem sido exercida com grande dignidade, patriotismo e plena observância da legalidade democrática e constitucional.

Embora não expressamente referidos no texto do voto, mas presentes no decorrer dos debates que se travaram no período da sua discussão, o nome e as recentes afirmações do «chefe» do PPD, Sá Carneiro. E também de alguns outros dirigentes do mesmo partido que têm assento na AR como deputados do PPD.

O voto veio a ser aprovado pelos deputados do PS, PCP e CDS. Os deputados do PPD, apesar da manobra que tentaram, dividindo o voto em dois — a primeira parte condenando as declarações e a segunda manifestando o respeito pelo Presidente da República — não quiseram mostrar uma atitude clara de repúdio pelos ataques movidos ao regime democrático-constitucional.

Com efeito, o PPD votou contra a condenação das afirmações, isto é, acha que as declarações proferidas por Sá Carneiro e seus correligionários no Vimeiro estão certas e de acordo com a linha do seu partido. Por outro lado, abstenendo-se na votação da segunda parte, pretendeu o PPD demonstrar a sua pretensa neutralidade quanto ao exercício da magistratura presidencial por parte do general Ramalho Eanes. Isto, depois de deputados dirigentes do grupo parlamentar do PPD terem criticado em termos pouco consentâneos com a legalidade democrática a actuação do Presidente da República.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, no decorrer da discussão do voto, considerou tal debate como de extrema importância, tendo denunciado a campanha em marcha como uma

operação que visa o regime democrático-constitucional por inteiro, que põe em causa todos os órgãos de soberania.

Frequentemente aplaudido pela bancada socialista e, também no final, pela bancada do CDS, Carlos Brito (vidé Intervenções) apelou para que todas as forças que estão com o regime democrático-constitucional se unam para isolar politicamente os promotores desta campanha, como um afloramento do regime derrubado em 25 de Abril de 1974. Parea o que apelamos é para a unidade de todos os que estão com o regime democrático-constitucional para isolar os advogados do autoritarismo e estamos certos que o autoritarismo não passará!

O debate da questão provocou visível perturbação nas hostes do PPD que, uma vez mais se prova, reagem a uma sempre que as actividades do seu «chefe» são denunciadas.

O PPD ficou claramente isolado na Assembleia da República. Recusando-se a aprovar o voto proposto pelo PS, os deputados do PPD «abaixo-assinaram» as declarações do seu «chefe» contra o Presidente da República e contra as instituições democráticas e órgãos de soberania.

## «Estamos certos que o autoritarismo não passará!»

O Grupo Parlamentar Português declara o seu apoio ao voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e entende sublinhar, desde já, a grande, e urgente oportunidade deste voto.

Na verdade, a campanha que desde há dias se intensificou contra o Presidente da República como órgão e como cidadão e tendo por centro a pessoa do senhor Sá Carneiro, atingiu proporções tais que grave seria que a Assembleia da República não a condenasse com a maior firmeza.

O Grupo Parlamentar do PCP entende declarar solenemente a sua repulsa e o seu repúdio pelos termos em que essa campanha se vem desenvolvendo contra

o Presidente da República como órgão e contra o Presidente da República como cidadão. Não se trata, como aqui já foi dito, da liberdade de crítica democrática a um órgão de soberania, por mais importante e alto que seja no quadro

dos nossos órgãos institucionais. A campanha é uma operação que visa o regime democrático-constitucional por inteiro, que põe em causa os órgãos de soberania.

(...) Quando se afirma que não há outra alternativa senão o autoritarismo, quando se aponta

um homem como uma incarnação da vontade popular — isto, para todos aqueles que combatemos o fascismo, faz-nos recordar essa propaganda (...) O que propomos para o que apelamos

é que todas as forças que estão com o regime democrático-constitucional se unam para isolar politicamente os promotores desta campanha como um afloramento do regime derrubado em 25 de Abril de 1974.

Para o que apelamos é para a unidade de todos os que estão com o regime democrático-constitucional para isolar os advogados do autoritarismo e estamos certos que o autoritarismo não passará! (Carlos Brito, em 5/4/78)

# Justos objectivos e mobilização eficaz na luta da Função Pública

Pelo direito à negociação, que segundo a Constituição da República cabe a todos os trabalhadores sem discriminações, e por salários justos, que evitem ou diminuam o fosso entre aumentos de 5700 escudos para quem já ganha 19 800 escudos e 1000 escudos para quem auferir 5800 escudos mensais, os trabalhadores da Função Pública voltaram a paralisar em 6 do corrente com uma adesão que rondou os 80 por cento no balanço geral do País. Entretanto, no Porto, o Organismo de Direcção dos Bancários do PCP explicava publicamente, num comunicado, a greve recente daquele sector, apelando à unidade e ao reforço da luta dos trabalhadores da Banca. Entre as paralisações anunciadas, em curso, ou intermitentes, que atingem mais de 15 sectores e empresas, destacava-se, entretanto, a paralisação na Siderurgia Nacional, para exigir do Conselho de Gerência a Imediata revogação da regulamentação interna, unilateralmente imposta, que visa esvaziar de conteúdo a contratação colectiva, segundo anunciavam os 13 Sindicatos e Federações Sindicais que subscrevem a declaração de greve.

Na sequência da paralisação da Função Pública de 10 de Março findo, a de 6 do corrente concretizou-se depois de várias tentativas da parte dos Sindicatos para chegar a acordo com o Governo e designadamente com o Ministério da Reforma Administrativa. Em 5 do corrente, um dia antes da paralisação, um elemento da Comissão Negociadora Sindical, que finalmente conseguiu uma audiência em S. Bento, declarava aos jornalistas: «Nada foi resolvido, nada foi adiantado, e os Sindicatos, embora abertos ao diálogo, continuam dispostos a lutar firmemente pelos direitos fundamentais dos trabalhadores da Função Pública».

Preocupado com as percentagens de adesão que manda para os jornais, na tentativa de confundir a opinião

pública, a atitude do Ministério da Reforma Administrativa levou os Sindicatos a afirmar, em conferência de imprensa, que não pretendem entrar nesse jogo, pois os números adiantados pelo Governo «nada dizem». A «guerra das percentagens» não lhes interessa. Interessam-se é pela «realidade que os Sindicatos, e também o Governo, conhecem» e que bem se revela pelo grau de mobilização e pela consciência dos seus direitos que os trabalhadores da Função Pública manifestaram na preparação e concretização das paralisações de 10 de Março e de 6 do corrente.

### Os objectivos da direita na greve dos bancários

Depois de uma introdução onde nomeadamente se reafirma a justiça da luta pela revisão do Contrato Colectivo

de Trabalho dos bancários de todo o País, a Organização dos Bancários do Porto do PCP chama a atenção para o facto de a direcção do Sindicato do Norte ter procurado, juntamente com as outras direcções afectas ao PPD/PSD, «lançar os bancários em apoio de objectivos políticos reacçãoários, contrários aos seus próprios interesses de classe».

«Com a aproximação das eleições nos Sindicatos do Norte e Sul e Ilhas e presentando o descontentamento geral dos bancários e enorme movimento unitário que se alargava contra a sua actuação, a direcção lançou mão do expediente que melhor se ajustava aos seus objectivos eleitoralistas e antidemocráticos. Não restando dúvidas sobre o apoio e a intromissão do PPD/PSD na greve total desencadeada à revelia dos interesses dos

trabalhadores bancários, tornam-se também claros os objectivos a alcançar pelo PPD/PSD através da direcção do Sindicato. Sugerir uma força reivindicativa popular que não possui, com vistas a manter o seu domínio sobre os Sindicatos dos Bancários do Norte e Sul e Ilhas e aumentar a sua capacidade de divisão do Movimento Sindical português com vistas a enfraquecer a luta contra a recuperação capitalista; criar dificuldades ao funcionamento da Banca nacionalizada, pela

desorganização que este tipo de greve necessariamente acarreta e pela imagem negativa que não deixará de provocar nos trabalhadores, nos pequenos e médios comerciantes e industriais, etc.; reforçar a ofensiva desestabilizadora que vem sendo desenvolvida pela direita reacçãoária».

### Conseguir a unidade

Reafirmando como objectivo prioritário «conseguir a unidade», os bancários comunistas do Porto advertem contra os perigos da situação

actual, nomeadamente «as ameaças reais de enfraquecer a classe com a assinatura de um CCT para o Norte», e acrescentam:

«Os bancários comunistas deixaram bem claro que apoiam os objectivos da luta dos bancários pelo seu CCT e estão contra os objectivos reacçãoários veiculados através da direcção do Sindicato. Tal como outros bancários democratas, os comunistas deram o seu total acordo a uma forma de luta que apontasse para o desbloqueamento das negociações e para o seu prosseguimento correcto».

Depois de lembrar que os trabalhadores comunistas respeitaram a decisão da Assembleia Geral, embora discordassem da forma de luta adoptada, o comunicado acrescenta que esses mesmos trabalhadores «demonstraram o seu empenhamento no reforço da unidade dos bancários, deram o seu contributo para que a CEC (Comissão Executiva de Contratação) e o Governo pudessem vir a ceder aos justos interesses dos bancários e puderam, juntamente com todos os trabalhadores em greve, impedir que o PPD/PSD prosseguisse com esta greve os objectivos reacçãoários e desestabilizadores que visava. Foi essa, sem dúvida, a maior vitória que os trabalhadores alcançaram».



Em 1974, ano I da Revolução, a Festa dos Trabalhadores, celebrada pela primeira vez em liberdade, enche as ruas de Portugal.



Um ano depois, apesar do divisionismo que tentava instalar-se no Movimento Sindical, a Central única dos trabalhadores portugueses demonstra no 1.º de Maio a sua força real e capacidade de mobilização aberta ao futuro.



Em 1976, o 1.º de Maio é comemorado como nos anos anteriores, nas principais cidades e em muitos outros pontos do País, sob o lema da unidade. O divisionismo não vingará nas fileiras sindicais.



Em 1977, ano do Congresso de Todos os Sindicatos e do reforço decisivo do Movimento Sindical Unitário, o 1.º de Maio demonstra mais uma vez que a maioria esmagadora dos trabalhadores portugueses apoia a Central Única, defende a unidade, combate o divisionismo, recusa a recuperação capitalista e bate-se pelo projecto de sociedade consagrada na Constituição da República.

## Os TFP não são trabalhadores?

Comentando o motivo fundamental da greve de 6 do corrente, os trabalhadores da Função Pública da Administração Central, Regional e Local, num comunicado à população, afirmavam nomeadamente que esse motivo fundamental é mais profundo do que a divergência acerca dos salários. «É que o Governo — frisavam — não só quer impor os salários que bem entende, como pretende ainda recusar-nos o direito à negociação das outras condições de trabalho. O Governo quer assim retirar aos TFP um direito que a Constituição garante a todos os trabalhadores portugueses. Um direito já aceite pelo 1.º Governo Constitucional, reconhecido internacionalmente pela OIT e praticado pelos TFP em inúmeros países da Europa e do Mundo. Para isso pretende designar-nos como «agentes e funcionários» retirando-nos a denominação de trabalhadores da FP já consagrada em abundante legislação saída após o 25 de Abril, quer da Assembleia da República, quer do próprio Governo. Que Constituição pretende o sr. ministro Rui Pena aplicar aos trabalhadores da Função Pública? A de 1933 ou a de 1976?»

## A CGTP-IN analisa as medidas do Governo

As medidas do Governo quanto a salários mínimos, subsídio de desemprego e pensões de reforma "são uma significativa vitória da unidade e da luta dos trabalhadores portugueses e do Movimento Sindical Unitário" — considera a CGTP-IN num comunicado, acrescentando que os novos valores e "a diminuição para 12 meses do período de vigência das tabelas salariais das convenções colectivas de trabalho" correspondem, com excepção dos quantitativos das pensões de reforma, "a reivindicações aprovadas pelo plenário da CGTP-IN de 4 de Fevereiro de 1978. A sua aprovação pelo Conselho de Ministros — salienta o comunicado — é o mais cabal desmentido às acusações de irrealismo tantas vezes lançadas, infundadamente, pelo próprio Governo sobre o Movimento Sindical".

A CGTP-IN, que apresentou recentemente à Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao ministro das Finanças e Plano e à Secretaria de Estado do Orçamento as suas propostas de alternativa ao Projecto de Orçamento Geral do Estado em discussão no Parlamento, divulgou ainda as suas posições quanto à criação do Serviço Nacional de Saúde, que considera "um imperativo constitucional". Enquanto isso, a União dos Sindicatos e a Cintura Industrial do Distrito de Setúbal ocupavam-se, num Encontro realizado no último sábado, dos problemas da Segurança Social, onde além

das importantes conclusões aprovadas sobre essa matéria, foi decidido "apoiar as manifestações já programadas para Sines, dia 12, Almada, dia 13, e Barreiro, dia 14, convocadas pelas organizações representativas dos trabalhadores" e inseridas no protesto contra as "medidas de austeridade anunciadas pelo Governo PS/CDS e consequente aumento do custo de vida".

### Efeitos reduzidos

A CGTP-IN, analisando as recentes medidas do Governo, assinala que "não foram satisfeitas as reivindicações dos trabalhadores quanto ao 'cabaz de compras', mais uma vez decidido sem prévia audição do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, o que contraria todas as promessas governamentais". Quanto ao alcance dos aumentos dos salários mínimos, subsídios e pensões, a Central, embora considere essas medidas positivas, lembra que os seus efeitos serão "reduzidos, provisórios ou contingentes, enquanto não for definida e posta em prática uma política económica que, alicerçada na determinação e no patriotismo dos trabalhadores, nos aproveitamento dos recursos nacionais, no respeito integral pela Constituição, combata o aumento vertiginoso dos preços e a elevada taxa de desemprego, defenda e consolide as nacionalizações e a Reforma Agrária, garanta a independência nacional e promova o mais rápido desenvolvimento económico

e social, e resolva finalmente os graves problemas com que se debate neste momento o nosso país".

### Uma austeridade extremamente injusta

Depois de considerar que "a redução do prazo de vigência das tabelas salariais de 18 para 12 meses, satisfazendo uma reivindicação do Movimento Sindical, interessa a milhões de trabalhadores que já começaram a sofrer duramente os efeitos negativos de uma política de 'austeridade' extremamente injusta, porque assenta no essencial em aumentos de preços e de impostos que afecta principalmente os que vivem do seu trabalho", a CGTP-IN assinala que "não foram esgotadas pelo Governo todas as possibilidades de melhorar os quantitativos das pensões de reforma, que não estão suficientemente esclarecidos os mecanismos que poderão permitir que doze meses seja de facto a duração máxima das tabelas salariais constantes dos CCT". A CGTP-IN considera finalmente que "essas medidas não podem servir como pretexto para adiar a resposta, já prometida pelo Governo, a outras reivindicações fundamentais dos trabalhadores, cuja satisfação nem sequer implica encargos financeiros, como sejam as medidas para combater os despedimentos e a garantia do respeito e efectivação dos direitos e liberdades dos trabalhadores".

## Firmeza e decisão no maior plenário distrital realizado em Lisboa

A firme disposição de não abdicar das reivindicações e propostas apresentadas ao Governo pelo Plenário Nacional da CGTP-IN, realizado em 4 de Fevereiro findo, caracterizou, em termos gerais, o plenário da USL e CIL (sindicatos, comissões de trabalhadores e de delegados sindicais do distrito de Lisboa) que reuniu, no último sábado, no refectório da Carris, em Santo Amaro, 164 dirigentes de 37 sindicatos, quatro federações e duas uniões sindicais: 261 representantes de comissões de trabalhadores de 148 empresas; e 684 delegados sindicais de 452 locais de trabalho.

Mais de mil e cem representantes legítimos de perto de 800 mil trabalhadores aprovaram, além de várias moções, uma resolução final onde novamente se exige «o cumprimento integral da letra e do espírito da Constituição». Ao mesmo tempo reafirmaram a decisão de combater o boicote, o congelamento da Lei Fundamental do País, por que são responsáveis as forças da direita nas suas tentativas para rever o texto constitucional muito antes de isso ser possível pela via legal.

O maior plenário no seu âmbito desde sempre realizado em Lisboa apelou à participação em massa nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio e deu testemunho claro e firme quanto à decisão de «intensificar a implantação do Movimento

Sindical e das comissões de trabalhadores nos locais de trabalho», alargando a frente da unidade, reforçando a central única dos trabalhadores portugueses, combatendo todas as formas de divisionismo, designadamente as que tentam concretizar a cisão através de maneios apoiados nas forças do grande patronato e dos seus partidos. Criticando severamente a política da coligação PS/CDS, o plenário apoia e recomenda a intensificação da luta intransigente pela «defesa das liberdades democráticas e sindicais, contra a repressão e o terrorismo, na defesa da independência nacional, contra a ingerência e as imposições do imperialismo».

Uma das moções aprovadas, respeitante às

comemorações do 25 de Abril, saudou calorosamente os capitães de Abril, «cuja acção corajosa conduziu ao derrubamento do regime fascista» e apela à unidade dos militares «em torno dos ideais de Abril e da Constituição da República», enquanto condena «as manobras, intrigas e acções de desestabilização no seio das Forças Armadas».

Outras moções apoiam a Reforma Agrária, manifestam apoio e solidariedade activa para com «as justas lutas já desenvolvidas, em curso ou a iniciar», nomeadamente na Sociedade Nacional de Sabões, na Função Pública, Plessey, J. Pimenta e Phillips, condenam o divisionismo, o terrorismo, apelam à participação em massa nas celebrações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, nas manifestações contra o aumento do custo de vida, nomeadamente a prevista para amanhã em Lisboa, apoiam a luta pela paz e, de um modo geral, reafirmam a firme disposição de defender as conquistas de Abril na unidade e na participação cada vez maior e mais consciente de todos os trabalhadores.

## De que provas precisa o Governo para tirar da gaveta o caso Féteira?

A Tomé Féteira, de Vieira de Leiria, sob a gestão exclusiva da Comissão de Trabalhadores, obteve no ano findo um lucro superior a 10 mil contos. Elementos da CT revelaram em conferência de imprensa que o total líquido das vendas em 1977 atingiu 141 302 contos, aumentando em cerca de 50 por cento o mesmo total do ano anterior. Mas a empresa, especializada na produção de limas com grande volume de exportações, precisa de investimentos.

Os trabalhadores apelam para o Governo «Temos melos, como já provámos exuberantemente, para garantir a sobrevivência da empresa; mas a reestruturação do sector de limas passa por uma planificação cuidada, a levar a cabo pelos órgãos governamentais, que a tal não podem permanecer alheios; investimentos têm de ser feitos; os planos apresentados já há dois anos, e que andarão pelas gavetas dos Ministérios, têm de ser executados».

Não é pedir demasiado por parte de quem deu provas sobejas de boa gestão e de capacidade para progredir, desde que, como novamente reafirma a CT, os trabalhadores sejam ouvidos «e não votados ao ostracismo, como tem acontecido, pelos governantes do País». As entidades oficiais



Os êxitos e os obstáculos a vencer na gestão da Tomé Féteira são prova do esforço e das necessidades de dezenas de outras empresas perdidas pelos trabalhadores. Para que o esforço e os êxitos não se percam contribuiu a CT daquela empresa com a conferência de imprensa de cuja mesa damos um aspecto

— adverte a CT — têm de olhar para os problemas de uma unidade de produção que «representa um valor nacional como empresa exportadora». O Governo tem de atender ao facto de a Tomé Féteira ser obrigada a concorrer no estrangeiro com empresas mais evoluídas. Daí a necessidade de substituir velhos maquinismos por máquinas mais modernas. Dependente da exportação, a empresa não pode continuar sujeita a condicionamentos ocasionais como a desvalorização do escudo. O Governo tem de atender não só ao valor nacional que a empresa representa, mas ainda ao seu valor «social e regional pelas implicações que traria a sua paralisação a centenas de famílias e a quase toda a região».

A situação seria boa — afirmam ainda os trabalhadores — se não houvesse que amortizar dívidas herdadas da administração Féteira».

A intervenção governamental, que terminou no início do ano findo, «não trouxe qualquer auxílio de ordem financeira por parte do Governo», que se limitou a nomear gestores, votando ao esquecimento as carências de vária ordem que havia na empresa. Lembra os trabalhadores cuja reclamação é legítima. Cabe ao Governo atendê-la.

## Não dar armas à direita nas eleições sindicais

A unidade contínua à frente, com uma vantagem inultrapassável, nas eleições em sindicatos e comissões de trabalhadores. Nas últimas três semanas aproximadamente, em 13 assembleias eleitorais incluindo a Ordem dos Médicos do Sul, as listas unitárias foram eleitas em oito sindicatos e comissões de trabalhadores.

Embora as eleições nos maiores sindicatos do País já estejam realizadas, entre elas a dos Bancários do Sul e Ilhas a que nos referimos na semana passada, os resultados obtidos ultimamente em associações sindicais com menor número de associados, com uma vida sindical menos activa, em regiões difíceis onde a organização dos trabalhadores implica um esforço constante, demonstram cabalmente que o reforço da unidade se processa por todo o País nos sindicatos e nas empresas.

A semelhança do que sucedeu no ano findo e nos primeiros meses deste ano, período extraordinariamente rico em vitórias unitárias, com uma participação eleitoral em

1977 que rondou os 240 000 trabalhadores (45 por cento dos inscritos) e foi superior em mais de 70 por cento relativamente às eleições de 1975 e 1976, os trabalhadores sindicalizados continuam a escolher, na esmagadora maioria das eleições, as listas cujos programas se inscrevem nos princípios aprovados no Congresso de Todos os Sindicatos, em Janeiro de 1977, e que, nesse ano, triunfaram em 86 dos 111 sindicatos onde houve eleições, representando 82 por cento do total dos trabalhadores inscritos.

Nas 13 eleições que mencionamos (Bancários do Sul e Ilhas; Ordem dos Médicos; Metalúrgicos de Braga; Metalúrgicos de Viana do Castelo; Metalúrgicos de Viseu; Rodoviários de Braga; Enfermeiros do Norte; Construção Civil de Bragança; e Comissões de Trabalhadores da Sovenia; Câmara de Portimão; Standard; CEP-7, Barreiro, da RN; e AGPL) é de salientar o facto de em todas as CTs terem triunfado listas unitárias, o mesmo sucedendo nos Metalúrgicos dos distritos

de Braga, Viana e Viseu. As listas divisionistas ganharam na Ordem dos Médicos, nos Bancários, na Construção Civil de Bragança, nos Rodoviários de Braga e nos Enfermeiros do Norte.

Essas arremetidas da direita no Movimento Sindical devem servir de ensinamento para o reforço da unidade. Tem de se combater o esquerdismo desagregador e chamar à luta unitária todos os trabalhadores interessados na defesa dos seus direitos, liberdades e garantias, independentemente das suas opções partidárias. Têm de ser esclarecidos os propósitos dos «reformistas» afectos ao PPD e CDS, que procuram atar as mãos de alguns sindicatos, sobretudo nas negociações contratuais com o patronato e o Governo. É preciso encontrar plataformas de unidade entre forças de esquerda, respeitando a sua verdadeira implantação no Movimento Sindical. É urgente acabar com o desperdício de forças que o divisionismo acarreta oferecendo à direita oportunidades que de outro modo nunca obteria.

## Um 1.º de Maio de luta

«O dia 1.º de Maio deverá constituir uma poderosa afirmação do movimento popular de massas, uma grande jornada de luta contra a crescente degradação social, política, económica e financeira do nosso País, que ameaça as liberdades democráticas e atenta contra a independência nacional», afirma a Comissão Organizadora das Comemorações do 1.º de Maio constituída pelas Uniões de Sindicatos e Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal.

O programa, já divulgado pela Imprensa diária, para aqueles distritos, é vasto e diversificado, incluindo um grande número de plenários em empresas, colóquios sobre o significado e o alcance da data em muitos concelhos, sessões de canto livre, exibição de filmes e outras iniciativas, que terão início depois de amanhã, dia 15, na Brandoa e se prolongarão até ao 1.º de Maio com o comício no Estádio do mesmo nome depois de concentração e desfile a partir da Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa.

Entretanto, decorrem os preparativos noutros pontos do País. Além de Coimbra, que já referimos na semana passada, também no Porto os sindicatos estão mobilizados para a grande jornada. A respectiva Comissão Organizadora, ao divulgar o seu programa, que terá início em 29 do corrente, assinala os objectivos fundamentais das celebrações que se consubstanciam na luta «pelo direito ao trabalho e à segurança no emprego, contra a degradação do poder de compra dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da população, na luta pelo reforço da unidade do Movimento Sindical e contra o divisionismo, pelo respeito e aplicação da Constituição».

# Avante na divulgação do livro sobre «Nacionalizações»

«Divulgar o trabalho e os resultados de um debate amplo, aberto e de massas sobre os problemas e as perspectivas desse vastíssimo sector da economia portuguesa que a revolução libertou do domínio dos monopólios» eis o objectivo do livro, recém publicado pelas Edições «Avante!», que reúne as conclusões da Conferência das Organizações do PCP para a defesa e dinamização do Sector Nacionalizado da Economia, realizada de 11 a 12 de Março deste ano.

Com a divulgação deste livro, através de uma ampla campanha de lançamento, as Edições «Avante!» estão a levar aos trabalhadores as «grandes direcções de acção democráticas e de massas» contidas nas conclusões da Conferência, prolongando assim os trabalhos desta importante realização do PCP, contribuindo para que se fortaleça entre os portugueses a disposição de encetar «o caminho de uma ampla, generosa e dedicada intervenção dos cidadãos na vida democrática do País, de uma firme, unida e persistente intervenção popular para dar à política portuguesa o rumo democrático e constitu-

cional que corresponde aos interesses do povo e de Portugal».

Neste sentido, foram já realizados, no quadro da campanha de lançamento de «As Nacionalizações, defesa e dinamização», colóquios na Siderurgia Nacional, orientados por Carlos Carvalhos e Valdemar Quaresma; na Lisnave, orientado por Octávio Teixeira; na Cooperativa Braço de Prata, orientado por Frederico de Carvalho, e na Setenave orientado por Ezequiel Vicente.

Nos próximos dias, realizar-se-ão as seguintes sessões: 13 de Abril: no Centro de Trabalho do Organismo dos Escritórios, orientada por Paulo Faria; 17 de Abril: na Carris, na Casa do Pessoal; 20 de Abril: na Metalúrgica Duarte Ferreira e na Livraria Popular de Alge; 21 de Abril: na Livraria Popular dos Olivais, no Sport Império Marinhense na Marinha Grande e em local a designar em Vila Nova do Ródão; 22 de Abril: na Covilhã, em Castelo Branco e no Fundo em locais oportunamente anunciados; 29 de Abril: no Clube Recreativo de Sacavém.



# Açores e Madeira no Portugal de Abril

Os milhares de pessoas que afluíram, na noite de terça-feira passada, ao Pavilhão dos Desportos, não iam apenas à festa, ouvir e ver cantar, não iam apenas ouvir a voz de camaradas seus falar da situação política na Madeira e dos Açores. O que reuniu ali tantos milhares de pessoas, o que levou a que a lotação da sala ficasse esgotada e lá fora tivessem ficado ainda muitas centenas de camaradas e de amigos, foi também a solidariedade que com a sua presença quiseram prestar aos povos da Madeira e dos Açores.

«Açores e Madeira no Portugal de Abril», lema da Festa, esteve sempre presente, desde logo na parte política. Esta foi iniciada com as palavras de saudação do camarada José Magro, membro do Comité Central, que presidiu. Na mesa encontravam-se ainda os camaradas da DORL Luis Santos, Martins Coelho e José Casanova, este também membro do Comité Central, o camarada Aurélio Santos, membro do CC, Bianqui Teixeira, da Comissão Política do CC e o Secretário-Geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal.

Saudando, em nome da DORL, todos os presentes, tomou a palavra um camarada

da Madeira, que evocou a história de resistência dos portugueses das Ilhas, seguindo-se como orador o camarada Paulo Lima, dos Açores que, a dado passo afirmaria que a solidariedade dos trabalhadores do Continente tem permitido êxitos nas lutas desenvolvidas no arquipélago. A Festa de solidariedade mostrará à população dos Açores — disse ainda — o amor dos comunistas à Pátria e a sua luta pela liberdade e pelo progresso.

De novo um outro representante da Madeira, vibrantemente aplaudido como o camarada dos Açores, referiu-se longamente ao terrorismo que reina no arquipélago, da autoria dos reacionários da FLAMA.

A coligação PS-CDS — afirmou — deu forças ao patronato para reprimir os trabalhadores. E citou numerosos casos de flagrante violação dos direitos dos trabalhadores — salários mínimos que não são pagos e o regime de colónia nos campos. Mesmo nesta situação — disse — o Partido continuou a crescer, tendo-se registado mais 50 inscrições depois de finalizada a Campanha de Promoção durante a qual a Organização

da Madeira ultrapassou a sua meta!

Finalmente tomou a palavra o camarada Álvaro Cunhal, cuja intervenção publicamos à parte. A encerrar a parte política, o camarada José Magro leu inúmeras saudações, de organizações do Partido, de organizações de Pioneiros e também de organismos do PCP nas Ilhas. Seguiu-se uma recolha de fundos, durante o intervalo.

Depois foi o espectáculo. Alguns artistas, atravessando a sala em direcção ao palco, atrás de músicos que tocavam uma moda açoriana, reuniram-se aos seus camaradas que os aguardavam no tablado, cantando.

José Barata Moura abriu, lendo um texto, a sessão artística. Importa que os democratas e trabalhadores conheçam mais de perto a situação muito difícil dos democratas e dos trabalhadores dos Açores e da Madeira; que saibam que também lá, apesar de todos os obstáculos, se luta pelas Conquistas de Abril; que compreendam que a democracia se ganha — ou se perde — no conjunto nacional; que sejam sensibilizados para múltiplas acções de solidariedade e ajuda

à frente de combate difícil que é neste momento ainda a das Regiões Autónomas.

Assim foi. Através dos textos, dos poemas, das canções, nunca os Açores e a Madeira deixaram de estar presentes. João Paulo Guerra e Rui Pedro leram textos lembrando a Constituição e textos que caracterizavam a vida nas Ilhas, a história das Ilhas, a luta que lá se trava. Os conjuntos «Trovante», «Resistência», «Manifesto», «Ciriaco» e «Os Galés»; os artistas José Barata Moura, Carlos Alberto Moniz, Maria do Amparo, Samuel, Nuno Gomes dos Santos, Carlos Paredes, José Jorge Letria, Adriano Correia de Oliveira, Carlos Mendes, Alfredo Vieira de Sousa, Joaquim Rogério, Júlia Babo e Luís Cília levaram ao Pavilhão a música e as canções. Textos e poemas ditos por Marcelino, A. Machado, Rogério Paulo, Armando Caldas, Dora Leal, Ema Paul, Vieira de Almeida, José Viana.

Esos «slides». Que traziam as imagens de outros cantos da pátria, para a Festa de solidariedade. No final, todos os que construíram o espectáculo cantaram a «Grândola», juntando as suas vozes aos milhares de vozes que os acompanharam.

Camaradas: Certos de interpretar os sentimentos dos comunistas, mas de todas as forças democráticas, enviámos calorosas saudações aos membros da Comissão de Defesa da Democracia e Açores, assegurando-lhes inteiro apoio e levando com as nossas palavras a certeza de que também chegará o 25 de Abril.

## O 25 de Abril chegará aos Arquipélagos

De facto, o 25 de Abril não chegou ainda à Madeira e aos Açores, nem no plano político, nem económico, nem no plano social.

No plano político, as liberdades de organização, de propaganda, são arbitrariamente violentadas e praticamente interditas às forças democráticas. O 25 de Abril é posto em causa por decretos regionais e inconstitucionais.

Sob o domínio do poder regional, dos grêmios e proprietários, dos Governos PPD apoiados pela política açoriana e madeirense, após o 25 de Abril, por agressões, violências, atentados à bomba, incêndios, perseguições e exílio forçado de democratas e democratas.

No plano económico, mantiveram-se as estruturas, os grandes capitalistas e grêmios continuaram explorando sem qualquer freio a produção, e uma dezena de famílias nos Açores e outra dezena na Madeira, mais ou menos ligadas ao imperialismo, terra, as fábricas, o turismo, o comércio e as riquezas.

No plano social, os direitos dos trabalhadores, dos camponeses, dos pescadores e dos artesãos continuam espezinhados.

No plano cultural, continuando o obscurantismo do tempo do fascismo, mais de metade da população não sabe escrever.

É esta situação que toda a reacção, o grupo Mota Amaral, agora PPD dantes deputado ANP na Assembleia, como o chefe do seu partido, e o governo do arquipélago, ideólogo e propagandista da ditadura nos números, que escreveu no seu jornal em que elogiava a ditadura o regime do partido único fascista, e os provocadores a mando dos americanos como o sr. José de Sá também ex-deputado ANP na Assembleia fascista — é que toda a reacção quer manter para que os três milhões do povo dos Açores e da Madeira — os grandes proprietários e o imperialismo — possam conseguir que o Continente forme duramente atingidos pelo 25 de Abril.

Não é só o nosso Partido que vê limitada e prejudicada a sua acção. Outras forças democráticas, incluindo o PS, com quem, por experiência própria ao longo dos anos, o que significa o poder regional do seu actual chefe, PPD nos Açores e na Madeira e por isso é bom que os filhos e vejam bem a sorte que os espera se o PPD alguma vez conseguisse governar em Portugal.

O deputado CDS sr. Lucas Pires que apresentou em público a revelar a verdadeira e negra política reaccionária do seu partido, declarou ontem em que «o CDS foi para o Governo e aproximou-se do poder e poder combater».

O ministro Almeida Santos veio logo desmentir o caso para perguntar se o ministro socialista conhece as intenções do CDS que os homens do próprio CDS.

Que não tenha dúvida o PS. Se a reacção do PPD e o CDS reservariam ao PS um destino diferente daquele que já hoje lhe impõem nos Arquipélagos.

É tempo de os dirigentes do PS compreenderem que necessária não é ao serviço dos capitalistas e contra os trabalhadores e as massas populares a defesa e a defesa e prosseguimento do regime de «Que a aliança necessária não é de socialistas com os socialistas com comunistas e outros democratas».

Este comício é uma afirmação de que a situação dos Açores e da Madeira não está nem no momento no Continente e que empenhamos e empenhamos forças e energias para que chegue também ao 25 de Abril aos Arquipélagos a hora da libertação.

Lutamos e lutaremos para que seja posto no local reaccionário na Madeira e nos Açores e seguramente instauradas e respeitadas as liberdades e direitos.

Apoiamos a luta dos trabalhadores da Madeira, designadamente da construção civil e da hotelaria, não inferiores aos do Continente, contra os elementos

## AS NACIONALIZAÇÕES defesa e dinamização

### SECTOR NACIONALIZADO

### O QUE É? COMO DINAMIZAR?

A MAIS COMPLETA ANÁLISE DOS SECTORES CHAVE DA NOSSA ECONOMIA

- DADOS - NÚMEROS - FACTOS
- RENTABILIDADE • GESTÃO
- DIREITOS DOS TRABALHADORES

um livro INDISPENSÁVEL

190 páginas 60\$00

## Eleita em Lagos a nova Comissão Concelhia

Sols a primeira Comissão Concelhia de Lagos a ser eleita pela Organização depois do 25 de Abril — disse naquela cidade algarvia o camarada José Vitoriano aos novos membros da Comissão eleita no decorrer dos trabalhos da Assembleia Concelhia, que reuniu no passado domingo 106 delegados e muitas dezenas de convidados.

Na mesa tomaram lugar, entre outros, os camaradas José Manuel Freitas, da DORAL, Carlos Durão, membro suplente do CC, da DORAL e o camarada José Vitoriano, da Comissão Política do Comité Central.

Depois da apresentação do Relatório de actividades, que viria a ser aprovado por unanimidade, e de várias intervenções salientando-se as que falaram sobre as mulheres, o trabalho

camponês, os pescadores; depois, ainda de eleita a nova Comissão Concelhia, falou o camarada José Vitoriano na sessão pública que reuniu mais de 250 pessoas.

Muitos de vós — diria o camarada dirigindo-se aos elementos eleitos para aquele órgão dirigente — faziam já parte da Comissão Concelhia anterior. Mas o facto de agora serem eleitos pela organização, os que fazem e os que não fazem parte da Comissão anterior, não é uma coisa sem significado. Tem mesmo um grande significado.

É que agora os camaradas são investidos nesta tarefa por toda a organização do concelho. E mais adiante, afirmou: Quero salientar a boa organização desta Assembleia, quer a boa organização dos trabalhos, quer a boa

participação e assistência aos trabalhos da Assembleia, quer o eficiente funcionamento dos serviços técnicos, quer mesmo o bom nível de muitas intervenções apresentadas.

Depois de felicitar os camaradas, fez referência a aspectos menos positivos, como a fraca participação de mulheres e de jovens, mas salientou que existem hoje boas condições para alargar os efectivos do Partido.

Finalmente, num discurso muito aplaudido, José Vitoriano abordou os aspectos principais da actual situação política.

A terminar a sessão de encerramento seguiu-se um convívio com Canto Livre, em que participaram o «Grupo Abril», Joaquim Rogério e os Pioneiros de Lagos.



Encerrando os trabalhos da Assembleia Concelhia, o camarada José Vitoriano resumiu os principais pontos debatidos e abordou a actual situação política que se caracteriza pelo agravar das condições económicas das classes trabalhadoras

## Avante para dinamizar a Campanha dos 3 mil!

Várias iniciativas têm, em alguns locais do Alentejo, trazido ao partido e a Dora algumas contribuições para a Campanha dos 3 mil contos, apesar de ainda ser lento o andamento de um esforço que tem de ser alargado e tomar um ritmo mais rápido.

Em Beringel, no passado dia 2, uma vacada, organizada pela Comissão de Freguesia, contribuiu com receitas para a Campanha. Em Vila Viçosa, 300 pessoas assistiram a um espectáculo teatral. Mas estas iniciativas, entre outras que se vêm realizando, ainda são poucas. Avante, pois, para dinamizar a Campanha!

Entretanto a solidariedade de outros camaradas, fora do Alentejo, continua a manifestar-se. Assim, um grupo de emigrantes em França enviou à DORA a quantia de mil e trezentos francos; um camarada de Lamego, Manuel

Damas, fez a oferta de dois mil escudos; e do Bombaral um camarada ofereceu à Comissão Concelhia de Évora 50 pastas escolares para a obtenção de fundos.

E agora as contas:

DISTRITO DE PORTALEGRE		Total do distrito	272 924\$20
Monforte	970\$00		
Alter	871\$00		
Aviz	73 445\$50		
Campo Maior	45 716\$00		
Elvas	790\$00		
Portalegre	7 892\$50		
Ponte Sôr	38 633\$80		
Sousel	3 310\$00		
Total do distrito	181 629\$20		

Ferraira	19 840\$00		
Mértola	4 724\$00		
Moura	5 050\$00		
Odemira	3 510\$00		
Ourique	3 520\$00		
Serpa	63 005\$00		
Vidigueira	20 310\$00		
C.D. de Beja	4 030\$00		
Total do distrito	272 924\$20		

DISTRITO DE ÉVORA

Alandroal	19 679\$50		
Arraiolos	36 764\$70		
Borba	19 140\$50		
Estremoz	28 055\$00		
Évora	213 791\$00		
Montemor	110 741\$20		
Mora	34 695\$50		
Portel	10 863\$50		
Redondo	8 690\$50		
Reguengos	3 030\$00		
Vendas Novas	104 427\$20		
Vila Viçosa	27 538\$10		
Vila Verde	29 309\$50		
C.D. Évora	11 000\$00		
Total do distrito	661 903\$20		
Iniciativas Dora	33 844\$10		
Total da Dora	1 149 629\$30		

## PARA O TRABALHO DE MULHERES 8/4/78



As tarefas a realizar foi um dos pontos debatidos na reunião que decorreu no sábado passado

## O PCP no trabalho unitário entre as mulheres

Mais de cem quadros do PCP com responsabilidades e ligações no trabalho unitário desenvolvido entre as mulheres trabalhadoras e as donas de casa, participaram numa reunião realizada no Centro de Trabalho de Alcântara no passado dia 8. Neste encontro, que teve a presença de representantes de 11 dos 14 concelhos do distrito de Lisboa, participaram, também, militantes de vários sectores profissionais (sindical, transportes, intelectual, bancário) empenhados no desenvolvimento e reforço da unidade das mulheres portuguesas face à ofensiva das forças reaccionárias contra as conquistas de Abril.

Estiveram presentes nesta reunião os camaradas Domingos Abrantes, do Secretariado do Comité Central, e Maria Alda Nogueira e Manuel Pedro, do Comité Central e da DORL do PCP.

Levada a cabo por decisão da DORL, desta reunião resultaram claras algumas importantes conclusões, nomeadamente: sobre a importância de reuniões deste tipo e da necessidade de lhes dar continuidade; sobre as dificuldades (objectivas e subjectivas) que surgem para a mobilização e organização das mulheres quer a nível do Partido quer a nível unitário; sobre a necessidade de mobilizar as mulheres das mais variadas correntes e partidos ou sem partido (que são a maioria) em torno dos problemas concretos que afligem a grande maioria das mulheres portuguesas, sobretudo as mulheres trabalhadoras e as donas de casa.

Outros problemas, como o do aparecimento e desenvolvimento de várias formas de organização unitárias, nomeadamente MDM, departamentos sindicais

e comissões unitárias de mulheres estiveram igualmente no dos trabalhos desta reunião. Os quadros da DORL intervieram, no decorrer dos trabalhos, além do camarada José Vitoriano, da Comissão Central, presentes, de 30 camaradas representantes de concelhos e sectores, cujas opiniões, críticas e sugestões contribuíram de forma importante para o bom aproveitamento dos debates.

Foi igualmente sublinhado a importância da reunião, a crescente participação das mulheres em várias actividades de luta popular em defesa das conquistas de Abril e a importância da participação das mulheres do PCP (particularmente a «Promoção das Conquistas de Abril»), assim como o papel do PCP na mobilização e organização das mulheres portuguesas e a defesa dos seus interesses.

## A campanha da DORAL atingiu quase 350 contos!

Há já três meses que a DORAL lançou a Campanha dos 500 contos, destinada a ajudar as crescentes despesas da organização do Partido no Algarve. Múltiplas iniciativas se têm desenvolvido.

Nos últimos dias, por exemplo, em Faro, o camarada Jaime Serra participou numa das sessões de esclarecimento que o levaram ao Algarve. A de Faro teve lugar na Sociedade Artística, com a presença de 200 pessoas. Em Portimão o camarada falou no Clube

União perante 120 pessoas. Em Loulé 200 pessoas estiveram presentes na sessão que findou com Canto Livre.

Também o camarada Francisco Miguel esteve no Algarve, participando em sessões de esclarecimento em Concelção — na Casa do Povo —, em Paderne e em Albufeira.

Além das sessões têm havido festas, convívios, projecção de filmes. Até final de Março registava-se o total de perto de 350 contos na Campanha! Aqui vão as contas:

Albufeira	200\$00		
Aljezur	100\$00		
Castro Marim	100\$00		
Faro	100\$00		
Lagos	100\$00		
Loulé	100\$00		
Monchique	100\$00		
Olhão	100\$00		
Portimão	100\$00		
S. Brás	100\$00		
Silves	100\$00		
Tavira	100\$00		
V. do Bispo	100\$00		
V. Real	100\$00		
DORAL	100\$00		
Total	350\$00		

## CAMARADAS FALECIDOS

ANTÓNIO CAMPOS — Faleceu no passado dia 1 de Abril o camarada António Campos, membro da célula da Trefilaria, em Sacavém.

AIRES PEREIRA DA SILVA — O camarada Aires Pereira da Silva, militante activo do Partido em Unhais da Serra, faleceu com 36 anos de idade no passado dia 27 de Março.

MARIA DA ANUNCIACÃO RODRIGUES FLÓRIA — Com 78 anos de idade, há pouco inscrita no Partido, durante a Campanha de Promoção, faleceu a camarada Maria da Anuniação, que militava

na Organização de Gonçalo, concelho da Guarda. Em vida, esta camarada cedera ao Partido parte da sua casa para o Centro de Trabalho.

ANTÓNIO PEREIRA FELIX — No passado dia 5 do corrente faleceu o camarada Felix, funcionário público e destacado activista da Organização do Partido em Coimbra. Militantes comunistas, familiares e amigos, foram centenas de pessoas que se integraram no funeral deste camarada, tendo estado presentes nas cerimónias fúnebres a Comissão Distrital e a Comissão Concelhia de Coimbra e ainda o Organismo da Função Pública.



A criação de fundos cambiais regionais de Institutos Monetários e de moedas próprias acusam a marca separatista dos governos regionais.

E, para que não fiquem dúvidas, os órgãos de comunicação social sob controlo efectivo dos governos regionais do PPD e da reacção, dão constante e ampla cobertura ao separatismo.

O separatismo é a expressão real do verdadeiro significado da política autonomista dos governos regionais PPD e das forças sociais e políticas reaccionárias que lhes estão por detrás.

O separatismo é antinacional, antiportuguês, declara-se fora da Constituição e da legalidade democrática e em rebelião aberta contra Portugal.

Para defesa do regime democrático e da unidade de Portugal como país livre e soberano, é necessário que termine a impunidade do separatismo, é necessário dar energia ao combate ao separatismo nas suas várias formas e expressões, garantindo a aplicação da Constituição em todo o território nacional, incluindo a Madeira e os Açores, e garantindo a integridade territorial contra todas as manobras e actividades de traição nacional.

### Açores e Madeira terra portuguesa com direito à liberdade

Nós, comunistas, reconhecemos direito à autodeterminação a nações colonizadas e oprimidas. Mas não reconhecemos a classes exploradoras o direito de separarem e arrancarem da pátria uma região a fim de manterem, contra a política do país os seus privilégios de classe e o seu poder discricionário e ditatorial.

Os fascistas pretendem identificar o separatismo dos Açores e da Madeira à luta dos povos dominados pelo colonialismo. Alguns vão ainda mais longe, sem recio de cair no ridículo. Ao mesmo tempo que fiéis ao colonialismo declaravam que que Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe eram territórios portugueses, proclamam que Açores e Madeira são colónias com direito à independência.

Embora mais cautelosos em palavras, o PPD e sectores do CDS apoiando e fomentando o separatismo açoriano e madeirense, assumem igualmente uma atitude antinacional contra a soberania e a integridade do território português.

Contra tais manobras de baixa política, contra aqueles que estão prontos a sacrificar o próprio país à defesa dos privilégios de classe, nós, os comunistas, com a mesma firmeza com que no tempo do fascismo e da guerra colonial lutámos pelo reconhecimento do direito dos povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe à independência completa e imediata, lutamos contra o separatismo nos Açores e Madeira, lutamos pela integridade do território nacional e pela defesa da pátria portuguesa una e indivisível.

Os governos regionais dos Açores e da Madeira afirmam ter sido formados em resultado de eleições e contêm com o apoio da maioria da população.

Estas afirmações faltam à verdade. As eleições na Madeira e Açores realizaram-se sem as condições mínimas de liberdade para as forças democráticas. Realizaram-se num ambiente de

intimidação, repressão e terrorismo fascista. Realizaram-se com o PCP obrigado praticamente à clandestinidade, os centros de trabalho pilhados e destruídos e os seus militantes exilados pela força. Realizaram-se sem controlo nem fiscalização. As eleições na Madeira e Açores, não se diferenciaram muito das mascaradas eleitorais fascistas que se realizavam antes do 25 de Abril. Os seus resultados não têm qualquer validade democrática. Os governos regionais não são governos eleitos, mas governos impostos.

Governos despóticos como os dos Açores e da Madeira não têm autoridade para falar em nome dos povos respectivos nem crédito para afirmarem que a maioria da população os apoia.

No dia em que se instaurarem e assegurarem verdadeiramente as liberdades democráticas nos Açores e Madeira, no dia em que cessem as perseguições e o terrorismo e se realizem eleições verdadeiramente livres, as forças reaccionárias serão derrotadas nos Arquipélagos como o têm sido e continuarão a ser no Continente.

Portugal libertou-se do fascismo. O povo da Madeira e dos Açores, parte integrante do povo português, tem pleno direito à liberdade. Com o apoio e a solidariedade dos trabalhadores e dos democratas de todo o país acabará por alcançá-la.

Nós saudamos daqui os comunistas dos Açores e Madeira, muitas vezes em condições de prática clandestinidade absolutamente certas de que continuarão a estar à altura das gloriosas tradições do nosso Partido, e de que erguerão sempre bem alto a bandeira da liberdade, da democracia, da independência nacional e do socialismo.

Saudamos daqui a luta corajosa e tenaz para a formação, defesa, e progresso das organizações sindicais, assim como de cooperativas.

Saudamos daqui a luta corajosa e tenaz, dos trabalhadores e dos democratas dos Açores e Madeira, dos operários, dos empregados, dos trabalhadores agrícolas, dos pequenos agricultores, dos caseiros, dos pescadores, das bordadeiras, de todos aqueles que mantêm bem viva a determinação de lutar contra a exploração, a opressão e a injustiça social, de todos aqueles que têm confiança no futuro.

A terra foge debaixo dos pés da reacção açoriana e madeirense.

O povo dos Arquipélagos compreende cada vez mais claramente quem são os seus amigos e quem são os seus inimigos.

No Verão de 1975, os fascistas conseguiram enganar uma parte da população até ao ponto de alcançar certa complacência na pilhagem e destruição de Centros de Trabalho do nosso Partido e de outras forças progressistas.

Recentemente, quando do atentado à bomba contra o Centro de Trabalho do nosso Partido na Horta a população em vez de hostilizar os comunistas, foi ajudá-los e, com a ajuda da população, o Centro foi reconstruído em três dias.

No presente momento a luta do povo trabalhador e das forças democráticas trava-se em duas frentes principais.

A primeira: contra o governo de coligação PS-CDS e a sua política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, contra a política de pacotes, contra o aumento violento do custo de vida e por um novo governo e uma nova política que a partir da defesa e consolidação das conquistas da Revolução, faça Portugal sair da crise, garantindo o regime democrático e a independência nacional.

A segunda: contra as manobras conspiratórias, desestabilizadoras e golpistas da extrema-direita de que faz parte a coligação MIRN/PPD, Kaulza/Sá Carneiro, e que procura precipitar a liquidação do regime democrático e a instauração de uma nova ditadura.

A luta pela verdadeira instauração das liberdades e do regime democrático nos Açores e Madeira e pela defesa da integridade territorial e da soberania portuguesa contra o separatismo antinacional, visa tanto a defesa dos interesses vitais dos povos dos Arquipélagos, como a luta contra as tentativas golpistas do Continente.

Não serão os focos fascistas dos Açores e Madeira, nem outros que existem também no Continente que imporão a todo o país a tirania reaccionária. Será Portugal inteiro que acabará por fazer vigorar o regime democrático em todo o território nacional, tanto no Continente como nos Arquipélagos.

Os governos regionais e a reacção não conseguirão tão pouco arrancar a Portugal uma parcela do seu território. Será Portugal inteiro, que reconhecendo embora a autonomia regional, defenderá a sua unidade e a sua integridade territoriais, contra os seus inimigos internos e externos.

Portugal inteiro viverá ao sol da liberdade. Viva o povo dos Açores e da Madeira! Viva Portugal democrático, livre, unido e independente! Viva o Partido Comunista Português!

e o desemprego, e a luta das bordadeiras do campo contra as miseráveis condições de exploração a que são sujeitas.

Apoiamos a luta dos pequenos e médios agricultores contra a colónia, contra o pagamento pelos rendeiros de elevadas quotas aos senhorios, pela garantia das benéficas, por melhores preços do leite e outros produtos, contra o decreto do governo regional dos Açores que permite rendas abusivas e estabelece pagamento duplo em casos de atraso.

Apoiamos as justas reivindicações dos pescadores dos Arquipélagos contra os impostos, por apoio financeiro e técnico, pela formação de cooperativas, por melhores habitações e condições de vida.

Apoiamos a justa luta do povo para se libertar da exploração aviltante dos grandes senhores, para sair do atraso e da miséria a que os condão no século de ditadura fascista, e reclamamos que o Governo Central dê um apoio efectivo para o desenvolvimento económico das regiões autónomas.

Nem a reacção, nem os governos regionais PPD, pode ser reconhecido o direito de invocarem a autonomia regional para subjugar os povos respectivos, como se Portugal não tivesse sido libertado da ditadura fascista.

Nem a reacção, nem os governos regionais pode ser reconhecido o direito de invocarem a autonomia regional, que foi reconhecida por uma Constituição democrática e se tornou possível no regime democrático actual, para violarem essa mesma Constituição e actuarem para a liquidação desse regime democrático.

Na sua acção desestabilizadora, com vistas à liquidação do regime democrático, o PPD/Sá Carneiro declara a revisão inconstitucional da Constituição. Ressuscita do arsenal fascista a proposta inconstitucional dessa fantochada do referendo. Recusa reconhecer e acatar as instituições e envereda pelo caminho do desrespeito do regime e da ordem democrática.

Não é de admirar que, numa parcela do território nacional, autoridades regionais sobreponham as instruções subversivas do seu partido à lei fundamental da República Portuguesa, actuem como se a Constituição tivesse já deixado de estar em vigor e como se o regime democrático tivesse deixado de existir.

A Constituição não vigora apenas no Continente. Vigora em todo o Portugal, Continente e Arquipélagos, e o seu cumprimento é obrigatório, tanto para os partidos que a defendem como para os partidos que reclamam a sua revisão, tanto para o Governo central como para os Governos regionais.

O PCP defendeu e defende a autonomia regional dos Açores e da Madeira. Mas autonomia regional no quadro da nação portuguesa una e indivisível e do regime democrático consagrado na Constituição.

### O separatismo instrumento da reacção e do imperialismo

A situação antidemocrática existente na Madeira e Açores e não só uma violação e um atentado dos legítimos interesses, direitos e liberdades dos povos respectivos, como um constante foco de conspiração contra o regime democrático, a integridade do território e a independência nacional.

Por isso depois do 25 de Abril, os fascistas e reaccionários na Madeira e nos Açores, tendo conseguido manter o efectivo poder regional num Portugal democratizado pela Revolução, brandiram a ameaça e a chantagem do separatismo.

Naturalmente nem sempre da mesma forma e com a mesma intensidade, antes tendo em conta as situações conjunturais.

No período de fluxo da Revolução portuguesa, a reacção açoriana e madeirense, aparecia toda ela organizando e fomentando grupos extremistas clandestinos, toda ela abertamente separatista, terrorista e insurreta.

Quando o processo revolucionário refletiu e a reacção viu a possibilidade de conservar o poder e os privilégios através duma mascarada eleitoral, cobriu-se com as siglas do PPD e do CDS, passou a falar mais em autonomia, sem entretanto deixar de apoiar, proteger, conservar como instrumento de provocação e violência, o seu braço separatista violento.

Os Governos regionais, nas suas declarações solenes, defendem o separatismo quando a reacção no Continente lança as suas ofensivas desestabilizadoras. E por prudência marcam distâncias em relação ao separatismo quando essas ofensivas fracassam.

Na realidade, governos regionais, PPD e CDS, MNA/FLA, APAM e FLAMA, provocadores separatistas e grupos de arruaceiros, mercenários e terroristas, participam todos, com formas diferenciadas de acção, numa mesma conspiração contra a democracia e contra Portugal.

Os objetivos fundamentais do separatismo desde o 25 de Abril tem-se revelado de transparente clareza.

Primeiro: Manter nos Açores e Madeira o poder fascizante dos grandes capitalistas e grandes proprietários, impedindo com a justificação de autonomia com a ameaça de um eventual desintegração do território nacional, que a Revolução chegue aos Arquipélagos e a Constituição e as leis democráticas portuguesas sejam lá aplicadas.

O segundo: servir de pressão e de chantagem sobre a situação em Portugal Continental, intervindo na estratégia geral do fascismo e da reacção e nas suas ofensivas contra o 25 de Abril e as suas conquistas.

O terceiro: apoiar as posições, a penetração, as pretensões e o domínio do imperialismo directamente nos Açores na Madeira e indirectamente em Portugal inteiro.

Os americanos não se limitam à Base das Lajes que já por si compromete a soberania portuguesa. Pela mão dos governos regionais, enviam técnicos e agentes da CIA para definirem a política, para traçarem planos económicos, para ensinarem em escolas e centros, para controlarem a vida dos Arquipélagos. E ao mesmo tempo apoiam, ajudam, instruem, financiam, incitam e comandam os grupelhos separatistas.

O separatismo, incluindo a concepção separatista da autonomia, insere-se no ideário, nas actividades, nos planos revanchistas contra-revolucionários das forças do passado fascista apoiadas pelo imperialismo e insere-se também nos planos do imperialismo visando a manutenção das suas posições militares e estratégicas.

As ofensivas da reacção e do separatismo nos Açores e na Madeira desde o 25 de Abril têm sido sempre e sistematicamente lançadas em estreita coordenação com as ofensivas da reacção no Continente.

Que se viu há poucos dias?

A extrema-direita, de momento polarizada em torno da coligação MIRN/PPD, Kaulza/Sá Carneiro, lança a sua ofensiva desestabilizadora no Continente, exigindo a revisão imediata da Constituição e a alteração dos órgãos do poder?

Logo, na Madeira, o sr. Alberto Jardim, novo chefe do Governo regional ataca igualmente a Constituição, exige a sua revisão e ameaça declarar a «desobediência cívica a Lisboa» se se formasse um «poder totalitário», isto é, se se constituísse um governo democrático.

Logo nos Açores, o sr. Mota Amaral chefe do Governo regional, proclama a «autonomia progressiva», tendo em vista um «regime especial» que tornasse possível nos Açores desrespeitar-se e violar-se a lei fundamental da República Portuguesa.

Logo, também nos Açores, carregando a nota, o agente dos americanos José de Almeida, declara provocatoriamente que «se Lisboa não aceitar negociações, o Movimento Nacional Açoriano (MNA) procederá a um levantamento nacional armado do povo açoriano até à vitória final».

E logo para dar mais força às palavras, talvez para «aquecer o ambiente» conforme com instruções telefónicas de Lisboa ou do Vimeiro, voltam a atirar bombas nos Arquipélagos.

E como reagiu o PPD no Continente a todas estas acontecimentos e declarações?

O presidente do PPD então em exercício justificou que «em democracia é legítimo defender o separatismo». E a seguir, tendo ter ido demasiado longe e querendo corrigir, saiu-lhe a boca fora, o verdadeiro pensamento (não muito distante do pensamento de «O Mihafe» separatista que se insurge contra o que chama o «pseudodireito à soberania de Portugal sobre as Ilhas») ao falar de «Portugal e das regiões autónomas... como se as regiões autónomas não fossem Portugal».

Finalmente, para não deixar dúvidas, os deputados PPD na Assembleia da República recusam-se a votar uma moção de condenação ao separatismo, desmascarando assim completamente a sua posição.

O separatismo não traduz quaisquer sentimentos ou aspirações dos povos dos Açores e da Madeira. Os povos dos Açores e da Madeira querem a autonomia mas sentem-se e afirmam-se inteiramente portugueses.

O separatismo é uma arma do fascismo e da reacção internas e do imperialismo estrangeiro.

Os verdadeiros «cérebros» e animadores do separatismo são os grandes senhores de S. Miguel e do Funchal, são os estados-maiores da ex-ANP, são os estados-maiores dos partidos reaccionários com assento nos governos regionais, são os «chefes» do Continente com o aparelho do partido e o telefone, é Kaulza com os seus investimentos rendosos nos Açores e com os seus amigos Bensuades, Bettencourt e viscondes Boteler, são ainda a CIA e os círculos agressivos do imperialismo.

Não se podem considerar os governos regionais como diferenciados do separatismo. Os governos regionais apoiam-se no separatismo e o separatismo apoia-se nos governos regionais.

## Actividades do Partido

### Campanha em Aveiro

A Comissão Concelhia de Aveiro está a promover uma Campanha de 50 contos, destinada a custear as obras de reparação do Centro de Trabalho. Os estragos que foram agora reparados designadamente no telhado do Centro, foram ainda provocados quando da onda terrorista desencadeada pela reacção no Verão de 1975 altura em que o CT foi assaltado.

### Reunião de Quadros

Sobre o trabalho de organização realizou-se na Marinha Grande uma reunião de Quadros do distrito de Leiria, no passado domingo.

Canto Livre participou o artista Samuel. Várias dezenas de pessoas, com grande entusiasmo, participaram nesta jornada de convívio.

### Visita à Checoslováquia

A convite do Partido Comunista da Checoslováquia, uma delegação de estudo do PCP sobre organização e gestão de cooperativas agrícolas visitou a República Socialista da Checoslováquia, entre 31 de Março e 7 de Abril, no quadro das relações de amizade e cooperação que existem entre os dois Partidos.

A delegação, composta por operários agrícolas e organizações camponesas, foi recebida, em Praga, no Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia.

## Novo Centro de Trabalho inaugurado em Queijas

A abertura de um novo Centro de Trabalho do Partido é sempre motivo de entusiasmo e de alegria para todos os militantes e simpatizantes do PCP, é sempre motivo de regozijo para todos os verdadeiros antifascistas.

Foi o que aconteceu no passado domingo em Queijas. A inauguração do novo CT foi assinalada durante todo o dia, sendo de salientar o grande comício realizado num largo fronteiriço ao Centro, e em que esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, cuja intervenção publicamos a parte.

Tal como nos afirmamos o camarada Silvano Porfírio, membro do secretariado da Comissão Local de Queijas do PCP, a construção do novo CT é um exemplo do que pode fazer a militância revolucionária dos

comunistas. A princípio — disse-nos o camarada Porfírio — estávamos numa casa alugada, muito pequena, onde já não era possível prosseguir a actividade em condições normais. A organização ia crescendo e o CT respondia cada vez menos às necessidades. Depois, acabámos por ter de sair.

Entretanto, após numerosos contactos — só encontramos 'portas fechadas' — conseguimos alugar esta casa, que na altura estava num estado mesmo ruinoso. Ao arranjarmos o telhado, caíram as paredes... Assim, acabámos por construir tudo de novo: telhado, paredes, chão, etc.

Queríamos salientar que durante o período das obras, a organização local do Partido desenvolveu e participou

activamente nas grandes tarefas políticas, entre as quais a "Promoção Conquistas de Abril".

Para a aquisição dos materiais (tijolos, cimento, etc), contamos com a solidariedade de muitos amigos e também com diversas iniciativas para a angariação de fundos.

Já depois de construído o Centro, foram ainda oferecidos, por camaradas e simpatizantes, várias peças de mobiliário, uma mini-biblioteca, uma máquina de café, um frigorífico, um esquentador, etc.

A inauguração Logo pelas 10 horas, um grupo de Pioneiros Içou, no pátio do Centro, as bandeiras nacional e do Partido, momento que seria sublinhado logo a seguir com o lançamento de foguetes. A partir

das 11 horas, o CT, em cujo átrio se encontrava um grande pano vermelho com o retrato do camarada Lenine, abriu as suas portas a todos quantos o quiseram visitar. Durante o dia, foram centenas e centenas as pessoas que passaram pelas suas instalações.

Durante a manhã, decorreram várias provas de atletismo, que reuniram jvens dos 6 aos 14 anos, seguindo-se uma animada sessão de variedades com os Pioneiros de S. Bernardo, Brandão e Queijas.

À tarde, num largo fronteiriço ao Centro, mais de três mil pessoas assistiram a um espectáculo em que actuaram, entre outros, Carlos Paredes, Carlos Alberto Moniz, Maria do Amparo, José Manuel Osório, Samuel, Domingos Silva, os fadistas João Valente, Natércia Aguiar, João Balter e Ana Pinto, o grupo "25 de Abril", de Paço

d'Arcos, e um grupo coral alentejano constituído por camaradas e amigos residentes em Carnaxide.

O comício Cerca das 18 horas, iniciava-se o comício, com a presença do camarada Álvaro Cunhal que, entretanto, tinha visitado as instalações do Centro.

Presentes na mesa, além do secretário-geral do Partido, que foi calorosamente aplaudido pela numerosa assistência — composta por milhares de pessoas da freguesia e mesmo de diversos pontos do concelho —, a camarada Alda Nogueira, do Comité Central; Ermelinda Raquel, da Comissão de Freguesia de Carnaxide do PCP; António José Almeida, do secretariado da Comissão Concelhia de Oeiras; José Fernando, da UJC; e os seguintes

camaradas da Comissão Local de Queijas: Isabel Pardal, Silvano Porfírio, José Monteiro, Domingos Zambujo, Fernando Barra, Lídia Correia, Isabel Penteiro, César Penteiro, Arlindo Pinheiro, António Nunes, Armando Lopes e Inácio Graça.

Após uma breve intervenção de Alda Nogueira, que presidiu ao comício, e que considerou a construção do novo Centro como uma expressão do crescente prestígio do Partido entre as massas populares falam Inácio Graça, Ermelinda Raquel, Mariana, da UJC e António José Almeida.

No final da sua intervenção, atentamente seguida por todos os presentes, foi entregue ao camarada Álvaro Cunhal uma placa comemorativa da inauguração do Centro de Trabalho.

## «Pode dizer-se que os avanços da reacção se devem mais às divisões das forças democráticas e à tolerância, às alianças e às complicitades no seio do próprio poder do que à força real do fascismo e da reacção — afirmou Álvaro Cunhal

(...) Sendo o produto da iniciativa, do trabalho, da contribuição dos comunistas de Queijas, este novo Centro constitui um atestado do dinamismo, da diligência e da dedicação dos membros do Partido, é um exemplo do que pode alcançar, com meios limitados, o esforço colectivo dos comunistas, dos trabalhadores.

Por motivo do seu trabalho e do seu exemplo, transmito às camaradas de Queijas as calorosas felicitações do Comité Central do Partido, com a certeza de que este novo Centro de Trabalho será um local de frutuoso trabalho político, de informação verdadeira, de convívio fraterno e que estará sempre aberto a todos aqueles que se aproximem do Partido com propósitos de entendimento e de amizade.

Política de austeridade e batalha pelo pão

(...) As liberdades, o regime democrático ou bem estar do povo português, estão ameaçados pela violenta campanha de desestabilização política e militar conduzida pelas forças fascistas e reaccionárias, agora polarizadas em torno do eixo Kaulza-PPD/Sá Carneiro.

Mas estão igualmente ameaçados pela política económica e financeira do Governo PS-CDS que para servir os interesses de alguns milhares de

exploradores, sacrifica o bem-estar de milhões de portugueses.

A batalha que temos por diante não é só a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, (...) não é só a batalha da defesa da Constituição e do regime democrático.

A batalha que temos por diante é também agora a batalha pelo pão, pois o pão dos trabalhadores está ameaçado pela política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, pelos «pacotes», pelos aumentos dos preços, pelos despedimentos e o desemprego, pelo racionamento cuja preparação o ministro CDS uniu (...)

Para os trabalhadores, para os reformados, para a maioria esmagadora da população, os aumentos dos preços do «cabaz de compras» significam que passam a comer menos e pior e, em alguns casos, a passar fome e privações.

Para milhares e milhares de famílias portuguesas, estes aumentos de preços são uma verdadeira desgraça que lhes tomba em cima.

Consideramos como positivo, que, num dos últimos dias, o Governo tenha decidido aumentar o salário mínimo nacional, tenha aumentado as pensões e as reformas e tenha, finalmente aceite a revisão das tabelas salariais ao fim de 12 e não de 18 meses.

Trata-se de importantes vitórias dos trabalhadores, dos seus sindicatos, da CGTP-

Intersindical, e como tal devem ser acolhidas.

Mas de que valem estas decisões se os aumentos dos preços decretados na mesma altura levam na voragem o pouco que se alcançou? (...) Perante a gravidade da situação económica e financeira, o PCP foi o primeiro há mais de 3 anos a indicar a necessidade de uma política de austeridade.

Mas a política de austeridade que o PCP defende é uma austeridade que começa por atingir os consumos sumptuários das classes parasitárias, por limitar as importações e os consumos de produtos mais dispensáveis, por uma redução geral de despesas, e não a austeridade dos trabalhadores e das massas populares para que os capitalistas de novo enriqueçam a custa do suor, dos sacrifícios, do apertar do cinto, da miséria do povo trabalhador.

Unidade necessária

A História da Revolução Portuguesa encerra um grande ensinamento que nenhum demócra tem o direito de desprezar.

Esse ensinamento é que o fascismo e a reacção têm procurado com feroz tenacidade dividir e enfraquecer o campo democrático, fomentar a radicalização de posições, semear antagonismos, conflitos e rupturas, intrigar,

caluniar e conduzir campanhas contra homens destacados, escolhendo sucessivamente os alvos e queimando e provocando o afastamento sucessivo de muitos deles.

Pode dizer-se que os avanços da reacção no aparelho do Estado, tanto civil, como militar, a tomada de posições-chave em organismos económicos e meios de comunicação social, se devem mais às divisões das forças democráticas e à tolerância, às alianças e às complicitades no seio do próprio Poder do que à força real do fascismo e da reacção.

Os dirigentes do PS arrastaram o seu partido para o anticomunismo, para alianças com a direita, para uma política ao serviço do grande capital, dos grandes proprietários e do imperialismo contra os trabalhadores e as grandes massas da população.

Abriam assim caminho ao avanço da reacção, contra o movimento operário e popular, contra o PCP.

Qual a situação que resultou para o PS das suas alianças a direita?

Ruído de contradições, abandonado por milhares de militantes e eleitores, hoje é o próprio PS como partido, o PS como Governo (tal como órgãos de soberania político-militares), que é visado, pelas forças da desestabilização, da conspiração e do golpe fascista ou fascizante. O PS, ainda ontem aliado louvado pela extrema-direita, aparece

já, nas palavras desta, como um inimigo a abater.

Será necessário que o PS seja completamente encurralado pela reacção no beco sem saída para o qual está a ser arrastado para que tenha um sobressalto de rebate e de sobrevivência democrática e se volte finalmente para uma política com os trabalhadores e com os comunistas?

Hoje, como sempre, nós, os comunistas, defendemos o entendimento e a acção comum com os socialistas. Esse entendimento e acção comum é hoje particularmente necessário dadas as ameaças fascistas e fascizantes.

Mas o entendimento e acção comum para combater as ameaças fascistas e para resolver os problemas nacionais não pode afrouxar a luta contra a política do governo PS-CDS, porque essa política abre as portas à reacção e não serve os interesses do povo nem a defesa das liberdades e do regime democrático.

O PCP, tal como os sindicatos, as organizações de pequenos e médios agricultores e outras organizações de classe, está pronto a examinar os problemas nacionais com os órgãos do Poder, designadamente com o Governo, dando a sua contribuição para soluções concretas para os problemas concretos. Se houver decisões e medidas justas do Governo ou outros órgãos do Poder,

o PCP tomará uma atitude positiva e mesmo de apoio.

O PCP intervém na vida nacional de forma a dar uma contribuição directa para a solução dos problemas económicos, sociais, culturais, de interesse do Povo e do País.

Mas o PCP com a classe operária, com todo o povo trabalhador, combate e continuará combatendo firmemente a política de recuperação capitalista, a política dos pacotes, a política de miséria, ruína e endividamento externo do governo PS/CDS.

Nesta luta marcham ao nosso lado, estamos certos, cada vez mais numerosos, trabalhadores e democratas de todas as tendências, incluindo milhares e milhares de membros do PS e eleitores do PS.

Pelo nosso lado estamos prontos a examinar em toda a parte (nas empresas, nos campos, nos sindicatos, nas autarquias, nas escolas, em todos os locais de trabalho e sectores da vida nacional) as possibilidades de acordos e de acção comum.

Não basta porém a nossa atitude. É também necessário que, noutros quadrantes políticos, designadamente da parte de socialistas e de outros sectores democráticos, se ponha fim aos preconceitos e chaves anticomunistas e que, tal como nós damos um passo para eles, eles deem um passo para nós, a fim de podermos entender-nos e cooperar.



Estiveram presentes 40 camaradas vindos dos concelhos de Porto de Mós, Bombarral, Nazaré Óbidos, Leiria, Marinha Grande, Caldas, Alcobaca, Alvaiázere e Peniche.

### Colóquio sobre a Juventude

Ainda na Marinha Grande, no passado dia 8 do corrente realizou-se um colóquio sobre a Juventude, Droga e Ocupação de Tempos Livres, com a presença do camarada Henrique Louçã, médico psiquiatra. Este colóquio, inserido na divulgação do Encontro sobre a Educação e Ensino teve a participação de cerca de 200 pessoas que encheram completamente a sala.

### Festa em Arronches

Organizado pela Comissão Concelhia do Partido, realizou-se na Casa do Povo de Arronches, uma sessão de projecção de slides e Canto Livre.

Os slides historiaram a vida do Partido desde os tempos da resistência até ao presente. No

Comunista da Checoslováquia e no Comité Central da União dos Camponeses Cooperativistas. Em Bratislava, foi recebida no Comité Central do Partido Comunista da Eslováquia. Destacando-se a vários distritos e regiões, onde se avistaram os respectivos Comités do Partido Comunista da Checoslováquia, a delegação visitou cooperativas agrícolas, estabelecimentos de criação de gado e pecuária, complexos de produção de carne, estufas e centros de reparação de maquinaria agrícola, onde teve oportunidade de conhecer directamente as experiências do Partido Comunista da Checoslováquia e os êxitos obtidos no desenvolvimento da produção na agricultura da República Socialista da Checoslováquia.

A visita da delegação de estudo do PCP contribuiu para um melhor conhecimento da realidade naquele sector agrícola e para fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os dois Partidos.

ENSINO  
PARA A DEMOCRACIA  
DEMOCRACIA  
PARA O ENSINO

## Otília Faro fala ao «Avante!» sobre o trabalho realizado no Norte

A fim de obter dados, no Porto, à semelhança do que foi já feito noutros distritos, do trabalho que afincadamente os camaradas dinamizam na preparação do Encontro, o «Avante!» entrevistou a camarada Otília Faro, membro do Comité do Sector Intelectual do Porto, que nos revelou aspectos da actividade dos professores comunistas com vista ao êxito desta importante iniciativa do Partido.

— Como se iniciou, no Porto, e desenvolveu o trabalho de preparação do encontro?

— Para acompanhar e desenvolver o trabalho preparatório do Encontro — começou a camarada — foi constituída na ORN uma Comissão Coordenadora Regional. O ritmo do trabalho

nos diferentes distritos tem sido muito variado. Assim, enquanto nos distritos de Vila Real e de Bragança, além da distribuição de propaganda pouco se desenvolveu, no distrito de Viana do Castelo realizaram-se duas sessões abertas a todos os professores que nelas quiseram participar, durante as quais foram

debatidos os problemas profissionais da classe e a gestão democrática.

No distrito de Braga — continuou a camarada Otília — o trabalho tem-se desenvolvido mais no interior do Partido, com a realização de reuniões entre militantes para debate de alguns temas do Encontro. Em Guimarães têm participado no debate algumas Comissões de Moradores.

Entretanto, no Distrito do Porto formaram-se alguns grupos de trabalho nos organismos dos professores para prepararem temas do Encontro, que estão a ser igualmente discutidos em reuniões para as quais têm

sido convidados professores de outros sectores democráticos.

— Que temas têm sido abordados?

— Até ao momento — esclareceu a camarada — já foram discutidos os seguintes temas: Levantamento da situação no Ensino Primário, Formação de professores e Escolas do Magistério, Levantamento da situação no CPES e Ensino Secundário, Formação de professores no Ensino Superior, Levantamento dos problemas do Curso Secundário Unificado, Gestão Democrática no Ensino

Superior, o Ensino de Engenharia, Investigação Científica, Cultura Física e Desporto, Problemas do Ensino Especial e Ensino Pré-Primário.

Estas reuniões — disse ainda — visam fazer o levantamento dos principais problemas que caracterizam a crise no Sector e apresentar propostas de solução para os mesmos, de acordo com os objectivos definidos para o Encontro.

— Podes referir algumas das preocupações manifestadas pelos participantes no trabalho preparatório?

— O desenvolvimento do trabalho de preparação do Encontro faz ressaltar como principais preocupações dos sectores ligados ao Ensino as seguintes: Colocação de Professores; Formação de professores do ESE do CPES; condições de trabalho nas escolas; gestão democrática; estrutura e funções do ES; definição da carreira docente no Ensino Superior; a Investigação científica e o sistema educativo; ligação da escola à vida e certos problemas de natureza ideológica que se relacionam com os programas e métodos do ensino e com o avanço do fascismo nas escolas.

PELO DIREITO AO ENSINO



O direito ao ensino é garantido pela Constituição. Mas quantos trabalhadores analfabetos? Quantos filhos de trabalhadores a quem é negado esse direito?

— Que iniciativas estão previstas, tanto na fase final dos trabalhos como na divulgação dos resultados apurados?

— Para apresentação das conclusões do trabalho realizado na ORN e sensibilização da população para as preocupações que a crise do sector da educação e ensino provocam aqueles que a eles mais directamente estão ligados, vão ser levadas a cabo, nas próximas semanas, sessões públicas

em Braga, Guimarães, Porto, Gondomar, Rio Tinto e Vila Nova de Gaia.

Com vista à participação no Encontro — terminou a camarada —, vão ser eleitos os delegados e vamos procurar que estes, juntamente com as organizações do Partido mais ligadas à educação e ao ensino, preparem as intervenções nas diversas secções, tendo em conta todas as discussões já feitas.



«A situação do Movimento Associativo do Concelho de Almada caracteriza-se pelo reforço das posições de esquerda, através de uma maior mobilização e consciencialização dos estudantes no que respeita aos problemas que mais os afectam neste momento», foi afirmado na intervenção da UEC no 1.º Encontro Concelho sobre Educação e Ensino, realizado no passado dia 8, no Centro de Trabalho de Almada.

## A Comissão Nacional do Encontro faz o balanço da actividade

No Centro de Trabalho de São Bernardo teve lugar no passado domingo a reunião da Comissão Nacional do Encontro. Cerca de uma centena de camaradas, vindos de várias regiões do país onde dinamizam e orientam os trabalhos preparatórios do Encontro encheram a sala onde decorreu a reunião, que visava fazer o balanço do trabalho realizado e tomar decisões quanto a aspectos gerais das actividades previstas ainda para as duas últimas semanas que faltavam para o Encontro.

Presidida pelo camarada Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central, que se encontrava na mesa com os outros membros da Comissão Executiva Nacional, a reunião iniciou-se com uma informação da camarada Teodoro sobre a documentação até agora elaborada e distribuída.

Seguidamente tomaram a palavra elementos das várias comissões regionais e distritais do Encontro que passaram a informar do estado dos trabalhos.

Assim se pôde verificar que, apesar das férias que de algum modo interromperam o esforço que se vinha desenvolvendo, as actividades avançam por todo o país, mantendo-se ainda desníveis de

organização e características diferentes nos diversos tipos de contribuição de cada região para a preparação do Encontro.

Enquanto no Norte se sublinha a larga participação, ao nível do Ensino Primário, de professores não comunistas e algumas conclusões elaboradas já no Ensino Secundário e no Superior, na Região do Oeste e Ribatejo particular atenção é dada aos documentos elaborados, trazendo o Encontro, através de reuniões e debates, para fora do Partido. Em Santarém, Marinha Grande, Leiria, Caldas e Abrantes, dezenas de reuniões têm tido lugar, registando-se sempre a participação de mais de metade de pessoas que não pertencem ao Partido.

Nas Beiras é de Coimbra que chegam mais notícias. Várias sessões, alargadas ou restritas, têm permitido debater os temas propostos e elaborar conclusões, prevendo-se mais reuniões para a continuação de debate e eleição de delegados.

Em Lisboa, enquanto que no Ensino Primário são reduzidas as sessões que têm tido lugar, ao nível do Secundário a dinamização é boa, tendo havido também a registar uma participação importante de

professores não ligados ao Partido e a realização de sessões públicas. No Superior a participação é mais activa e dinâmica.

No distrito de Setúbal, sobretudo em 7 dos concelhos, a grande aderência aos trabalhos do Encontro tem mesmo permitido a aproximação de muitos professores. Encontros concelhios no Barreiro, em Almada, no Seixal, em Setúbal, na Moita e ainda um Encontro distrital têm contribuído para organizar e sistematizar os resultados obtidos nas reuniões e sessões realizadas.

No Alentejo, onde se verificavam atrasos, o trabalho avançou, as comissões distritais organizadas têm contribuído para a dinamização de reuniões onde alguns documentos foram elaborados. Em sessões públicas verifica-se a participação de mulheres, sobretudo, e também o contributo de trabalhadores agrícolas e da construção civil e ainda de pequenos e médios agricultores.

No Algarve alguns trabalhos estão já concluídos. Apesar de um certo atraso que se procura recuperar, regista-se uma boa participação de professores não comunistas no trabalho desenvolvido.

E, finalmente, a participação da juventude, através da UJC e da UEC que têm prestado um apoio activo à preparação do Encontro, tanto na elaboração de documentos específicos como na propaganda nas escolas.

Os pontos seguintes da Ordem de Trabalhos foram ocupados e o debate de propostas da Comissão Executiva no tocante ao funcionamento do Encontro, tendo sido apresentado o projecto de um documento base no sentido de fixar as grandes linhas de análise e anunciar algumas propostas essenciais, correspondentes aos objectivos do Encontro. Documento a ser distribuído aos delegados, ele será objecto de discussão colectiva anterior nas organizações do Partido que representam.

Conforme consta da circular que acompanha o texto, este documento tem como objectivos principais, por um lado dinamizar e orientar a fase final da preparação do Encontro e, por outro, permitir que o debate nas organizações — para além da preparação das intervenções dos delegados nas secções — se concentre atentamente na formulação de alterações, rectificações e propostas de aditamento, eliminação ou reformulação desse texto.

## Organização definitiva das secções

Secção 1 — Alfabetização, educação permanente e promoção educativa, técnica e cultural das populações

- Alfabetização;
- Promoção educativa das populações: áreas prioritárias e meios de acção;
- As novas tarefas político-sociais do nosso povo e as suas exigências educativas: Reforma Agrária, controlo operário, trabalho nas Autarquias, Cooperativas, etc.;
- Apoio educativo aos trabalhadores emigrantes.

Secção 2 — A formação de quadros e o desenvolvimento económico e social

- O sistema económico e o sistema educativo;
- Papel da formação de base e da formação geral e política;
- Unificação do ensino secundário e reestruturação dos cursos complementares;
- Ensino superior: reestruturação e diversificação das saídas profissionais;
- Investigação científica e tecnológica;
- Formação profissional extra-escolar;
- Adequação social e profissional do ensino.

Secção 3 — A escola e a formação da juventude

- Ligação da escola à vida;
- Defesa do carácter científico do ensino;
- Actualização dos conteúdos, programas e métodos de ensino;
- A ligação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual;
- Combate à ideologia fascista nas escolas.

Secção 4 — A democratização do acesso ao ensino

- Educação infantil;
- Escolaridade obrigatória, gratuidade e seu cumprimento;

- Acesso aos graus médio e superior do ensino;
- Trabalhadores-estudantes;
- Medidas de apoio social escolar (bolsas residenciais, etc.);
- Ensino especial;
- Carácter selectivo do ensino particular no sistema nacional de ensino.

Secção 5 — Formação de professores e revalorização da função docente

- Formação de professores no quadro da reestruturação do ensino superior;
- Complemento de habilitações;
- Formação continuada, reciclagem e cursos de especialização;
- Investigação científica e pedagógica;
- Carreira docente.

Secção 6 — Cultura física e desportos

- Educação Física e Desporto na escola;
- Associativismo desportivo;
- Formação de quadros;
- Instalações e equipamentos desportivos.

Secção 7 — Desenvolvimento do sistema educativo na situação de crise económica e financeira

- Política de construções e equipamento escolar;
- Finanças da educação;
- Qualidade e adequação social e profissional do ensino: factores de economia.

Secção 8 — Planificação democrática e gestão social do ensino

- Os deveres do Estado na educação;
- Planificação democrática;
- Descentralização;
- Gestão democrática das escolas e a participação de organizações sociais.

## Sessões e debates

Na intensa actividade que prepara o Encontro anunciamos as realizações que, entre muitas outras, se prevêem nos próximos dias.

Assim, no Porto, no âmbito do Ensino Secundário, haverá sessão pública amanhã, dia 14, com a presença do camarada Rogério Fernandes. Quanto ao Ensino Primário, no próximo dia 17, haverá também uma sessão pública.

Na região de Lisboa: hoje, dia 13, sessões promovidas pela Organização dos Professores do Ensino Secundário de Lisboa. Às 19 horas, sobre Insucesso Escolar, na Comissão de Moradores do Bairro de Santa Marta. Às 21,30, na «Voz do Operário», sobre Estrutura e Funções do Secundário. Também às 21,30, no Clube Ameixoeirense, sobre

Movimento Popular e Educação.

Ainda em Lisboa, no Centro de Trabalho Vitória: no dia 19, pelas 21,30, sessão de conclusões do Ensino Superior; no dia 20, pelas 21 horas, Assembleia de delegados da DORL ao Encontro.

Quanto ao distrito de Setúbal, temos:

Reuniões distritais: sobre desporto, no dia 16, pelas 10 horas no cine-clube do Barreiro — participam professores de Educação Física e membros das autarquias, das colectividades, dos clubes desportivos e juventude. Sobre Acção Social Escolar, no dia 13, pelas 21 horas, no Centro de Trabalho de Almada — participam professores das Comissões de Gestão,

membros das autarquias e organizações populares. Sobre Formação Profissional nas Empresas, no Centro de Trabalho do Barreiro — participam professores, membros das Comissões de trabalhadores com Escolas de Formação Profissional. Sobre Gestão Democrática, no Centro de Trabalho de Setúbal no dia 16, pelas 10 horas — participam professores e alunos integrados nas Comissões de Gestão.

Encontros das organizações concelhias: no Seixal, dia 15, pelas 15 horas, no Pavilhão da Siderurgia, sobre: o Ensino Especial, as Escolas de Formação Profissional Estatal, o Ensino e o Movimento Popular. Em Setúbal, no dia 19, pelas 21 horas, no Centro de Trabalho, sobre: a Gestão Democrática, o Ensino

Unificado, Ensino Particular, a Acção Social Escolar, as Autarquias e o Ensino, Movimento Sindical. Na Moita, dia 15, pelas 15 horas, no Centro de Trabalho, sobre: a Educação Popular, a Alfabetização, e Situação Geral do Ensino no Concelho. Também se prevê, sem data ainda marcada, um Encontro no concelho de Sesimbra, sobre o Ensino Concelho.

Ainda no distrito de Setúbal. Concelho do Barreiro — Sessão no dia 14, pelas 21,30 horas, em «Os Leças» sobre o Ensino Primário e as Autarquias, com a participação do camarada António Teodoro. No dia 17, pelas 21 horas, no Lavradão, sessão sobre Ensino Infantil. No dia 19, um colóquio no Barreiro, sobre Ensino Secundário.

## Divulgados à Imprensa os objectivos do Encontro

Na passada 2.ª feira, realizou-se no Centro de Trabalho Vitória, uma Conferência de Imprensa com a finalidade de divulgar os objectivos do encontro das Organizações do PCP sobre Problemas da Educação e do Ensino.

Na mesa encontravam-se os camaradas Aboim Inglês, membro do Comité Central, António Teodoro, Vítor Dias, da SIP Central e João Leal, da Comissão Executiva da UEC, todos da Comissão Executiva da Comissão Nacional do Encontro.

Dirigindo-se aos jornalistas presentes, o camarada Aboim Inglês referiu-se ao relevo que hoje assumem os problemas da educação e ensino no conjunto dos problemas nacionais, que interessam directamente a mais de um milhão e oitocentos mil

portugueses que frequentam estabelecimentos de ensino e a cerca de cem mil professores.

Tendo em conta a gravidade da crise educativa — afirmou —, a diversidade e complexidade das questões que comporta, e com vista a realizar um debate geral que permita uma visão global desses problemas e a definição de uma orientação visando ultrapassar as dificuldades actuais, o PCP promove em 22 e 23 de Abril o Encontro das Organizações do PCP sobre os Problemas da Educação e do Ensino, com o lema «Ensino para a Democracia, Democracia para o Ensino», segundo 3 direcções principais:

— O papel do sistema no quadro de uma política de desenvolvimento

e económico e social, baseada nas grandes transformações democráticas realizadas pela Revolução;

— A adequação do sistema educativo aos valores democráticos e progressistas da Constituição da República;

— A aplicação de uma política educativa democrática numa situação de crise económica e financeira.

A preparação do Encontro tem vindo a ser apolada, dinamizada e estimulada por documentos-base (49 sobre temas parcelares e 2 globais) constituindo estudos objectivos elaborados por grupos de trabalho e que abrangem um vasto conjunto de temas, quer de levantamento e caracterização da situação, quer de

análise dos problemas mais candentes.

Depois de se ter referido à ampla participação nos grupos de trabalho e nas sessões de grande número de pessoas que não são membros do Partido, o camarada Aboim Inglês divulgou a lista dos membros da Comissão Nacional que, pela sua diversificada composição regional e profissional, tem garantido a coordenação das iniciativas e o desenvolvimento do trabalho preparatório.

Finalmente foi divulgado que, para além de 850 delegados e dos 500 a 1000 convidados, prevê-se que professores e técnicos de educação que, não sendo filiados no PCP, colaboraram activa e intencionalmente na preparação do Encontro, terão o estatuto de participantes, com direito de intervenção nos debates das secções.



O fascismo nas escolas tem sido tema abordado em inúmeras sessões e reuniões públicas de preparação do Encontro. Preocupação de professores e de alunos, de pais e de jovens, de trabalhadores e de estudantes, o avanço do fascismo nas escolas é sinal que algo não vai bem no Ensino, que medidas não são tomadas pelo Governo para erradicar o mal.

# Encontro Nacional de quadros do PCP para as autarquias

Realizou-se no passado sábado, no centro de trabalho "Vitória", em Lisboa, uma reunião nacional de quadros do Partido nas autarquias locais. A mesa que dirigiu os trabalhos era composta por elementos das direcções das organizações regionais responsáveis pelo trabalho nas autarquias, do grupo de apoio junto do Comité Central, presidentes de Câmaras e pelo camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

Esta reunião, em que participaram mais de uma centena de camaradas, institucionalizou a realização

periódica de encontros nacionais de quadros nas autarquias que, embora sem carácter deliberativo, passará a debater e analisar questões que se colocam ao exercício do poder local e permitirá uma ampla troca de experiências da maior importância na formação e aperfeiçoamento dos quadros dedicados a esta frente de trabalho.

Os trabalhos, que decorreram desde as 9,30 até às 23 horas, iniciaram-se com uma intervenção do camarada Carlos Costa que, após tecer algumas considerações sobre a dissolução da FEPU e constituição da APU, passou a analisar detalhadamente

o objectivo que guia os comunistas no trabalho das autarquias. Salientando que a resolução dos problemas da população deve ser sempre a preocupação dominante dos eleitos, para o que devem centrar-se todos os esforços, o camarada sublinhou depois a importância do poder local na defesa e aplicação da Constituição, na formação cívica dos cidadãos e no estabelecimento e reforço da unidade entre as forças interessadas na melhoria das condições de vida e na defesa dos interesses das populações.

Seguiram-se depois intervenções que abordaram

problemas de habitação e urbanismo, saneamento básico e viação rural, saúde e segurança social, ensino, cultura e desporto, e ainda questões de abastecimento, segurança e turismo. Após estas exposições, que serviram para situar os problemas e preencherem toda a manhã, os trabalhos foram reiniciados na parte da tarde com um período de debate, a que se seguiu a apresentação dos balanços de actividade das organizações regionais.

### Reforço da unidade

Através dos balanços foi possível verificar, de imediato, os progressos conseguidos na

concretização da nossa política de unidade em relação aos problemas concretos das populações, embora ainda se detectem alguns casos de sectarismo. Como ficou claro no decorrer dos trabalhos, a política justa é a que visa contribuir para a resolução dos problemas, independentemente de quem quer que seja que para tal trabalhe, e que, mesmo nos órgãos onde as forças de esquerda são maioritárias, é sempre preferível ganhar o maior número possível de adesões à prossecução de uma acção justa.

Das conclusões do encontro ressalta ainda a dura luta

travada — e que continua — para a instituição e funcionamento dos órgãos autárquicos, bem como os importantes passos dados na realização de um trabalho colectivo nos órgãos de poder local, tarefa essa indispensável para a liquidação definitiva do caciquismo, reaccionário ou não. Com efeito, como seria salientado, o melhor trabalho que a este nível se pode realizar consiste, para além da resolução dos problemas, na capacidade de formar mais e mais quadros, na capacidade colectiva de assumir a resolução desses mesmos problemas.

## Reformados discordam do reajustamento das pensões

Por considerar que as melhorias verificadas não correspondem ao aumento do custo de vida, a Comissão Nacional dos Reformados deliberou, na sua última reunião plenária, tornar público o seu desacordo em relação aos aumentos das pensões de reforma e à manutenção das anteriores pensões sociais.

No comunicado divulgado a propósito a CCNR sublinha que no reajustamento das pensões não foi considerado o aumento do custo de vida verificado até ao presente e muito menos o aumento dos serviços e produtos de primeira necessidade que se está a verificar e tudo indica que continuará a agravar-se.

Recordando a viva reacção de repúdio dos reformados contra a Portaria 94/77 que já então, além do princípio anti-social que a orientou, não considerou a perda da capacidade de subsistência das pensões mínimas, o documento faz notar que a esta situação havia agora que acrescentar o agravamento do custo de vida que teve lugar no ano de 77 e a taxa de agravamento prevista para o corrente ano e, em parte, já em vigor.

A Comissão Coordenadora Nacional dos Reformados, que manifesta igualmente o seu desacordo pelo facto de não ser considerada qualquer melhoria do montante da pensão social, pois sabe que é impossível viver-se com mil escudos mensais, recorda ainda no seu comunicado que a dívida de entidades patronais à Previdência cresce todos os meses, ultrapassando já os dezoito milhões de contos.

## Colectividades comemoram o 25 de Abril

Em reunião realizada no passado sábado, na Voz do Operário, as colectividades populares de cultura e recreio do Concelho de Lisboa deliberaram dar todo o seu apoio às iniciativas da Comissão Nacional Organizadora das comemorações do 25 de Abril.

No decorrer dos trabalhos, os representantes de trinta e cinco colectividades do concelho debateram questões relacionadas com a organização do movimento de colectividades, nomeadamente no que se refere à realização de iniciativas conjuntas como as do 25 de Abril, Santos Populares e outras.

Ainda durante a reunião seria anunciada a realização de uns Jogos Juvenis de Lisboa, provavelmente em Outubro do corrente ano, que terão o apoio da Direcção-Geral dos Desportos e a dinamização e participação das colectividades do concelho.

### «Cross da Juventude»

Por iniciativa do Clube Recreativo Juventude Chelense, realiza-se no próximo dia 25 de Abril uma prova de atletismo nas ruas de Chelas, intitulada «Cross da Juventude».

Nas provas, cujas inscrições estão abertas até ao próximo dia 18, poderão concorrer todos os «atletas» com mais de 15 anos.

## Autarquias de Moscavide comemoram o 25 de Abril

A Assembleia de Freguesia de Moscavide aprovou na sua última reunião, por unanimidade, dar o seu apoio técnico e financeiro às iniciativas que as organizações populares e de trabalhadores da freguesia vão desenvolver para comemorar o 25 de Abril.

Esta deliberação, tomada na sequência de outra semelhante também proposta pela FEPU e igualmente aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Loures, inclui ainda a realização de reuniões com as organizações populares e outras, a fim de se acordarem as melhores formas de levar à prática as comemorações do Dia da Liberdade.

# ALIANÇA POVO UNIDO

POVO UNIDO

Em cumprimento do disposto no número 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei número 701-B/76 de 29 de Setembro, a Comissão Central do Movimento Democrático Português e a Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português constituíram uma frente de partidos com a finalidade de concorrer às eleições suplementares que se vierem a realizar para os órgãos das freguesias e municípios.

Nesta mesma data foi comunicado ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, para efeitos de anotação, a constituição de uma frente de partidos ao abrigo do artigo 12 do Decreto-Lei número 595/74 de 12 de Dezembro e que terá por objectivo dinamizar a participação das populações na resolução dos problemas das regiões, municípios e freguesias, lutar por uma política a nível nacional, regional, municipal e local que seja conforme com os princípios da Constituição da República, e apresentar listas conjuntas em futuras eleições que se vierem a realizar se os órgãos competentes dos partidos assim o decidirem.

As referidas frentes terão a denominação Aliança Povo-Unido, a sigla APU e o símbolo que é publicado com este anúncio.

Lisboa, 6 de Abril de 1978

## Câmaras do Norte suspendem aumentos de energia eléctrica

Na última sessão pública da Câmara Municipal do Porto foi aprovada, com duas abstenções, uma importante proposta apresentada por Manuel Andrade, vereador da FEPU, que suspende a aplicação das novas tabelas tarifárias da electricidade no concelho do Porto. Esta decisão da edilidade portuense defende os interesses dos consumidores da segunda cidade do País, que assim continuarão a pagar as antigas tarifas e não as recentemente aprovadas em Conselho de Ministros.

Na proposta do vereador eleito pela FEPU considerava-se que se mantêm actuais os pressupostos que motivaram a decisão adoptada pela Câmara Municipal do Porto, em 3 de Março de 77, que também então suspendeu a aplicação das tarifas e taxas de electricidade que o Governo PS sozinho pretendia impor.

Baseando-se no facto da gestão dos serviços municipalizados de gás e electricidade ser da competência do município e, como tal, afixação de quaisquer taxas e tarifas

não deve ser feita sem a sua prévia audição, a esmagadora maioria dos vereadores decidiu suspender a aplicação do novo tarifário no concelho, opondo-se desta forma à concretização de um dos muitos aumentos incluídos no 3.º pacote, aprovado pelo Governo PS/CDS e imposto pelo FMI.

Entretanto, também a Câmara Municipal de Gaia deliberou não aplicar neste concelho as novas tarifas de energia eléctrica.

A decisão, tomada por

unanimidade, foi tornada pública através de um comunicado justificativo, onde se refere nomeadamente que o sector eléctrico dos Serviços Municipalizados não é deficitário naquele concelho. Para além de afirmar que, nestas condições, o aumento das tarifas não poderia ser convenientemente justificado aos municípios, o comunicado condena ainda que tal medida tenha sido tomada sem que o executivo camarário fosse previamente consultado, num claro desrespeito pela autonomia do poder local.

## PPD não quer sociedade sem classes

Os Moradores Independentes de S. Francisco Xavier e os eleitos do PS apresentaram na última reunião da Assembleia de Freguesia local uma moção de regozijo pela passagem do 2.º aniversário da Constituição da República, onde se salienta que a mesma reflecte as vitórias alcançadas pelas forças democráticas, apontando resolutamente para a formação de uma

### sociedade sem classes.

Esta proposta, que viria a ser aprovada por maioria, mereceu contudo os votos contra do CDS e do PPD.

Se o voto do CDS é perfeitamente coerente, dado que aquele partido votou contra a Constituição, o mesmo não se poderá dizer em relação ao PPD, que votou a favor da promulgação da Lei fundamental do país. Mas

a posição deste partido ficou claramente explicada com a declaração de voto do seu representante na Assembleia de Freguesia de S. Francisco Xavier, segundo a qual o que merece o repúdio na referida moção são as frases altamente demagógicas como sociedade sem classes, etc., para as quais, de uma maneira coerente e honesta, o PPD não pode prestar o seu aval.

Ficamos esclarecidos. De uma maneira coerente e honesta, que não guiou o PPD aquando da aprovação da Constituição, os «populares democratas» confessam não querer uma sociedade sem classes.

O que eles querem, na verdade, é a «evolução na continuidade» de uma sociedade dividida em exploradores e explorados.

## UCPs do Couço unidas numa forma superior de cooperação

A União das Cooperativas do Couço, realidade recém-nascida, após muitos meses de duro trabalho, constituiu outro dos temas em debate no Plenário das UCPs do Couço. Reunindo as UCPs da freguesia e compreendendo assim mais de 1 500 trabalhadores, a União das Cooperativas do Couço é resultado da consciência de que «quando exclamamos Unidos e Organizados Venceremos, não são apenas palavras, mas algo que devemos ter sempre presente, como objectivo constante». Esta unidade que se deve iniciar em cada cooperativa e estender-se às restantes, esta cooperação que permitirá formar «um bloco forte e unido», eis a raiz da União das UCPs do Couço.

A necessidade de estarem preparados para responderem aos ataques da reacção, a necessidade de se organizarem para enfrentar os problemas que isoladamente



Vitor Louro num momento da sua intervenção no Plenário das UCPs do Couço

no plano político e de organização, quer no plano comercial, contabilístico e de produção agro-pecuária que as Direcções e Delegados Sindicais das Cooperativas da Freguesia do Couço, em plenário realizado a 15 de Novembro do ano passado, partiram para a União, constituindo o seu embrião, a Comissão Instaladora da União das Cooperativas. Hoje, quatro meses volvidos, graças a este embrião, as UCPs contam já com um grupo de apoio às suas contabilidades, com apoio veterinário e com apoio jurídico. Uma primeira fase de organização comercial. Tem expressão na aquisição de adubos em conjunto para todas as cooperativas, em condições financeiras mais vantajosas. Do mesmo modo colectivo se procedeu à venda das pinhas. Coube ainda ao embrião da União representar as Cooperativas em contactos com organismos do Governo ou no caso da definição das

condições da cultura do tabaco com a Tabaqueira.

### O que val ser a União?

Tudo o que a formação da União pode trazer de positivo para as UCPs, de fundamental para a defesa e consolidação da Reforma Agrária assenta, no entanto, como foi afirmado no Plenário das UCPs do Couço, do passado dia 2, na consciência de que «a solução de um problema dentro do espírito de cooperação terá de partir dum princípio de mútua aceitação da solução indicada e nunca de imposição dum parte a outra». Compreendido isto, a União será uma arma de progresso e conquista de uma vida melhor nas mãos dos trabalhadores.

O que vem a ser, afinal esta União em termos formais? Eis a resposta do Plenário das UCPs do Couço:

«A União será uma outra cooperativa que se sobrepõe às cooperativas de Produção Agro-Pecuária e onde estas se

encontram para a procura de soluções de problemas. Será, portanto, em redor da União que lutaremos para reforçar a cooperação dos trabalhadores e a consequente unidade. Será através da União que reforçaremos o apoio técnico às Cooperativas. Será através da União que organizaremos a comercialização de forma a que os trabalhadores tenham um preço justo por aquilo que produzem. Pensamos que, através da nossa organização, poderemos colocar à disposição dos pequenos agricultores da Freguesia do Couço alguns benefícios que conseguiremos obter através da União.

Estamos convencidos de que esta nossa organização poderá servir de elo de ligação das cooperativas com as organizações populares (clubes, organizações sociais, etc), não esquecendo as autarquias locais».

## Plenário das UCPs do Couço afirmação da vontade popular

O que trouxe a Reforma Agrária à freguesia do Couço? Eis a questão fundamental debatida no plenário das UCPs do Couço realizado no passado dia 2. Nesta reunião, encerrada por Vitor Louro, deputado do PCP pelo distrito de Santarém e presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia da República, participaram cerca de 800 pessoas, gente de trabalho que sente, na vida de todos os dias, as profundas transformações verificadas após Abril de 1974 e resiste, animosamente, a os retrocessos que as forças reaccionárias procuram impor.

Região que era na totalidade zona de latifúndio, com as suas excelentes terras de regadio e a zona florestal, rica em cortiça, nas mãos de meia dúzia de famílias, hoje o Couço é terra de 21 unidades colectivas já constituídas em União, freguesia onde o desemprego foi quase banido, onde os trabalhadores não são já obrigados a procurar o pão noutras terras. Agora, terras que há anos nada davam estão de novo a produzir, por obra dos trabalhadores; casas que a emigração deixava vazias, como as de Chapelarinho e Pinçais, voltaram a abrir janelas, a ter gente com rosto de esperança e luta. O Posto Escolar de Pinçais, encerrado há 12 anos, reabriu, acolhendo as crianças filhas dos trabalhadores. As culturas tradicionais crescem, expandindo-se em maiores áreas ganhas para a produção pelo esforço colectivo. E novas culturas, plantas quase exóticas, põem uma nota diferente na paisagem desta freguesia ribatejana.

### Factos e números de um esforço colectivo

«Além das culturas tradicionais, introduziu-se na zona, em 1976, a cultura do tabaco, tendo 10 unidades colectivas feito cerca de 120 hectares. Foram construídas 21 instalações de secagem do tabaco no Monte Couço e Águas Belinhas. Além do bom rendimento por hectare, há um outro aspecto positivo a realçar, é a garantia de trabalho para um grande número de mulheres até fins de Dezembro, princípios de

Janeiro. No entanto, em 1977, as coisas já não correram tão bem por deficiência de sementes e falta de apoio técnico. Além disso, a Tabaqueira ainda deve às Unidades mais de 5000 contos de 1977».

A estes factos desvendados no plenário das UCPs do Couço, juntam-se números, também eles expressivos sobre o que a Reforma Agrária trouxe à freguesia. Assim, além do significativo aumento de cabeças de gado, novas máquinas surgiram nas terras, tendo sido adquiridos pelos trabalhadores 52 tractores, 32 roboques, 32 charruas, 39 grades de discos, 3 ceifeiras e 10 enfardadeiras, entre outras máquinas e alfaias.

Barragens, casas reparadas, construções

diversas, electrificações — eis tantas outras obras feitas pelos trabalhadores.

Incentivando este esforço, a presença constante da solidariedade dos trabalhadores de outros sectores de actividade, a unidade dos trabalhadores da cidade e ainda o apoio dos países socialistas:

«Salientamos a oferta de máquinas, alfaias e sementes, três potentes moto-bombas, oferecidas pelos trabalhadores soviéticos, que estão instaladas em UCPs da freguesia: duas, desde o ano passado, em Águas Belas e Fialas, e uma, a partir deste ano, no Monte do Couço, sendo muito positivo o seu rendimento. Também um camião, igualmente oferecido pelos trabalhadores soviéticos,

tem sido ultimamente utilizado para o transporte de adubos para as unidades colectivas depois de vencidas as dificuldades burocráticas que o impediam.

Igualmente alguns trabalhadores das UCPs da freguesia já foram em visitas de estudo ou a pequenos cursos de gestão e organização de cooperativas em países socialistas, em ambos os casos a oferta da solidariedade do campo socialista».

### Lutar e vencer a ofensiva

«Lutar e Vencer», nome significativo de uma das 21 UCPs do Couço, mais do que uma palavra de ordem é no



Cerca de 800 trabalhadores debateram a Reforma Agrária na freguesia do Couço e manifestaram a vontade inabalável de a defender

O que trouxe a Reforma Agrária à freguesia do Couço? Eis a questão fundamental debatida no plenário das UCPs do Couço realizado no passado dia 2. Nesta reunião, encerrada por Vitor Louro, deputado do PCP pelo distrito de Santarém e presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia da República, participaram cerca de 800 pessoas, gente de trabalho que sente, na vida de todos os dias, as profundas transformações verificadas após Abril de 1974 e resiste, animosamente, a os retrocessos que as forças reaccionárias procuram impor.

Região que era na totalidade zona de latifúndio, com as suas excelentes terras de regadio e a zona florestal, rica em cortiça, nas mãos de meia

do cinema de Coruche), o mesmo acontecendo com a UCP «Rumo à Liberdade» (Texugueira). A esta ofensiva directa, somam-se as formas indirectas de estrangulamento da vida económica das UCPs: os cortes de crédito, a falta total de apoio financeiro e técnico (o apoio que existe a cargo de um veterinário, de um contabilista e de uma equipa de advogados veio por iniciativa dos trabalhadores perante o alheamento governamental), a falta de garantia de preços e de escoamento. No entanto, a ofensiva não desarmou vontades nem braços empenhados numa terra mais fértil, numa maior produção para o País. Disto foi prova o Plenário das UCPs do Couço.

## A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

### PRINCÍPIOS DO COMUNISMO

O I Congresso da Liga dos Comunistas, celebrado em Junho de 1847, na cidade de Londres, aprovou os Estatutos da organização e discutiu também o seu Programa. Desta discussão resultou um documento redigido em forma de perguntas e respostas (catecismo), muito popular entre os operários dessa época. Esse documento recebeu o título de «Projecto de Profissão de Fé Comunista».

Em meados de 1847, Engels deslocou-se a Paris para aí desenvolver o trabalho preparatório com vistas ao II Congresso da Liga dos Comunistas, que devia adoptar o novo Programa. As secções da Liga em Paris tinham recebido o texto da «Profissão de Fé», entretanto emendada. Engels submeteu esse texto a uma crítica tão violenta que a organização parisiense o encarregou de redigir novo projecto. Foi assim que Engels esboçou o projecto do «Manifesto Comunista», conhecido sob o nome de **Princípios do Comunismo**.

Do ponto de vista formal, Engels guiou-se neste documento pelo «Projecto de Profissão de Fé», redigido em Londres. A disposição do texto, a maior parte das perguntas e algumas das respostas tirou-as daí, embora reformulasse completamente muitas questões essenciais, de acordo com os novos conhecimentos por ele adquiridos e com o exposto por Marx na «Miséria da Filosofia». Mas Engels não estava totalmente satisfeito com a forma da exposição. Por isso escreveu a Marx: «Reflecte um pouco acerca da profissão de fé. Creio que o que faríamos de melhor seria renunciar à forma de catecismo e adoptar como título: «Manifesto Comunista». Visto que seremos obrigados a tratar aí mais ou menos de história, a forma adoptada não convém de modo algum. Mando-te o que fiz: é puramente narrativo e está muito mal redigido, porque tenho estado sempre ocupado. Começo com a questão: «O que é o comunismo?». Depois, passo imediatamente ao proletariado: origem, diferenças em relação aos anteriores trabalhadores, desenvolvimento da contradição entre o proletariado e a burguesia, crises, consequências». No final das suas respostas trata Engels da política do partido dos comunistas. (Marx e Engels, Correspondência, t. I, p. 133).

A primeira pergunta sobre a essência da teoria comunista respondeu Engels com uma definição precisa: «O comunismo é a doutrina das condições de libertação do proletariado». (F. Engels, «Princípios do comunismo», 7.ª edição «Avante!»). Como tarefa dos comunistas assinalava a «defesa, discussão e propagação dos seus princípios e, com isso, a união do proletariado numa classe estreitamente coesa, preparada para a luta e organizada» (Ibidem, p. 34).

Depois de uma breve exposição acerca do surgimento e do papel da classe operária, Engels formulou as suas ideias sobre a revolução socialista. Demonstrou que a grande indústria moderna «torna absolutamente necessária uma organização totalmente nova da sociedade» (Ibidem, p. 18), que os males da sociedade capitalista só podem ser superados pelo socialismo e que os meios para o atingir amadurecem sobretudo graças ao desenvolvimento do proletariado dentro do próprio capitalismo. Engels combateu a concepção anarquista segundo a qual a revolução pode ser «feita» segundo a vontade dos homens. «Os comunistas sabem muitíssimo bem, escreveu, que todas as conspirações são não apenas inúteis, como mesmo prejudiciais» (Ibidem, p. 22). As condições objectivas e subjectivas da revolução socialista surgem devido ao desenvolvimento no seio do próprio capitalismo, «por um lado com o descontentamento crescente, e por outro lado com o poder crescente do proletariado» (Ibidem, p. 17).

A tarefa fundamental do proletariado e do seu novo Estado democrático, assinalou Engels, consiste, após a eliminação da propriedade privada. A abolição da propriedade privada é «a expressão mais breve e mais característica desta transformação da ordem social necessariamente resultante do desenvolvimento da indústria, e por isso é o caminho avançado pelos comunistas como o reivindicado principal» (Ibidem, p. 20). Engels refutou a afirmação de que os comunistas queriam eliminar toda a espécie de propriedade pessoal (resultante do trabalho) e esclareceu pormenorizadamente que a meta é a eliminação da propriedade privada capitalista

sobre os meios de produção (resultante da exploração).

Respondendo à questão de saber se a eliminação da propriedade privada seria possível por meios pacíficos, Engels afirmou: «Seria de desejar que isso pudesse acontecer e os comunistas seriam certamente os últimos que contra tal se insurgiriam». Mas os comunistas vêem, acrescentou, «que o desenvolvimento do proletariado em quase todos os países civilizados é violentamente reprimido e que, deste modo, os adversários dos comunistas estão a contribuir com toda a força para a revolução» (Ibidem, p. 22). Os trabalhadores devem, pois, sob a direcção do seu partido revolucionário, procurar chegar ao socialismo por meios pacíficos (isto é, sem insurreição armada e sem guerra civil), mas devem

todos os instrumentos de produção» (Ibidem, p. 20). Todos os ramos da produção serão explorados «por toda a sociedade, isto é, por conta da comunidade, segundo um plano comum e com a participação de todos os membros da sociedade» (Ibidem, p. 19). Com isto Engels caracterizou os princípios fundamentais da economia planificada socialista.

Nos Princípios do Comunismo, Engels esboçou a imagem do homem novo, do homem do socialismo. A indústria explorada planificada e em conjunto por toda a sociedade pressupõe homens «cujas aptidões estejam integralmente desenvolvidas e que estejam em condições de abarcar todo o sistema de produção» (Ibidem, p. 28). Para o conseguir, «a sociedade (...) dará aos seus membros



Marx, Engels e as filhas de Marx

recorrer à via não pacífica quando as classes reaccionárias recorrem a meios violentos para tentar impedir que se concretize a vontade da maioria do povo. Engels chamou a atenção para o facto de a abolição da propriedade privada não poder conseguir-se de um só golpe, pois o proletariado só está em condições de transformar a sociedade a «pouco e pouco». Neste contexto desenvolveu Engels a ideia das duas etapas da revolução — uma etapa democrática seguida de outra socialista — e deixou entrever a ideia da transição da etapa democrática para a socialista, ideia que Lênine desenvolveu na época do imperialismo.

Estudando o capitalismo pré-monopolista, quando os diversos países se desenvolviam por igual e cada povo estava «dependente daquilo que acontece a outro», Engels chegou à conclusão de que a revolução proletária não seria «simplesmente nacional», que só poderia vencer se se realizasse «simultaneamente em todos os países civilizados, isto é, pelo menos em Inglaterra, na América, em França e na Alemanha» (Ibidem, p. 26).

Mais tarde, na época do imperialismo, a análise das modificações ocorridas com o desigual desenvolvimento dos países capitalistas, levou Lênine à conclusão de que seria então impossível o triunfo da revolução em todos os países, de que, pelo contrário, era possível o seu triunfo, primeiro nuns quantos países ou até num só país.

A vida confirmou tal conclusão. Na nova ordem — declarou o projecto do Programa do Partido da classe operária, com base no comunismo científico. Daí a importância do seu estudo.



## Temas ideológicos

### Que dizem os comunistas à cerca dos preços

No Portugal de hoje, a única política que, no quadro do regime democrático, pode dar solução aos problemas nacionais é uma política que parta da defesa e consolidação das grandes transformações revolucionárias alcançadas e que se mantenha firmemente a democracia portuguesa no rumo do socialismo. — (VIII Congresso do PCP)

O desenvolvimento actual da economia portuguesa nas condições criadas pelas transformações levadas a cabo pela Revolução não é no sentido do capitalismo, mas no sentido do socialismo.

Esta definição — sublinhou o PCP no seu VIII Congresso em 1976 — é da maior importância quando se trata de traçar uma política económica e financeira que permita resolver os graves problemas existentes.

«Uma evolução capitalista em Portugal exigiria um regresso a relações de produção e a um estágio de desenvolvimento que desapareceram. Exigiria a reconquista pelo grande capital e pelos agrários dos meios de produção que lhes foram arrebatados. Significaria necessariamente uma alteração violenta da

situação económica e das suas leis».

Posteriormente, na sua Conferência Económica realizada o ano passado e mais recentemente na Conferência do Sector Nacionalizado, o PCP voltou a destacar que a via da recuperação capitalista não responde aos interesses do povo e do país nem consegue solucionar os graves problemas económicos imediatos, pelo contrário, agrava as dificuldades da economia nacional.

Os factos têm dado razão ao PCP.

Entre outras coisas, o PCP continua a insistir que uma política de recuperação económica exige uma política de salários e preços, que não apenas mantenha, mas procure melhorar o poder de compra dos trabalhadores.

A defesa e melhoramento do nível de vida das massas

trabalhadoras, inseridos numa política de desenvolvimento da produção, não é um factor do agravamento da situação económica e financeira, mas um factor de recuperação económica. O melhoramento das condições de vida dos trabalhadores não só é um direito inalienável, uma questão de justiça social e uma orientação prioritária da política económica e social de um país democrático, como também exerce uma influência positiva na situação económica.

A baixa dos salários reais e do poder de compra das massas não decorre necessariamente da redução dos consumos e da diminuição das importações.

Em primeiro lugar, a redução dos consumos deve começar pelos altos rendimentos, pelos artigos supérfluos ou dispensáveis

e pelos artigos importados menos necessários.

Por outro lado, a diminuição dos salários reais e a diminuição do poder de compra das massas traduz-se na redução do mercado interno e, consequentemente, em dificuldades para a indústria, agricultura, comércio e serviços. O melhoramento das condições de vida dos trabalhadores alarga o mercado interno e anima a produção nos sectores de fabrico de artigos de consumo corrente.

Uma política de austeridade, com a redução temporária de consumos, é indispensável dado o grande excesso de consumo em relação à produção nacional. Mas uma política de austeridade, uma política de austeridade que o PCP vem insistentemente defendendo, não tem nada a ver com a política de austeridade que o Governo pretende impor aos trabalhadores. O PCP denuncia e combate

energicamente a política de austeridade que pretende fazer pagar aos trabalhadores o peso de todas as dificuldades, que são significativas, fundamentalmente, reduções de salários reais e agravamento de todas as formas de exploração.

Uma política de austeridade é compatível com o melhoramento do nível de vida das massas trabalhadoras. A defesa e o melhoramento progressivo dos salários e condições de vida das massas deve considerar-se um estímulo e não um obstáculo à recuperação económica.

Os trabalhadores estão dispostos a grandes sacrifícios para concretizarem e assegurarem um futuro democrático e socialista. Mas, nas linhas fundamentais da evolução, a reanimação económica e o desenvolvimento terão de ser acompanhados pelo melhoramento progressivo das condições de vida material e cultural das grandes massas populares.



## Temas vários

### Os OVNIS, a ficção científica e a Revolução

A campanha de publicidade que rodeou a exibição em Portugal do filme «Encontros Imediatos do 3.º grau» tem vindo a provocar um insusitado interesse por OVNI's, ficção científica, etc., etc! Os jornais fazem-se eco da questão — as pessoas discutem — e no campo das ideias o problema não é sem significado!

A ficção científica, o esforço de imaginar o que o futuro reserva ao homem constitui, evidentemente, uma expressão natural da curiosidade e do interesse de todos nós pelo mundo e pela vida. É contudo importante ter em conta que o que se pensa sobre o futuro tem que ver com o que se pensa sobre o presente. A ficção científica (seja nos filmes, seja na literatura) produzida pelo imperialismo e muito especialmente pelos EUA reflecte naturalmente os critérios ideológicos da burguesia. Ao tentar imaginar o futuro, a ideologia imperialista reflecte por vezes com grande clareza a forma como encara o homem.

Na ficção científica americana três situações ou problemas se apresentam em quase todas as obras: a «revolta das máquinas contra o homem», os «perigos» e as «agressões» (que degeneram evidentemente em «guerras», «lutas», etc.) vindas «do espaço», e apresentação de seres extraterrestres como monstros físicos dotados de super-inteligências superiores às do homem.

#### A revolta das máquinas

Que reflectem estes temas? A «revolta das máquinas» é um



claríssimo índice da influência das ideias da burguesia relativamente ao trabalho: a máquina que trabalha é tão estranha à ideologia burguesa como o é o trabalho em geral. A ideologia burguesa conhece a exploração do trabalho e a revolta do trabalhador. Para a ideologia burguesa a máquina não é encarada positivamente (como o é pelo trabalhador), como ela própria um fruto do trabalho do homem, mas como um elemento de acumulação de lucros que pode inclusivamente substituir o trabalhador. Ao encarar esta máquina que trabalha (e note-se que a ficção burguesa contrapõe-lhe a ociosidade do homem e não a sua possibilidade de se dedicar a outros trabalhos) o filme ou o romance americano típico reflecte afinal o permanente pavor da burguesia face à revolta do trabalho contra a exploração. Enquanto o trabalhador não teme a máquina porque a construiu, domina com o seu trabalho e o seu conhecimento, o burguês teme-a porque ela é apenas um elemento para o seu lucro — e ele defronta hoje a revolta dos trabalhadores de que trata o lucro! O filme «2001 Odisseia no Espaço» traduz esta visão de forma estentórea ao apresentar a «revolta» de um computador. Veja-se que o computador em causa governa inteiramente a nave espacial onde se desenrola a acção: os tripulantes fazem ginástica enquanto o computador pensa! É o computador que «desencana» enquanto o homem (que afinal o construiu!) «descansa» — típica visão do mundo do burguês alheio à produção. Depois, este computador «conclui», sendo ele a «produzir», não precisa do homem para nada», donde, «revolta-se», note-se a semelhança entre este homem assim retratado e o capitalista, e entre o computador e o trabalhador! Claro que, no final, o «homem» domina o computador — matando-o! Isto para não falar dos antiovetivismos claramente expressos em «2001», para além da própria visão de um futuro em que todas as contradições do mundo actual se mantêm.

#### As «guerras» cósmicas

O caso das «agressões» e das «guerras cósmicas» é ainda mais evidente. A ideologia do imperialismo não pode evidentemente conceber relações humanas sem guerras e agressões. Intrinsicamente agressivo porque necessitando de defender a exploração, o escritor ou o realizador expoente do imperialismo não consegue conceber a vida, o mundo, as relações entre seres sem se basear na luta, na agressão, no medo, na violência. Colocado no cosmo, o homem do futuro imaginado pela burguesia não defronta a natureza lado a lado com os outros homens ou outros seres vivos inteligentes: pelo contrário, transpõe para o cosmo e para a luta contra novos e mais ricos desafios da natureza as contradições... com outros homens! Nos satélites, nas naves espaciais, nos planetas distantes, nessas novas situações a que o esforço de inteligência e de produção da Humanidade criou condições para chegar, que vai encontrar esta Humanidade que cresceu até assim avançar na ciência? Os «bandidos do espaço» (que continuam a «roubar»

materialista da evolução da espécie humana, da relação entre o órgão e a função, pretendendo colocar a função inteligente em corpos de espécies animais que a ciência já revelou corresponderem a estádios de evolução na Terra em que tais funções não tinham surgido. Por uma monumental formiga a «pensar» é quase desanimador para que o espectador ou leitor pense!



a imutável «propriedade privada»... do foguetão!), o «espião da potência estrangeira» (ignorando que só a humanidade no seu conjunto e não dividida em «potências» poderá dar tais gigantes passos na ciência e na técnica) ou, finalmente o «agressor do planeta XPTO» cujos habitantes deram aqueles gigantes passos na ciência para virem à Terra «roubar»... minério!

#### Os «monstros extraterrestres»

Finalmente, chegado ao eventual contacto com outros seres o homem do futuro retratado nos EUA e adjacências, que encontra? Monstros, formigas dotadas de super-inteligências, alforrecas que governam máquinas estranhíssimas, monstros disformes e perigosos, permanentemente agressivos, ladrões, devoradores. É, em primeiro lugar, o reflexo das sobrevivências do idealismo primário da burguesia condenada: é o pavor perante o desconhecido, é afinal a reedição dos navegantes medievais que, ignorando a natureza e as suas leis, criam nos gigantes Bojadores do Cabo da Boa Esperança ou no deus Júpiter que lançava o raio. É o reflexo da desconfiança no homem, na sua capacidade para conhecer a realidade e da própria ignorância da Natureza. É tornar o desconhecido não uma etapa seguinte do conhecimento, mas uma coisa temível que nem é bom conhecer. Porque, além do mais, estes «monstros» não só são horríveis e agressivamente feios como são também muito mais inteligentes do que o homem: de uma mesma penada torna-se monstruoso o que se desconhece fazendo perder a vontade de conhecer, e associa-se a essa monstruosidade (tornando-a monstruosa também) a única coisa que permitiria em rigor conhecê-la: a inteligência.

Este idealismo primata na concepção de tais «monstros» revela ainda mais coisas: revela a negação de toda a concepção

científico (afastando assim a ciência do povo, para fazer dela propriedade da classe dominante) com baixos truques de propaganda agressiva (os OVNI's «segredo militar» que a Força Aérea americana investiga porque os «discos voadores» possivelmente serão... espíões russos).

#### Os «eleitos da ciência»

O filme «Encontros Imediatos» apresenta alguns progressos em relação à típica produção de série da ficção científica americana. Não começa porém (e naturalmente) libertar-se do peso da ideologia do imperialismo, muito especialmente ao expor uma visão entre o tecnocrata e o fascista de um acontecimento humano como o que pretende retratar (a vinda à terra de seres extraterrestres): o povo (a Humanidade, afinal) é violentamente afastado e mantido na ignorância do que se passa e o conhecimento é reservado a meia dúzia de «eleitos» que recebem os «visitantes», dividindo-se entre políticos, militares e cientistas! O complexo militar-industrial-tecnológico que domina o imperialismo é o único que «está em condições» de aceder a esse novo passo do conhecimento!

Aliás, este aspecto dos «Encontros» liga-se a outra questão já não estritamente de ficção científica que é a dos OVNI's: os «discos voadores» e outras especulações têm constituído ao longo das últimas décadas uma preciosa fonte de acção ideológica e propagandística do imperialismo que os usa nas mais variadas circunstâncias: desde a manobra de diversão (quando há situações de crise num país, é certo e sabido que aparecem uns oportunistíssimos OVNI's que distraem as pessoas das suas preocupações...) até à «divulgação científica» feita na sua base e em que se juntam as mais grosseiras e mistificadoras adulterações do conhecimento

#### Que ficção científica?

Cabe entretanto dizer que a ficção científica em si não está fadada a ter este estigma que a produção imperialista lhe impõe. Na União Soviética, por exemplo, a literatura de ficção científica é extremamente popular e tem uma grande expansão! Mas que diferente!

A Editorial Caminho publicou em português um dos grandes clássicos da ficção científica da URSS («A nebulosa de Andrómeda», de Ivan Efremov). Do mesmo autor publicaram-se aliás já um conto («Cor Serpentina», incluído no número 100 da Coleção «Argonauta») que merecera as atenções da censura fascista! É de facto um outro mundo — um mundo futuro mais belo, mais feliz, à semelhança daquele por que nos batemos e que nos países socialistas se constrói. É o reflexo da confiança no homem, na sua inteligência, na sua capacidade de produção e de transformação, no seu trabalho, na sua vida liberta de exploração e da opressão. É (e é muito importante) a preocupação do rigor científico e a recusa da mistificação e do aristocracismo do conhecimento: note-se, por exemplo, que numerosos autores de ficção científica soviéticos são cientistas altamente qualificados. Da diversão à imaginação tudo tem o seu papel na luta ideológica. Enquanto o imperialismo perpetua a sua caduca e desumana visão do mundo quando pensa ou imagina o futuro, os revolucionários, os comunistas encaram-o confiantes, certos da vitória do homem em cada etapa da vida da Humanidade.

#### A VENDA

**Juventude** LUTAR TRABALHAR ESTUDAR  
ÓRGÃO CENTRAL DA UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

### Jogos Florais TEMA GERAL «A JUVENTUDE E O PORTUGAL DE ABRIL»

Júri  
Poesia — Mário Castrim, Ary dos Santos e Casimiro de Brito

Crónica/Reportagem — Urbano T. Rodrigues, Alexandre Cabral e Álvaro Salema  
Fotografia — Augusto Cabrita e José Araújo

Semana

5 Quarta-feira 1920 - Termina o IX Congresso do PC(b) da Rússia

Segundo «The New York Times» o presidente Carter, dos EUA, é pressionado para autorizar o fabrico da bomba de neutrões...

6 Quinta-feira 1871 - A guilhotina é queimada pela Comuna de Paris e é publicado um decreto que ordena que todos os objectos de repressão sejam destruídos para sempre

Rebentam 5 bombas em Roma danificando uma filial do Banco de Itália, no centro da cidade e um salão automóvel, nos subúrbios...

7 Sexta-feira 1821 - Os Gregos tomam Atenas aos Turcos

O presidente Carter, dos EUA, decide adiar o seu veredicto final sobre a produção e armazenamento da bomba de neutrões...

8 Sábado 1945 - Independência do Laos

Em Israel graves conflitos laborais ameaçam a economia do país, esses conflitos, que abrangem as Linhas Aéreas Nacionais...

9 Domingo 1940 - A Alemanha nazi invade a Dinamarca

É neutralizada uma tentativa de golpe de Estado militar na Somália, que pretendia derrubar Siad Barre...

10 Segunda-feira 1869 - Primeira Constituição cubana, dita de «Guáimaro», que se propunha reger o país enquanto durasse a guerra da independência

O Governo italiano impõe um total silêncio noticioso ao rapto do antigo primeiro-ministro Aldo Moro...

11 Terça-feira 1945 - Assinatura dum Tratado de Amizade e Assistência Mútua entre a URSS e a Jugoslávia

O FBI (Departamento Federal de Investigação dos EUA) é envolvido no maior escândalo da sua história na sequência da acusação feita a Patrick Gray...

Dificuldades crescentes do imperialismo em África

O imperialismo está neste momento particularmente empenhado em defender as suas posições — os seus lucros — no continente africano. África é assim um campo onde são utilizadas todas as suas armas...

O Líbano foi mais uma vez e muito recentemente alvo de um criminoso ataque israelita, que fez inúmeras vítimas, e cujas repercussões se arrastam com o prolongamento da ocupação de facto...

rádio e da televisão, greve dos marítimos, que já vai na sua décima primeira semana, a que há que somar o movimento contra a guerra...

Rodésia: difíceis manobras

A Rodésia é um dos mais claros exemplos da capacidade de manobra do imperialismo e dos seus limites. Um exemplo também de como, no actual equilíbrio mundial de forças...

planos. O capital internacional está fortemente empenhado na Rodésia. Através da África do Sul, que participa em cerca de 50 por cento nas importações feitas por Smith...

A Etiópia é um bom exemplo da força da revolução, das aspirações à paz, ao progresso, a uma nova ordem social, ao desenvolvimento não capitalista...

O exemplo etíope Um porta-voz do ministério etíope da informação denun-

Bomba N: adiamento não é solução

Foi publicamente anunciado, há alguns dias, pelo presidente Carter, dos Estados Unidos, o adiamento da produção da bomba de neutrões. Na mesma intervenção, Carter declara ter dado ordem ao Departamento da Defesa para que começasse a modernizar as ogivas dos mísseis «Lance»...

A decisão do adiamento da produção da bomba N foi precedida e acompanhada da intensa polémica e consultas entre membros da NATO, assim como no aparelho de Estado dos EUA. Na véspera da declaração de Carter, o ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA...

DISCURSANDO em Vladivostok para os marinheiros soviéticos, o camarada Brejnev criticou os EUA por retardarem, com a sua indecisão e incoerência, o novo acordo para a limitação de armas estratégicas (SALT)...



China: o acordo com a CEE e os caminhos do anti-sovietismo

No dia 3 de Abril, em Bruxelas, o governo chinês assinou com a CEE um acordo comercial que prevê a concessão a este país da cláusula de «nação mais favorecida»...

Na cerimónia de assinatura do acordo comercial, o ministro chinês do Comércio Externo, Li Kang, afirmou que o seu país e a CEE devem apoiar-se mutuamente por existir «muito em comum» entre as duas entidades...

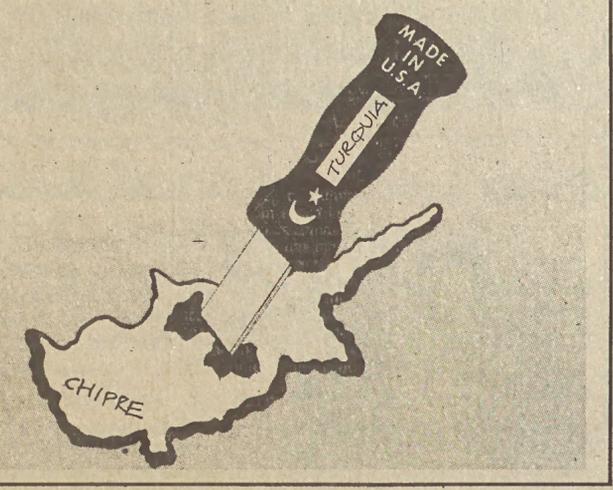
Quem ganha com o terrorismo?

Há quase um mês que se registou o rapto de Aldo Moro, reivindicado pelas «Brigadas Vermelhas», organização de direita italiana, disfarçada com linguagem «revolucionária»...

espionagem israelita «Shin Bet». Os órgãos de informação do capital, nomeadamente no nosso país, têm-se esforçado por apontar como responsáveis da difícil situação política que hoje se vive em Itália as forças de esquerda...

Breves notícias

- As eleições nas Filipinas - Após seis anos de laimarcial, as Filipinas tiveram as suas primeiras eleições...
O embargo de armas à Turquia - Quando a Turquia invadiu Chipre, ocupando 40% deste país soberano...
Leonid Brejnev visita os trabalhos da Baikal-Amur - O camarada Leonid Brejnev, na sua recente viagem à Sibéria...
Chipre - A situação política em Chipre...



# AFINAL, QUE SE PASSA?! E QUE FAZER?!

**NÃO SE AGUENTA! O FRANGO ENTROU PARA O "CABAZ DE 78" E PASSOU DE 58.400 PARA 80.400 O Kg!**

**A MÉDIA GERAL DOS AUMENTOS DO "CABAZ" É DE 20%!**

PRODUTOS	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ACTUAL			
Pão de 1.ª carcaça	80	90	Mesa — Planta (250 g)	12500	16000
» » grande	—	16500	» — (500 g)	25000	33000
» » 2.ª	10000	13000	» — Flora (250 g)	14000	18000
Massas (qual superior)	14000/15000	15000/16000	» — Beceel (250 g)	18000	24000
» (qual corrente)	9000/10000	10000/11000	Leite comum	6000	7000
Bolachas Maria	30000	40000	Pasteurizado	7000	8000
» Torrada	30000	40000	U. H. T.	—	15000
» Água e Sal	37000	47000	Esterilizado	—	15000
Farinha de trigo	10000/10000	13000/13000	Especial	13000	17000
Óleo de soja	30000	40000	Leite em pó — Gordo	80000	100000
» amendoim	40000	40000	» — — Melo-gordo	81000	104000
» girassol	40000	40000	Queijo flamengo	130000	160000
MARGARINAS:			Arroz gigante de 1.ª	13000	17000
Culinária (250 g)	10000	14000	» — 2.ª	12000	16000
» (500 g)	20000	26000	» mercantil	10000	13000
» (1000 g)	30000	38000	» corrente	7000	8000
			Frangos c/ miudezas	50000	70000
			» s/ miudezas	58000	80000
			Salsichas (4 pares)	20000	23000
			Pescada congelada — 0	30000	40000
			» — 1	32000	44000
			» — 2	36000	47000
			» — 3	40000	50000
			» — 4	48000	64000
			» — 5	50000	66000
			Açúcar granulado	19000	22000
			» refinado	18000	21000
			Mortadela	—	97000
			OVOS EMBALADOS:		
			Branco (tipo A)	27000	34000
			» (tipo B)	31000	39000
			» (tipo C)	33000	41000
			» (tipo D)	34000	43000
			Castanho (tipo A)	29000	36000
			» (tipo B)	32000	41000
			» (tipo C)	35000	44000
			» (tipo D)	36000	47000

**E É PRECISO TER EM CONTA QUE OS PRODUTOS DO "CABAZ" CORRESPONDEM A POUCO MAIS DE 10% DAS DESPESAS DE UMA FAMÍLIA...**

**SIM, PORQUE NO RESTO AINDA É PIOR! A ALFACE QUE EM JULHO DE 76 CUSTAVA 22.400 O Kg, AGORA ESTÁ A 70; AS CEBOLAS QUE ESTAVAM A 5.000 AGORA SÃO A 35; O TOMATE PASSOU DE 10.000 PARA 80; O CARAPAU QUE ANDAVA PELOS 35 JÁ CHEGA AOS 130.000; O PEIXE ESPADA SALTOU DOS 60.000 PARA 120 E MAIS; O AZEITE ARRABALDAVA-SE A 60.000 E JÁ VAI NOS 90 (AINDA POR CIMA FALSIFICADO)! ETC. ETC.**

**VEJA-SE POR EXEMPLO QUANTO CUSTA, MAIS OU MENOS, UMA SOPA DE LEGUMES PARA DUAS REFEIÇÕES NUMA CASA DE 5 PESSOAS: 1 Kg DE BATATAS, 600g DE CEBOLAS, 12.000; 1/2 Kg DE CENOURAS, 18.000; 2 CEBOLAS, 12.000; 1 COUVE LOMBARDA, 25.000; AZEITE E ALHOS, UNOS 7.000; TOTAL, 81.000, SEM CONTAR COM A ÁGUA E O GÁS! QUER DIZER, 8.100 CADA SOPA, SE A FAMÍLIA COMESSE SOPA DE LEGUMES TODOS OS DIAS, ERAM 2.500.000 AO FIM DO MÊS.**

**E A QUESTÃO É QUE OS AGRICULTORES NÃO GANHAM MAIS, NEM OS TRABALHADORES LIGADOS À PRODUÇÃO DE ALIMENTAÇÃO. BEM PELO CONTRÁRIO PORQUE TAMBÉM ELES SOFREM AS CONSEQUÊNCIAS DOS AUMENTOS. QUEM LUCRA É O INTERMEDIÁRIO.**

**ALIÁS É O PRÓPRIO GOVERNO QUE DIZ QUE EM 1977 A VIDA SUBIU MAIS DE 30%. E ESTÁ-SE A VER D QUE ISTO QUER DIZER: COMO HOUVE COISAS QUE NÃO SUBIRAM, PARA DAR AQUELA MÉDIA, MUITAS COISAS PASSARAM A CUSTAR 2,3 e 4 VEZES MAIS!**

**E AGORA COM AS EXIGÊNCIAS DO FMI AINDA SUBIU TUDO O RESTO. É A ÁGUA, O GÁS, A ELECTRICIDADE — AGORA OS CORREIOS. O AUMENTO DA ÁGUA É DE 25%, DA ELECTRICIDADE DE 50%, O GÁS DA COMPANHIA 42% E O ENGARRAFADO MAIS DE 50%!**

**E ASSIM NEM SE FICA COM UMA IDEIA. NA ÁGUA, POR EXEMPLO, NUMA CASA DE 4 PESSOAS ONDE SE GASTEM UNS 20 METROS CÚBICOS POR MÊS A DESPESA PASSA DE 157.000 PARA QUASE 200.000. NA ELECTRICIDADE AINDA É PIOR: CINCO LÂMPADAS DE 60 VELAS ACESA DURANTE A NOITE UMAS 4 HORAS CONSUMIAM AO FIM DO MÊS UNS 36.000 E AGORA CUSTAM À VOLTA DE 60!**

**UMA MÁQUINA DE LAVAR VULGAR GASTAVA EM CADA LAVAGEM UNS 40.000, AGORA SUBIU PARA 60. E O AQUECIMENTO ELECTRICO, NEM SE FALA: UM AQUECEDOR ELECTRICO DE 500 W LIGADO SÓ DUAS HORAS POR DIA CUSTAVA UNS 30.000 POR MÊS, AGORA 46.000!**

**E COM O GÁS? PREPARAR UM ALMOÇO OU UM JANTAR CUSTAVA AÍ UNS 2.800; AGORA SÃO 4.100! SÓ PARA FAZER O COMER ISTO QUER DIZER QUE SE GASTAVAM UNS 180.000 POR MÊS EM GÁS E AGORA VAI QUASE AOS 300. COM OS BANHOS, SE UMA PESSOA TOMAR UM DUCHE TODOS OS DIAS PASSA A GASTAR SÓ NO GÁS 60.000 POR MÊS EM VEZ DOS 40 DE HA' UM MÊS.**

**E OS TRANSPORTES! NOS COMBÓIOS, OS MILHARES DE TRABALHADORES QUE MORAM NA LINHA DE SINTRA PASSAM NO MÍNIMO A GASTAR MAIS 20% — E ISTO É SE COMPRAREM AS ASSINATURAS.**

**COM OS PASSES SOCIAIS DA CARIS E DO METRO É A MESMA COISA. UMA FAMÍLIA DE 4 PESSOAS QUE TENHAM TODOS PASSE PASSA A GASTAR 1.400.000 POR MÊS EM VEZ DE 1.200.000. E ENTÃO O AUMENTO DOS BILHETES SIMPLES É UMA LOUCURA: MAIS METADE.**

**OU SEJA: ASSIM POR ALTO, COM ESTES AUMENTOS, SEM CONTAR COM A COMIDA, SÓ A ÁGUA, GÁS, ELECTRICIDADE E TRANSPORTES, NUMA FAMÍLIA DE 4 PESSOAS PASSA A GASTAR À VOLTA DE MAIS 500 A 700.000 POR MÊS!**

**E AINDA HÁ OS AUMENTOS DOS IMPOSTOS QUE RECAEM PRINCIPALMENTE SOBRE OS TRABALHADORES: É O ADICIONAL DE 10% SOBRE O IMPOSTO PROFISSIONAL MAIS O AUMENTO DO IMPOSTO DE TRANSACÇÕES...**

**ALIÁS QUE O GOVERNO PS/CDS QUER FAZER PAGAR A CRISE AOS TRABALHADORES E BENEFICIAR OS CAPITALISTAS VÊ-SE MUITO BEM NOS IMPOSTOS. POR EXEMPLO: UMA FAMÍLIA QUE TELHA UM RENDIMENTO DE 160 CONTOS POR ANO, SE FOREM TRABALHADORES E AQUELE DINHEIRO FOR O DOS ORDENADOS, PAGAM 24.800.000 DE IMPOSTOS; SE FOREM SENHORIOS E O DINHEIRO FOR DE RENDAS, PAGAM 23.800.000; SE FOREM SÓCIOS DE UMA EMPRESA COMERCIAL E O DINHEIRO FOREM LUCROS, PAGAM 22.000.000; SE TIVEREM DINHEIRO NO BANCO E OS 160 CONTOS FOREM JUROS (O QUE EQUIVALE A TER À VOLTA DE 1000 CONTOS DEPOSITADOS A PRAZO!), PAGAM 18.400.000!!**



**E O QUE É QUE SE HÁ-DE FAZER?!**

**OLHA, REFORÇAR AS ORGANIZAÇÕES QUE NOS DEFENDEM, OS SINDICATOS, AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E MANIFESTAR O DESCONTENTAMENTO COMO SE FEZ NO PORTO, EM OVAR, EM ALPIARÇA, PENICHE, SINES E VAMOS FAZER EM COIMBRA, ALMADA, BARREIRO E LISBOA.**

**MAS AFINAL ONDE É QUE AS COISAS VÃO PARAR?**

**AUMENTARAM: os transportes 40-50% • a electricidade 50% • o gás 45-50% • a água • reduzem os produtos do cabaz de compras e os que restam são aumentados em mais de 20%.**

**GRANDE CONCENTRAÇÃO DIA 14 ÀS 19 HORAS NO MINISTÉRIO DO COMÉRCIO INTERNO**

Av. República, 79 — (Metro Campo Pequeno)

**TODOS À CONCENTRAÇÃO**

**CONTRA A ALTA DO CUSTO DE VIDA**

- NÃO À ALTA DO CUSTO DE VIDA
- PODER DE COMPRA AOS TRABALHADORES
- PREÇOS FIXOS E FISCALIZADOS
- FIM DO AÇAMBARCAMENTO
- NÃO AO AUMENTO DA ÁGUA, GÁS, ELECTRICIDADE E TRANSPORTES
- FIM DO CONGELAMENTO DOS SALÁRIOS
- TRABALHO SIM DESEMPREGO NÃO